

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

—
**CONFIANÇA QUE
 TRANSFORMA.
 RESULTADOS QUE
 INSPIRAM.**

**UNICÂMBIO.
 A SUA CONFIANÇA
 EM BOAS MÃOS.**

—



Handwritten initials and marks in the top left corner.

INDICE

1. ECONOMIA MUNDIAL E EUROPEIA
2. ECONOMIA PORTUGUESA
3. AS ATIVIDADES QUE MAIS IMPACTAM COM A UNICÂMBIO
4. REFERÊNCIAS INTRODUTÓRIAS
5. COMO TRABALHÁMOS EM 2025
 - REDE PORTUGAL
 - RECURSOS HUMANOS
 - MARKETING
 - COMUNICAÇÃO E MARCA
 - CORPORATE
 - PARCERIAS
 - TECNOLOGIA e INOVAÇÃO & SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
 - SEGURANÇA FISICA
 - SERVIÇOS FINANCEIROS
 - TESOURARIA
 - COMPLIANCE
 - GESTÃO DE RISCO
 - AUDITORIA INTERNA
6. DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL
7. SUSTENTABILIDADE NA UNICÂMBIO
8. EVOLUÇÃO ECONÓMICA
9. SITUAÇÃO FINANCEIRA
10. FACTOS OCORRIDOS APÓS O FECHO DO EXERCÍCIO DE 2025
11. PERSPETIVAS FUTURAS
12. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DETIDAS
13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
14. REFERÊNCIAS FINAIS
15. REFERÊNCIAS
16. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
17. ANEXOS
18. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2025



UNICÂMBIO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Sede Social: Rua C, Edifício 124, 5º piso, Aeroporto de Lisboa

1700-008 Lisboa

Capital Social: 2.000.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o número único de matrícula e de pessoa coletiva nº502 870 206

Órgãos sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: José Augusto Aleixo Neves Soares

Secretário: Ana Maria Colaço Norvick Martins Peralta Maricato

FISCAL ÚNICO

Fiscal Único: Oliveira Reis & Associados

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Paulo Jorge Seixas de Castro Jerónimo

Vogal: José Carlos Pereira Lilaia

Vogal: Adriana Ricardo Jerónimo Cardoso

Lisboa, 20 de abril de 2026



1. ECONOMIA MUNDIAL E EUROPEIA

É usual as várias Instituições Internacionais (Banco Mundial, BCE, FMI, OCDE, ...) disponibilizarem relatórios de previsões económicas, que vão ajustando, periodicamente, ao longo do ano, contendo taxas de crescimento do PIB a preços constantes e/ou de outras variáveis macro como inflação, comércio mundial, mercado do trabalho, para o ano findo e anos futuros, um excelente instrumento de enquadramento ao trabalho dos gestores e decisores públicos e privados.

Os valores registam, com frequência, algumas discrepâncias entre si, por razões diversas que se prendem, no essencial, à diversidade das metodologias aplicadas, dados de base, data de atualização das projeções e ainda as hipóteses de referência escolhidas, como no ano em curso, as formuladas sobre a variação de preços da energia (qualificação dos graus e tempos de incerteza), decorrentes sobretudo da Guerra no Médio Oriente, que o FMI considera *o principal fator a influenciar*, no momento presente, o andamento das economias nas diferentes zonas e países do Mundo.

Neste relatório, a base de análise assenta sobretudo, nas estimativas e projeções, divulgadas pelo FMI, em 14/04/2026. O FMI apontou três cenários potenciais, um tendencial, um pessimista e outro mais positivo, a partir de pressupostos sobre a evolução da Guerra Estados Unidos/Israel vs. Irão, cenários esses onde contempla maior ou menor escassez de oferta de energia e de fertilizantes nos mercados mundiais, graus de risco e de incerteza e os respetivos impactos na variação de preços e seus reflexos nos sectores utilizadores e inflação na economia global.

Estimativas - ano 2026

PIB a preços constantes (%)

Países/Zonas	2026 (OCDE)	2026 (FMI)
Economia Mundial	2.9	3.1
Área Euro	----	1.1
• Alemanha	0.8	0.8
• França	0.8	0.9
• Itália	0.4	0.5
• Espanha	2.1	2.1
• Portugal*	1.8	...

Fontes: FMI: divulgação dados, 14 abril 2026

OCDE: relatório intercalar, março de 2026

BP: *Relatório trimestral, março 2026

Anos 2025, 2026 e 2027

Nesta parte, utilizou-se a informação divulgada pelo FMI para 2025 e projeções para 2026 e 2027, no relatório referido de 14 de abril, que se apresenta a seguir.

**PIB a preços constantes
(%)**

Países/Zonas	2025 Estimativas	2026 projeções	2027 projeções
EC. Mundial	3.4	3.1	3.2
EUA	2.1	2.3	2.1
Japão	1.2	0.7	0.6
Reino Unido	1.3	0.8	1.3
Área Euro	1.4	1.1	1.2
• Alemanha	0.2	0.8	1.2
• França	0.9	0.9	0.9
• Itália	0.5	0.5	0.5
• Espanha	2.8	2.1	1.8
• Portugal*	1.9	1.8	1.6
Economias Emergentes e em V.de Desenvolvimento			
• China	5.0	4.9	4.8
• Índia	7.6	6.5	6.5
• Rússia	1.0	1.1	1.1
• Brasil	2.3	1.9	2.0
• África do Sul	1.1	1.0	1.3

Fonte: FMI, 14 abril 2026

Fonte: Banco de Portugal* B. Económico, março 2026

O ano de 2025 registou uma evolução favorável em termos de economia mundial, face ao ano anterior (3.2%) designadamente pelo vigor no investimento e produção decorrente de novas tecnologias e, de algum modo, por uma certa moderação do nível das taxas alfandegárias negociadas entre os EUA e restantes países ou zonas económicas. Tudo isto trouxe uma robustez e resiliência superiores às expetativas inicialmente esperadas.

Esta robustez tem permitido responder, com alguma sobriedade, a estes primeiros meses difíceis de 2026. No entanto, as grandes incertezas, decorrentes sobretudo das medidas errantes e hesitações muitas vezes inesperadas, por parte dos EUA, e das incógnitas de solução do conflito no Médio Oriente, que pode redundar numa crise energética grave que, no cenário pior do FMI, poderá traduzir-se em preços de energia muitíssimos elevados, a partir de meados de 2026 e a um crescimento do PIB real mundial abaixo de 2%, o que, neste caso, apontaria para uma recessão global muito complexa e de difícil gestão.

Mas, mantendo-nos nos valores do cenário tendencial, de equilíbrio, do FMI teremos uma economia mundial a acusar uma descida, algo significativa em 2026, de 3.4% para 3.1%.

A zona euro, no seu conjunto, apresenta um comportamento em linha com a tendência de descida da economia mundial. Mas, como parte de uma base baixa anterior, mostra dificuldades acrescidas. Aliás, os países da Europa e zona Euro situam-se entre os mais afetados pela guerra do Golfo, devido à sua elevada dependência energética.

Previsões do BCE - Economia Mundial e Zona Euro

As previsões económicas do BCE de março de 2026 para o crescimento da economia mundial até 2027 são ligeiramente mais favoráveis que as do FMI, situando-se em torno de 3,3% para 2026 e 3,2% no ano seguinte.



Já quanto à zona Euro, o BCE estima que o PIB real da Zona Euro cresça apenas 0.9% em 2026, 1.3% em 2027 e 1.4% em 2028, valores diferentes dos do FMI que, para 2026, aponta para 1.1% e, em 2027, 1.2%. No entanto, o BCE admite evoluções muito adversas consoante o andamento da guerra no Médio Oriente. Num cenário pessimista, ou seja, numa interrupção prolongada de fluxos da energia no estreito de Ormuz, os valores do crescimento poderá situar-se abaixo de 0.4%

Quanto à inflação será de 2.6% em 2026 com um pico de 3.1% no segundo trimestre.

A economia da zona Euro continua a acusar e, de algum modo, aprofunda as perdas de competitividade desde a guerra da Ucrânia, embora com diferenças segundo os países e atividades, onde os custos da energia são o fator relevante.

A guerra no Médio Oriente vem agravar esta situação com o impacto na eventual escassez e subida de preços das matérias-primas energéticas e aumento de preços dos fertilizantes.

2. ECONOMIA PORTUGUESA

A síntese sobre a economia portuguesa, que se apresenta, parte da informação que o Banco de Portugal disponibiliza, no seu boletim económico trimestral de 25 março de 2026.

Indicadores económicos Taxas de variação (%)

	2025	2026	2027	2028
PIB preços constantes	1.9	1.8	1.6	1.8
Consumo Privado	3.5	2.0	1.8	1.6
Consumo Público	1.7	1.2	1.0	0.7
Investimento (FBCF)	3.5	3.8	1.3	2.6
Exportações	0.4	1.4	2.6	3.1
Importações	4.2	1.9	2.4	2.8
Taxa de desemprego	6.0	5.9	5.8	5.8
Taxa Emprego	2.3	1.3	0.5	0.3
Inflação	2.2	2.8	2.3	2.0
Deflator PIB	3.9	3.0	2.8	2.2

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico, março 2026.

Ano 2025 - Balanço

A economia portuguesa, medida pelo PIB, cresceu em termos reais 1.9%, em 2025, tendo o BP revisto a sua taxa de crescimento de Dezembro de 2024 (1.7%).

Trata-se de uma evolução situada acima da média da zona Euro, mas bem abaixo, se comparada à de Espanha, uma das taxas de crescimento mais robustas da zona Euro.

O crescimento nacional assentou numa aceleração dirigida à procura interna (3.7%), onde o consumo privado e o turismo merecem destaque.

O ano de 2025 apresentou uma evolução favorável no emprego a crescer na ordem de 2.3%, alavancado pelos sectores do turismo, construção civil e agricultura, que continuam a deparar-se com dificuldades de recrutamento, com uma carência estrutural de mão de obra, não superável, sem o recurso à imigração.

Projeções para 2026

O panorama para o ano 2026 depara-se com múltiplas incertezas. Por um lado, os efeitos da sequência de tempestades que atingiram o país, a exigir programação e rapidez de resposta por parte do governo e agentes económicos e, por outro, o conflito militar do Irão. O Banco de Portugal avançou com a taxa de 1.8%, enquanto a taxa de crescimento do Conselho de Finanças Públicas apresentada, cerca de um mês depois, é de 1.6%.



Em 2026, Portugal vai crescer acima da Zona Euro (1.1%), onde, de novo, a Espanha merece destaque, uma boa notícia para Portugal por ser um mercado de destaque nas relações comerciais nacionais.

2/3
ec

Este ano em termos de turismo Portugal está a ser alvo de desvios de turistas do Egipto e Médio Oriente, de mercados diversos, desde meados de março/abril, acusando a hotelaria um aumento significativo de reservas, tema que se aborda em separado a finalizar esta parte do relatório.

Anos de 2027/2028

As projeções do BP para estes dois anos não apresentam, de um modo geral, significativas mudanças face a 2026, apenas uma ligeira oscilação da evolução do PIB real em 2027 para retomar o ritmo no ano seguinte. Com exceção do Investimento em 2027, fim de execução do PRR, os restantes indicadores ou mantêm-se ou até melhoram ligeiramente, ou seja, aguarda-se uma evolução sem grandes alterações nestes dois anos futuros.

O Banco de Portugal não deixa de alertar, porém, ao longo do relatório que estas projeções contêm em si riscos face às múltiplas incertezas externas, guerras e frequentes sinais de mudança de medidas de política externa por parte dos EUA, que se traduzem frequentemente em flutuações de preços e restrições da política monetária com efeitos limitativos no investimento global. Alerta ainda para uma certa volatilidade possível nos câmbios monetários.



3. AS ATIVIDADES QUE MAIS IMPACTAM COM A UNICÂMBIO

Turismo

A mais importante é sem dúvida o turismo pelo impacto que tem na atividade dos câmbios.

A escalada bélica está a gerar/gerou um “impacto sísmico” no Turismo do Médio Oriente, a partir de fevereiro de 2026, sobretudo pela interrupção de rotas áreas vitais e perdas financeiras massivas.

A World Travel & Tourism Council (WTTTC) estima uma perda por dia na região da ordem de 515 a 550 milhões de euros, na indústria de viagens, encontrando-se a aviação do Dubai e Doha num verdadeiro caos. Prevê ainda para a região uma queda de 26 a 38 milhões de turistas, em 2026, com uma perda de receitas previsível da ordem dos 56 mil milhões de dólares.

Tudo isto provocará uma profunda reconfiguração da geografia do turismo, por temporária que seja, nas diferentes zonas do Planeta, com efeitos, por vezes, contraditórios, sobretudo pelo aumento de preços dos serviços de turismo, em que a Europa será uma das zonas envolvidas.

A **ONU Turismo** (anteriormente OMT) prevê que o turismo internacional cresça entre **3% e 4% em 2026** e, até 2030, registre uma expansão que lhe permita, nesse ano, atingir 2 mil milhões de chegadas internacionais, quando em 2025 atingiu 1.52 mil milhões com taxas de crescimento elevadíssimas (2 dígitos,) após o período de pandemia. No entanto, esta previsão está fortemente condicionada à evolução do cenário geopolítico global, incluindo o conflito no Irão e Médio Oriente, que como se escreveu antes está a reconfigurar a geografia da distribuição do turismo, por pouco tempo que seja.

Os turistas e, nomeadamente, os americanos estão a trocar os destinos do Médio Oriente, inseguros, e a reorientá-los para a Europa, onde Portugal e Espanha estão em foco.

As reservas nos voos de abril para Portugal estão em aumento face a 2025 em cerca de 21% e a procura hoteleira 16%, sendo no Algarve de 30%.

Estima-se, por outro lado, que Portugal vá captar 15% do fluxo de turistas alemães que habitualmente passavam férias no Egito e Médio Oriente (300 mil hóspedes e cerca de 2,4 milhões de dormidas).

Do Brasil, está a registar-se um crescimento acelerado de procura turística dirigida a Portugal em especial nos segmentos de luxo e religioso.

Mas tudo isto não deixa de ter as suas contradições. O turista nacional face ao aumento de preços nas diferentes zonas de turismo anda a reorientar-se para o estrangeiro, sendo já significativo o número de cancelamento de reservas na hotelaria para o próximo verão.

A concluir e no campo da gestão, as novas tecnologias estão a penetrar no turismo onde a IA está a tornar-se cada vez mais um instrumento de apoio à gestão, as aplicações de viagens e o e-visa se expandem, devendo acelerar a eficiência e a atratividade dos destinos até 2030.

Do exposto, resulta que no quadro da incerteza em que nos encontramos é provável que o turismo venha mais uma vez a ter impactos muito positivos sobre a economia, beneficiando, igualmente, os câmbios, principal atividade da Unicâmbio, podendo inclusive, por desvio de mercado, atenuar as situações que se encontravam em perda, como é o caso do inglês.

Outros setores como a agricultura e a construção civil, que têm funcionado bem ao nível das transferências de dinheiro, poderá contribuir, ao invés para a estagnação das mesmas, dadas as dificuldades de recrutamento de mão de obra a incapacidade de realização de investimentos na área da habitação.

Apesar de todas as incertezas e dos caminhos erráticos que vão sendo trilhados é provável que a economia portuguesa e, em particular, o turismo venham a ter um bom desempenho em 2026.

cl
J
A

4. REFERÊNCIAS INTRODUTÓRIAS

O ano de 2025 foi marcado, tal com se previa por uma série de acontecimentos que de uma forma ou de outra continuaram a influenciar a atividade económica global e, por conseguinte, a vida da Unicâmbio, sendo que os níveis de incerteza se acentuaram à medida que o ano decorria.

Em primeiro lugar a tomada de posse do presidente dos Estados Unidos da América e a subsequente “guerra das tarifas”, com as suas consequências no processo de travagem da inflação e mesmo a sua perspetiva de aumento a médio e longo prazo.

A continuidade da guerra da Ucrânia e o agravar dos conflitos na Palestina, vieram, igualmente fazer aumentar as incertezas em variadíssimas atividades e em especial, no turismo provavelmente vindo a assistir-se a uma reconfiguração dos fluxos em algumas áreas.

Não obstante as diferentes ameaças, a atividade da Unicâmbio, nas suas diferentes geografias, apresentou resultados positivos.

O turismo continuou a crescer e a atenuar de certa forma os efeitos decorrentes do digital face ao dinheiro físico e a queda das transferências de dinheiro, mas o maior impacto positivo veio da compra de ouro.

Nos acontecimentos mais relevantes, destaca-se o posicionamento internacional da Unicâmbio, com a venda à Western Union da participada a 100% na Alemanha, a Ucambio. A Western Union alterou a sua política mundial de ter lojas próprias e a operação em causa, afigurou-se muito interessante para a Unicâmbio, não só pela experiência adquirida, mas pela mais valia conseguida na operação.

Em relação ao aumento da preponderância do ouro no volume de negócio global da Unicâmbio, evidenciando um crescimento consistente deste produto face à quebra de outros, o que deverá motivar, por certo, uma reflexão cuidada sobre as possibilidades a estabelecer na estratégia de abordagem ao mercado por parte da Unicâmbio.

No ouro, seria de referir, entre outros aspetos, o portal da compra do ouro – Gold Boost e o facto da Unicâmbio, passar a ter nos seus quadros, uma Avaliadora Oficial de metais preciosos, certificada pela Casa da Moeda.

É necessário realçar com grande ênfase a forte desvalorização do dólar americano registada em 2025, cerca de 13%, ao longo do ano, que impactou muito a atividade e os resultados dos câmbios. Não é demais referir que a Unicâmbio trabalha com cerca de 50 moedas, sendo que muitas delas são diretamente influenciadas pela evolução do dólar, tudo no seu conjunto afetando o desempenho global.

Assinala-se, também, reforço da estratégia de comunicação, com a adoção de novos modelos mais inovadores, impactantes e alinhados com os objetivos de posicionamento e notoriedade da marca; e o desenvolvimento de um projeto social interno, centrado nas pessoas, com impacto positivo no clima organizacional, no envolvimento dos colaboradores e no reforço da cultura interna da Unicâmbio.

De igual importância, deste ponto de vista o “Programa Erasmus” da Unicâmbio, enquanto iniciativa relevante ao nível do envolvimento, desenvolvimento e partilha entre as nossas equipas, já que ele conseguiu trocas geográficas entre os colaboradores de diferentes regiões onde a Unicâmbio está implantada.

Do ponto de vista da gestão da Unicâmbio, ao longo de 2025, verificou-se uma evolução clara da maturidade analítica, impulsionada pela consolidação de uma plataforma unificada (Data Warehouse) e por iniciativa da cultura de análise e decisão. Este progresso permitiu respostas rápidas e fundamentais à necessidade do negócio, reduzindo limitações anteriores no acesso à utilização dos dados.

A Wallet Unimoney continua o seu caminho, não isento de dificuldades, sobretudo pela evolução das soluções, mundo no qual nos procuramos integrar, tendo acrescentado duas funcionalidades, como é o caso do carregamento via Pix (Brasil) e o programa de fidelização da Unicâmbio Unimoney.

Já no final do período em referência, ocorreu o falecimento do Senhor Manuel Maria Ricardo, um dos sócios fundadores, em diversas ocasiões foi membro do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo.

Foi uma perda irreparável, por todos nós sentida, por tudo o que deixou à Unicâmbio, ao longo de mais de 30 anos, de diversos pontos de vista – humano, de negócio e institucional e pelo seu relevo histórico, como grande contributo para o desenvolvimento e consolidação da Unicâmbio.

1. JF
cl
A

5. COMO TRABALHAMOS EM 2025

No ano em apreciação a Unicâmbio manifestou uma capacidade de resiliência muito grande. Lutou contra as incertezas e procurou continuar a inovar por forma a combater as mesmas.

Mantiveram-se as incertezas já previstas, decorrentes das guerras na Ucrânia e em Gaza e as derivadas da eleição do Presidente dos Estados Unidos da América. As guerras tarifárias que se sucederam e a política monetária dos E.U.A., determinam uma desvalorização do dólar em 13% ao longo do ano.

Isto afetou em muito a nossa empresa, fazendo diminuir os valores transacionados e bem assim as margens da operação com o dólar americano, moeda maioritária no contexto do negócio da Unicâmbio. Dado o facto de a Unicâmbio transacionar cerca de 50 moedas, que tem sempre em stock, e a grande maioria delas, as designadas moedas exóticas, indexadas ao dólar americano acabam por impactar, de forma negativa, as margens da Unicâmbio.

De igual forma, a concorrência dos cartões digitais afetou o negócio cambial. Aliás, esta mesma situação foi extensível às ATM's / Euronet, que viram a sua atividade afetada.

No que respeita às transferências de dinheiro Western Union, continuou o nível de quebra verificado no ano anterior, em resultado da forte concorrência do digital por parte de inúmeras operadoras recentemente chegadas ao mercado.

Aqui a Unicâmbio, conseguiu até com a sua resiliência, e o seu posicionamento no mercado, a par da abertura de balcões, com os diferentes produtos que comercializamos, reduzir os impactos previsíveis da nova estrutura do mercado.

É na verdade a resiliência e a inovação que permitiram à Unicâmbio, continuar a apostar na compra de ouro, o qual contribuiu de forma decisiva para os resultados alcançados.

Também o crédito pessoal no âmbito da parceria existente com o BBVA, registou um crescimento muito significativo durante o ano.

Na área da Wallet Unimoney, pese embora todos os esforços da equipa e apesar das novas funcionalidades acrescentadas ao produto e tendo em conta os grandes investimentos efetuados entre 2023 e 2025, ainda não foi possível chegar a níveis de retorno minimamente aceitáveis.

A Unicâmbio tem consciência das dificuldades e do caminho que temos de percorrer para obtermos êxito no digital.

Com a nossa história, experiência e capacidade que modelam a resiliência, conseguimos bons resultados globais em mais de um ano de trabalho, que é aquilo que passaremos a descrever nos capítulos seguintes.



REDE PORTUGAL

O ano de 2025 foi particularmente exigente para a Rede Portugal, marcado por desafios profundos que impactaram a economia e o comportamento dos clientes. Ainda assim, foi também um ano de renovação, resiliência e reforço da capacidade de adaptação da Rede, demonstrando a solidez da Unicâmbio e o compromisso das suas equipas com a missão e os valores da Empresa.

Num contexto económico e competitivo desafiante, a Rede manteve-se focada em prosseguir a sua missão e visão, desenvolvendo a sua atividade com base em valores fundamentais como a qualidade, a confiança e a proximidade. A melhoria contínua da experiência do cliente, aliada a uma atuação cada vez mais ágil e eficiente, continuou a ser uma prioridade transversal a toda a Rede.

Ao longo de 2025, destacou-se o forte investimento realizado nas equipas, reconhecendo que são as pessoas o principal fator diferenciador da Unicâmbio. Foram disponibilizadas novas ferramentas, programas e iniciativas com o objetivo de agilizar processos, melhorar a eficiência operacional e otimizar resultados, promovendo uma cultura de melhoria contínua e redução de falhas. A satisfação dos colaboradores foi assumida como um pilar essencial para o desempenho da Rede, reforçando a importância da motivação, da comunicação e do envolvimento das equipas.

O ano ficou igualmente marcado por um reforço da liderança de proximidade, do acompanhamento contínuo e do reconhecimento do desempenho das equipas. Houve investimento no bem-estar, nas condições de trabalho e na renovação do plano de incentivos, alinhando objetivos individuais e coletivos. Neste contexto, foram nomeados vários colaboradores para funções de responsável de turno, bem como promovidos novos Gerentes, reforçando a estrutura de liderança e valorizando o talento interno. Destaca-se ainda a implementação de um programa de mobilidade interna entre equipas de diferentes regiões, numa lógica de “Erasmus”, que se revelou uma experiência muito positiva e uma mais-valia para todos, promovendo a partilha de conhecimento, a cooperação e um maior alinhamento cultural na Rede.

Ao nível da Rede de Balcões, 2025 foi um ano de investimento e evolução. A presença física continuou a desempenhar um papel relevante na estratégia da Unicâmbio, com a abertura de um novo balcão em Braga, passando a cidade a contar com três balcões, bem como a inauguração de um novo balcão em Lagos e a abertura de dois novos balcões na baixa de Albufeira. Estas iniciativas reforçaram a cobertura territorial da Rede em zonas de elevada relevância económica e turística, promovendo maior proximidade com os clientes e aumento da capacidade de atendimento.

Paralelamente, foi realizado um forte investimento na renovação da comunicação nos balcões, nomeadamente em montras, cartazes, vinis e ecrãs, garantindo uma imagem mais atual, coerente e alinhada com a marca.

A renovação integral do balcão de Odivelas Strada representou um passo importante na melhoria das condições de trabalho das equipas e na experiência dos clientes. Adicionalmente, foram efetuados ajustes no balcão da Amadora II, com o objetivo de aumentar a privacidade e o conforto no atendimento, reforçando a qualidade do serviço prestado.

A formação manteve-se como uma aposta estratégica ao longo de 2025, garantindo equipas altamente preparadas, tecnicamente competentes e focadas nas necessidades dos clientes. Em paralelo, foi reforçado o investimento na formação de gerentes e coordenadores, promovendo lideranças mais capacitadas, próximas e alinhadas com os desafios do negócio.

Apesar de um ano exigente, a Rede Portugal encerra 2025 mais forte, preparada e consciente dos desafios futuros.

RECURSOS HUMANOS

A Gestão de Pessoas dependerá cada vez mais do equilíbrio entre a inovação introduzida pela tecnologia, caminhando lado a lado com uma liderança humanizada e reconhecida.

Esta transformação para ser sustentável requer o alinhamento da cultura organizacional com a estratégia global da organização.

Durante o período em análise, a Unidade Organizativa de Recursos Humanos manteve-se focada na valorização do capital humano, na promoção de um ambiente de trabalho saudável e produtivo e no cumprimento das obrigações legais e regulamentares aplicáveis.



No final do ano de 2025, a empresa contava com um total de 355 colaboradores, distribuídos entre a vasta rede de Balcões e Serviços Centrais.

A estrutura manteve-se globalmente estável face ao ano anterior, com ajustamentos pontuais decorrentes das necessidades operacionais.

Assim, ao longo do exercício, foram realizados alguns processos de recrutamento, com o objetivo de reforçar áreas estratégicas e substituir saídas registadas.

Os processos privilegiaram: a valorização de competências técnicas e comportamentais; a igualdade de oportunidades e a integração de novos colaboradores alinhados com a cultura organizacional.

O tempo médio de preenchimento das vagas foi de 10 dias, refletindo uma melhoria face ao período anterior.

Outro eixo prioritário da política de Recursos Humanos: a formação contínua.

É essencial que se ajuste a estratégia da Unicâmbio suportando a rápida aprendizagem dos colaboradores e mantendo assim o seu envolvimento. A nossa “Academia Unicâmbio”, onde se transmite uma cultura de proximidade e de desenvolvimento pessoal, é uma arma muito importante, pois fornece ferramentas para garantir que o trabalho seja bem feito, e apresenta um esforço salutar no desenvolver pessoal e profissional das nossas pessoas.

Durante o ano de 2025, foram promovidas diversas ações de formação, internas e externas, abrangendo cerca de 320 colaboradores, num total de 2.520 horas de formação.

As principais áreas de formação incluíram: desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais; desenvolvimento e implementação de ações de formação comercial sobre o portfólio de produtos; procedimentos Internos e atualização legal e regulamentar.

O investimento em formação contribuiu para o aumento da qualificação profissional e para a melhoria do desempenho global das equipas.

No que concerne ao sistema de avaliação de desempenho foi aplicado de forma regular, permitindo: monitorizar o desempenho individual e coletivo; identificar necessidades de desenvolvimento e apoiar decisões relacionadas com progressão e reconhecimento.

De um modo geral, os resultados evidenciaram um desempenho muito positivo, alinhado com os objetivos definidos para o exercício no arranque do ano.

Conscientes da importância de promover melhores condições salariais, em 2025 a Unicâmbio reforçou a sua Política de Remuneração e Benefícios em cerca de 3% a todos os seus colaboradores. Para o ano de 2026, vamos manter a filosofia de caminharmos acima da inflação e vamos proceder a aumentos salariais na mesma ordem.

Outro tema muito importante, é o assegurar contínuo do cumprimento das normas legais em matéria de saúde e segurança no trabalho, em articulação com os serviços competentes.

Foram desenvolvidas iniciativas com vista à promoção do bem-estar dos colaboradores, destacando-se: ações de sensibilização para a segurança; acompanhamento da medicina do trabalho, bem como, acompanhamento e suporte em consultas de saúde mental e emocional.

Não se registaram ocorrências graves no âmbito da segurança laboral.

Hoje em dias os colaboradores procuram ser vistos como profissionais, onde sejam reconhecidos não só pelas suas competências, mas também pela sua individualidade enquanto seres humanos.

Realizou-se novamente um estudo de clima organizacional, o qual se manteve globalmente positivo, assente numa relação de proximidade entre a gestão e os colaboradores. As relações laborais decorreram de forma estável, não se tendo verificado conflitos coletivos relevantes durante o exercício de 2025.

Em suma, a Área de Recursos Humanos ao longo do ano contribuiu de forma significativa para a sustentabilidade e crescimento da organização, reforçando o papel estratégico da gestão de pessoas como fator crítico de sucesso.

A IA e o digital estão na ordem do dia, mas as competências humanas como o pensamento crítico e criativo, resiliência e flexibilidade conjugadas com o trato humano continuam a ser o pilar das organizações e na Unicâmbio não é exceção!

Handwritten initials/signature

MARKETING

O ano de 2025 foi marcado pelo crescimento na compra de ouro usado sendo já hoje um pilar relevante nos resultados da Unicâmbio, sendo nossa convicção que o crédito pessoal venha igualmente a assumir um papel de destaque, até pela introdução a curto prazo de novos produtos associados a esta oferta.

Em contrapartida, a área de câmbios e de transferências de dinheiro enfrentaram um contexto particularmente desafiante, resultante de diversos fatores de mercado, nomeadamente a volatilidade cambial, a pressão competitiva e a evolução dos comportamentos dos clientes. Este enquadramento exigiu uma adaptação contínua da abordagem comercial e operacional.

A continuidade do sistema integrado de objetivos mínimos, abrangendo todos os produtos e serviços da rede comercial, revelou-se uma ferramenta determinante para a dinamização da atividade comercial e para o reconhecimento do trabalho realizado pelas equipas. Em paralelo, foram reforçadas as visitas regulares, bem como a formação prática sobre produtos e serviços, com o objetivo de estreitar a proximidade entre a área de Marketing e a rede comercial. Esta abordagem tem permitido uma maior compreensão das dificuldades sentidas no terreno e a definição conjunta de soluções de melhoria.

Por fim, destaca-se a importância do Data Warehouse (DW) enquanto ferramenta essencial para assegurar maior rapidez no acesso à informação, bem como um nível de detalhe mais aprofundado sobre os produtos e a performance de cada balcão, suportando uma tomada de decisão mais informada e eficaz. Existe ainda um enorme potencial para utilizar ainda mais esta importante ferramenta.

CÂMBIOS

Em 2025, e especificamente na performance da rede comercial, apesar de um enquadramento mais exigente ao longo do ano, verificou-se uma evolução positiva do valor médio por operação, registando uma melhoria face a 2024, o que reforça a qualidade e consistência do desempenho alcançado.

Assistimos a importantes crescimentos em alguns balcões que se revelaram muito pertinentes na performance de 2025. O investimento que foi feito em novas aberturas e no aumento de número de postos de trabalho possibilitou atender mais clientes melhorando o tempo de espera.

No ano que passou reforçamos especificamente a comunicação da parceria com a TAP para oferta de benefícios adicionais na compra de moeda estrangeira a todos os Clientes do Programa TAP Miles&Go.

WESTERN UNION

No segmento das transferências de dinheiro, 2025 decorreu num enquadramento particularmente competitivo, marcado pela entrada e consolidação de novos operadores digitais e por uma crescente transformação dos hábitos de consumo.

Na rede Unicâmbio, a atividade refletiu este novo contexto de mercado, mantendo-se como um elemento central do negócio. Ao longo do último trimestre observou-se um reforço da dinâmica mensal, com dezembro a evidenciar um aumento significativo do volume transacionado, impulsionado pela sazonalidade característica do final do ano.

Este desempenho confirma a resiliência da rede e a sua capacidade de adaptação a um ambiente marcado por maior concorrência digital, maior sensibilidade ao preço e evolução das preferências dos clientes.

Em termos globais, o comportamento do ano enquadra-se num contexto de mercado mais exigente, caracterizado por alterações nos fluxos migratórios, maior pressão concorrencial e crescente procura por soluções digitais de baixo custo, fatores que continuam a moldar a evolução do setor.

Manteve-se um núcleo relevante de clientes fidelizados, em particular junto de alguns corretores, que continuam a demonstrar elevada lealdade às marcas Unicâmbio e Western Union. Estes clientes, muitos dos quais referem uma relação de longa data com a Unicâmbio, valorizam o atendimento personalizado e a continuidade no relacionamento com os mesmos colaboradores, fator que reforça a proximidade, a confiança e a diferenciação da marca no mercado.

PARCEIROS WU

Conforme referido anteriormente, o negócio das transferências de dinheiro evoluiu em 2025 num contexto exigente, particularmente ao nível da dinâmica com a rede de agentes. Ao longo do ano verificaram-se variações no ritmo de atividade, refletindo um mercado em ajustamento e em transformação.

O desempenho mais dinâmico observado em dezembro foi impulsionado sobretudo por fatores sazonais e por uma maior concentração de operações no final do ano, enquadrando-se no padrão típico deste período.

De destacar a importância do papel da equipa comercial no acompanhamento comercial de todos os parceiros e proximidade no terreno para fazer face à ação da concorrência que está também cada vez mais presente e agressiva e com ações de captação e fidelização de agentes.

COMPRA DE OURO

Em 2025, o mercado do ouro em Portugal continuou a destacar-se no contexto económico nacional e internacional, refletindo a persistente valorização deste metal precioso como ativo de refúgio. O preço do ouro atingiu máximos históricos em várias fases do ano, impulsionado por fatores geopolíticos e incertezas nos mercados globais. Esta tendência de valorização tem contribuído para reforçar a posição estratégica do ouro nas reservas nacionais e para o interesse continuado dos investidores institucionais no setor.

O mercado do ouro evoluiu de um lastro monetário para um ativo de investimento e refúgio, com a sua cotação refletindo o grau de instabilidade económica global, alcançando picos impressionantes nos últimos anos devido à procura por segurança.

O ano de 2025 foi de enorme importância para a consolidação do novo serviço não só em número de operações, mas principalmente no número cada vez maior de balcões que fazem diariamente um número crescente de operações e com compras mais relevantes.

O novo portal do ouro foi uma peça crucial para a melhoria a vários níveis da operação e no incremento da experiência do cliente em balcão.

SOLUÇÕES GLOBAIS DE PAGAMENTOS – WORDLINE

Em 2025, o mercado de terminais de pagamento continuou a evoluir de forma dinâmica, refletindo a transformação digital acelerada dos serviços financeiros e a crescente adoção de soluções

contactless e móveis em Portugal e no mundo. A expansão da aceitação de pagamentos digitais, suportada por tecnologias como NFC, QRcode e SoftPOS, impulsionou a competitividade no setor e reduziu barreiras à entrada de novos participantes no mercado de terminais físicos e virtuais. Em termos do fecho do ano verificamos uma subida em volume e também em comissões.

A consolidação do novo modelo de terminal android revelou-se um sucesso e de extrema importância para a fidelização de alguns merchants que retomaram a atividade connosco com um elevado grau de satisfação.

Introduzimos uma relevante alteração no processo de submissão do contrato que é feito agora de forma totalmente digital, otimizando o tempo de todos os intervenientes e tornando o processo ainda mais rápido e simples.

CRÉDITO PESSOAL

No que respeita ao crédito pessoal, 2025 foi marcado por um crescimento significativo da concessão de crédito ao consumo em Portugal. Dados recentes indicam que os empréstimos pessoais e ao consumo aumentaram de forma consistente ao longo do ano, refletindo uma maior procura por financiamento das famílias e condições de mercado mais favoráveis.

O mercado de crédito pessoal em Portugal continua a demonstrar dinamismo: o Banco de Portugal revelou um aumento de 6,98% no montante total de novos créditos pessoais face ao período homólogo, apesar da redução do montante médio por contrato.

A performance do mais recente serviço na rede Unicâmbio, teve uma evolução muito positiva com um crescimento de dois dígitos. Todos os indicadores em análise fecharam o ano no verde, com fortes melhorias no incremento do número de processos e, também, no retorno financeiro para a empresa.

WALLET UNIMONEY

2025 marcou um salto qualitativo na proposta de valor da Unimoney. Consolidámos as bases lançadas em 2023 e 2024 e acrescentámos dois vetores transformadores para o nosso ecossistema: carregamentos via PIX e o Programa de Fidelização Unicâmbio → Unimoney. Estas iniciativas reforçam a missão de aproximar os clientes dos serviços financeiros do dia a dia, com simplicidade e utilidade tangível.

- Carregamento via PIX (Brasil → Unimoney): disponibilizámos o carregamento da carteira através de PIX, permitindo que clientes com contas no Brasil possam enviar fundos de forma rápida, conveniente e a custos competitivos diretamente para a sua Unimoney. Este avanço responde a um segmento relevante da nossa base de clientes.
- Programa de Fidelização Unicâmbio: lançámos um programa de pontos que recompensa operações realizadas nos balcões Unicâmbio (Câmbios, Transferências Western Union e Crédito Pessoal). Os pontos acumulam na Unimoney e podem ser convertidos em saldo, produtos ou experiências, criando um ciclo virtuoso entre o canal físico e a carteira digital.

Para além destes marcos, prosseguimos o trabalho de robustez operacional, estabilidade da app e evolução contínua da experiência de utilizador, mantendo elevados padrões de segurança e conformidade.

Neste domínio, destacam-se evidências qualitativas como: aumento de adoção dos carregamentos via PIX, crescimento da utilização por parte dos clientes e retenção associado ao Programa de Fidelização, e diminuição de fricção nos fluxos críticos da app.

GESTÃO DE TESOURARIA

A gestão de tesouraria de apoio aos lojistas mantém-se como um serviço relevante no portefólio, com margem para crescimento adicional.

Em 2025, registou-se uma evolução positiva ao nível do comissionamento, sustentada por um ajustamento na base de clientes e por uma maior otimização da estrutura de receita. Esta dinâmica permitiu reforçar o contributo desta área para o desempenho global, consolidando o seu posicionamento estratégico no conjunto da oferta.



COMUNICAÇÃO E MARCA

A comunicação clara, responsável e orientada para o cliente continuou, em 2025, a ser um pilar estratégico da atuação da Unicâmbio. Todas as iniciativas desenvolvidas pelo Departamento de Comunicação e Marca tiveram como base a construção de relações de confiança duradouras, assentes na transparência, credibilidade, eficiência e proximidade com os diferentes públicos da marca.

Ao longo do ano, reforçámos o nosso compromisso com a inovação, a qualidade do atendimento e a excelência em todos os pontos de contacto com os clientes, acompanhando a evolução do setor financeiro e as expectativas de um consumidor cada vez mais informado e exigente.

Em 2025, deu-se continuidade ao processo de modernização dos balcões, com o alargamento da utilização de tablets informativos a novas localizações, nomeadamente Odivelas Strada, Vasco da Gama, UBBO e Braga Parque.

Estes dispositivos permitem o acesso imediato a informação obrigatória, como documentação legal e preçários, integrando simultaneamente conteúdos comerciais sobre campanhas e serviços em vigor. Esta iniciativa reforça a aposta da Unicâmbio na conjugação entre tecnologia e atendimento personalizado, promovendo uma experiência mais transparente, autónoma e eficiente.

Durante o ano, a Unicâmbio manteve uma estratégia de crescimento sustentado, com a abertura de novos balcões em Lagos, Braga II (Centro) e Albufeira, nas localizações da Rua Miguel Bombarda e Rua 5 de Outubro.

Estas inaugurações refletem o compromisso contínuo da empresa em disponibilizar espaços modernos, funcionais e alinhados com as necessidades dos clientes, reforçando a presença física da marca em zonas estratégicas e de elevada afluência.

A colaboração com a Western Union manteve-se ativa ao longo de 2025, com a promoção consistente das suas principais campanhas globais, consolidando a Unicâmbio como um dos seus parceiros de referência.

No crédito pessoal, a parceria com o BBVA continuou a evidenciar uma comunicação alinhada com momentos-chave do ano, como períodos de férias e regresso às aulas, assegurando que as soluções financeiras são comunicadas de forma oportuna e relevante.

No segmento da compra de ouro, a Unicâmbio reforçou a sua posição como referência no mercado, apostando em campanhas diferenciadoras e de forte impacto visual. Destacou-se a presença em suportes pouco convencionais, como carruagens exteriores de comboios, escadas rolantes em centros comerciais estratégicos, bem como campanhas em televisão, mupis e imprensa local, com um spot dedicado exclusivamente à compra de ouro.

No câmbio, a parceria com o programa TAP Miles & Go continuou a ser amplamente valorizada pelos clientes, evidenciando os benefícios concretos da acumulação de milhas em cada transação realizada.

Em 2025, o Blog da Unicâmbio consolidou-se como um canal relevante de informação e educação financeira, reforçando o posicionamento da marca como uma fonte credível e próxima dos seus clientes.

Foram publicados conteúdos focados em temas de interesse prático, como poupança, planeamento financeiro, viagens, câmbio, ouro e literacia financeira. A diversidade e qualidade dos artigos

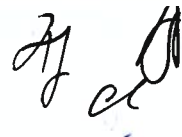
refletem o compromisso da Unicâmbio em disponibilizar informação clara, útil e atualizada, contribuindo para decisões financeiras mais informadas.

Ao longo de 2025, foram desenvolvidas diversas ações institucionais alinhadas com datas comemorativas e momentos relevantes do calendário. Destacaram-se iniciativas no Dia dos Namorados, no Dia Internacional da Mulher, na Páscoa e no Dia da Terra, com foco na proximidade, no bem-estar dos colaboradores e na sustentabilidade.

No Dia Mundial do Turismo, realizaram-se ações nos balcões dos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Madeira e Ponta Delgada, reforçando a experiência dos clientes em contexto de viagem. O Dia Mundial da Poupança foi assinalado com uma ação especial no Aeroporto de Lisboa, incentivando a poupança através de condições comerciais diferenciadas.

Em novembro, a Unicâmbio celebrou o seu 33.º aniversário com uma ação especial no Aeroporto de Lisboa. A 14 de novembro, realizou-se um pequeno concerto de saxofones na Praça Central do aeroporto, junto ao balcão da marca, criando um momento diferenciador e próximo de clientes e parceiros. Esta iniciativa assinalou mais de três décadas de percurso da Unicâmbio, marcado pela confiança, pela dedicação das suas equipas e pela proximidade com todos aqueles que, ao longo dos anos, têm feito parte da sua história.

No período natalício, entre 16 e 24 de dezembro, a Unicâmbio promoveu a ação “Troque connosco e descubra o seu presente” em balcões selecionados, oferecendo um brinde imediato aos clientes que realizaram operações de câmbio, reforçando a experiência e a relação de proximidade com a marca numa época especialmente relevante do ano.



CORPORATE

Em 2025, o Departamento Comercial Corporate enfrentou um contexto desafiante tanto na rede de Agentes Vinculados Western Union como na parceria Worldline. Apesar da pressão externa focámo-nos em proteger a carteira, estabilizar a operação e repor a cadência comercial, criando as condições para retomar o crescimento em 2026.

A rede de Agentes Vinculados exigiu um foco disciplinado na proteção da carteira e na continuidade operacional dos parceiros de maior impacto. Reforçámos a gestão comercial com rotinas de acompanhamento, revisões mensais e planos de ação dedicados por agente, enquanto retomámos uma prospeção seletiva, orientada por critérios de rentabilidade, risco e localização. Esta abordagem, mais criteriosa e próxima do terreno, permitiu-nos mitigar as pressões do contexto e assegurar serviço consistente aos agentes existentes.

Procedemos a um reequilíbrio da equipa dedicada à operação Worldline, com uma reestruturação e clarificação de funções que restabeleceram a cobertura adequada do território e melhoraram significativamente os tempos de resposta. Em paralelo, concluímos a migração da maioria dos terminais para o novo modelo, um passo determinante para a estabilidade da operação e para a satisfação dos clientes, refletido na redução de incidentes e na diminuição dos problemas de origem técnica. Esta combinação — organização interna mais clara e parque tecnológico atualizado — permitiu-nos preservar a carteira durante o período de transição, graças a um foco redobrado em serviço e suporte.

PARCERIAS

A Unicâmbio mantém a sua rede de balcões como um dos seus ativos mais estratégicos e diferenciadores. Este ativo tem vindo a ser progressivamente valorizado pelo reforço contínuo da confiança e credibilidade junto de clientes e parceiros, consolidado ao longo dos últimos anos. Como reflexo desse posicionamento sólido no mercado, tem-se verificado um interesse crescente por parte de diversas empresas em estabelecer parcerias com a organização, reconhecendo o seu papel relevante no setor dos serviços financeiros.

O ano de 2025 ficou marcado por um contexto desafiante, tanto a nível global como local, exigindo da empresa uma elevada capacidade de adaptação, agilidade na tomada de decisão e implementação de soluções inovadoras. Neste enquadramento, a estratégia adotada assentou num equilíbrio criterioso entre o investimento e a otimização de recursos, permitindo sustentar o crescimento e reforçar a competitividade da empresa num ambiente em constante transformação.

Paralelamente, observa-se uma mudança significativa nos comportamentos dos consumidores, que estão a redefinir prioridades e a procurar novas formas de satisfazer as suas necessidades num contexto cada vez mais digital. Ainda assim, verifica-se uma tendência clara de valorização do equilíbrio entre as facilidades proporcionadas pela tecnologia e a procura por experiências humanas autênticas e significativas. Neste sentido, a rede de colaboradores da empresa, que mantém um contacto direto e diário com os clientes, assume um papel determinante. Este capital humano representa uma alavanca essencial para o reforço da fidelização e para a captação de novos clientes, contribuindo para a diferenciação da proposta de valor da empresa.

Neste contexto, a Unicâmbio prossegue a sua estratégia de crescimento e diversificação do portefólio de produtos e serviços. Contudo, verifica-se um enfoque cada vez maior na consolidação e aprofundamento das relações com os parceiros já existentes.



Destacam-se, neste âmbito, parcerias estratégicas com entidades de referência e líderes nos respetivos setores, como a Western Union, a Euronet, a Worldline e a BBVA Consumer Finance. Estas colaborações têm contribuído de forma significativa para o reforço da oferta e para a consolidação da posição da empresa no mercado.

Com vista à sustentabilidade do crescimento futuro, a empresa continuará a analisar de forma rigorosa novas oportunidades de parceria, privilegiando projetos que acrescentem valor e que estejam alinhados com a sua estratégia e posicionamento. Tal como aconteceu este ano em que acrescentámos como parceiro um novo fornecedor de moeda exótica. Também, as entidades bancárias, tanto nacionais como estrangeiras a quem prestamos serviços, aumentou no ano de 2025.

Este compromisso com a inovação, a qualidade do serviço e o fortalecimento das relações institucionais continuará a ser um pilar fundamental para o desenvolvimento da Unicâmbio.

As parcerias estratégicas assumem um papel central na criação de valor e no crescimento sustentado do negócio. Num contexto de mercado cada vez mais exigente, enfrentar desafios de forma eficaz implica trabalhar em conjunto, partilhar conhecimento e desenvolver soluções mais abrangentes, suportadas por um investimento equilibrado e criterioso.

Crescer de forma sustentável significa evoluir lado a lado com os nossos parceiros, fortalecendo a confiança, a proximidade e o compromisso com resultados de longo prazo.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO & SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O ano de 2025 foi marcado pela consolidação do reforço de controlo e disciplina de execução na área de Tecnologia e Segurança da Informação, com foco em três eixos: (i) melhoria da organização e planeamento das equipas e do acompanhamento do trabalho (orientação a projetos e maior previsibilidade), (ii) reforço da resiliência operacional e da conformidade regulatória, com especial enfoque na preparação para o DORA (Digital Operational Resilience Act), e (iii) continuidade da evolução tecnológica em áreas críticas (infraestruturas, plataformas corporativas, dados e integrações com parceiros).

Em paralelo, foram desenvolvidas e operacionalizadas iniciativas relevantes para suportar o crescimento do negócio e a expansão da rede, incluindo projetos com parceiros e evolução de plataformas internas:

Governança, organização e gestão do trabalho (Projetos e Serviços de IT)

- Definição de estrutura de equipa e práticas para melhorar organização e planeamento, com adoção de uma ferramenta de acompanhamento de pedidos/projetos e reforço da mentalidade orientada a projetos (priorização, estimativa e prazos).
- Primeiros passos na consolidação da abordagem de serviços internos de TI e normalização do fluxo de suporte, separando pedidos de suporte de temas aplicativos e reduzindo entropia operacional.
- Aumento de visibilidade interna do trabalho entregue, recorrendo a reporting baseado em dados (ex.: dashboards com base em dados operacionais e Power BI).

Transformação digital, plataformas corporativas e infraestrutura tecnológica

- Renovação/evolução de soluções críticas de plataformas corporativas e serviços geridos (componentes de ERP e serviços de alojamento/segurança perimetral e colaboração).
- Migração e modernização de componentes de infraestrutura aplicacional, incluindo migração de servidor de sites internos e evolução funcional de plataformas internas (componentes de faturação/caixa e ferramentas internas de gestão).
- Iniciativas em plataformas de RH e capacitação: trabalho de procurement e avaliação de soluções.

Segurança da Informação e reforço de controlos

- Reforçados os controlos de Segurança da Informação, com foco na redução de risco operacional e no aumento da consistência dos mecanismos de acesso, monitorização e resposta. Foram também desenvolvidas ações de melhoria em áreas críticas, com reforço de processos internos, endurecimento de práticas e maior disciplina na gestão de evidência para auditoria.

Regulação e conformidade (DORA e controlos associados)

- Prosseguiu a evolução das iniciativas de conformidade e resiliência operacional, com foco no fortalecimento de processos internos (ex: Gestão de Mudança; Gestão de Projeto; Gestão de Ativos) e na capacidade de demonstrar evidência de controlo. Foram realizadas

atividades de preparação e suporte a auditorias e ações de melhoria, alinhadas com objetivos de robustez operacional e requisitos regulatórios aplicáveis.

Dados, Analytics e inovação (maturidade analítica)

- Continuidade do desenvolvimento da plataforma e práticas de engenharia de dados, incluindo adoção de práticas de versionamento/documentação e início de uma POC para evolução arquitetural (ex.: abordagem “lakehouse”).
- Investimento em cultura e capacitação: iniciativas de literacia e formação (Power BI e tecnologias de plataforma moderna), com enfoque em alargar competências internas e fomentar adoção transversal

Operações e parcerias

- Foram executadas iniciativas tecnológicas para suporte a operações e parcerias relevantes, incluindo evoluções de integração e adequações técnicas necessárias à continuidade e expansão do negócio, assegurando alinhamento com requisitos de segurança, disponibilidade e controlo.

Suporte ao crescimento e expansão operacional

- Abertura de novos balcões, assegurando capacidade tecnológica e operacional associada (infraestrutura, acessos, integrações e suporte), alinhada com os padrões de segurança e continuidade definidos.



SEGURANÇA FÍSICA

Durante o período referente a este relatório, a Unidade de Serviço de Segurança Física – USSF, deu especial ênfase à formação de coordenadores e colaboradores, em situações de risco, tendo por objetivo, comportamentos de prevenção e resposta a incidentes.

Foi elaborado e remetido para a aprovação da Administração da Unicâmbio, uma revisão do Manual de Procedimentos de Segurança para o ano de 2026. O seu conteúdo, possui instruções claras e objetivas sobre o funcionamento e orgânica da empresa no que respeita à função segurança, delimitando fronteiras e responsabilidades.

Neste período, foram ministradas 12 ações de formação de segurança, quer em período inicial de funções, quer no decurso da carreira dos colaboradores.

A USSF, consciente da necessidade de prevenção e colaboração com as Forças e Serviços de Segurança, manteve e incrementou ligações com essas autoridades, com o objetivo de garantir a segurança de pessoas e bens.

Continuámos com a implementação de medidas de segurança adicionais nas empresas participadas.

Durante o ano de 2025, foi elaborada documentação sobre Procedimentos em Incidentes, que abordam vários temas, nomeadamente como nos devemos comportar em caso de falha de energia elétrica (por períodos prolongados), em caso de terramoto, tsunami, incêndio.

Incrementou-se o trabalho já realizado com os nossos parceiros de segurança, nomeadamente com o nosso parceiro de segurança eletrónica. Iniciamos e concluímos o procurement de um software que permitirá integrar as diferentes soluções de CCTV e controlo de acessos, de forma a permitir criação de histórico de equipamento/intervenções e tornar a Unidade mais eficiente.

Iniciou-se a integração de pedidos de intervenções pelos balcões à Unidade de Serviço de Segurança Física.

A integração de relatórios de segurança dos balcões, em base de dados, permite-nos criar um histórico de eventos para consulta e mitigação de situações.

Alteramos protocolos existentes entre a Unicambio e a central de Segurança.

Implementaram-se procedimentos internos de admissão de novos colaboradores com o apoio dos Recursos Humanos da Unicâmbio.

Durante o ano de 2025, foram efetuados vários investimentos em segurança (pessoas e bens), como forma de prevenir e mitigar situações de risco.

SERVIÇOS FINANCEIROS

O exercício de 2025 caracterizou-se pela existência dum conjunto de acontecimentos de elevada relevância e impacto transversal na atividade da Unidade de Serviços Financeiros, marcado por decisões estruturantes, operações de natureza extraordinária e pelo reforço do seu papel enquanto área de suporte crítico à gestão e à tomada de decisões com impacto relevante no perímetro do Grupo Unicâmbio.

Um dos principais focos do ano foi o processo de venda da participada na Alemanha, uma operação de grande dimensão e complexidade, que envolveu múltiplas áreas da organização, e exigiu um acompanhamento rigoroso ao nível financeiro, contabilístico e de reporte.

A Unidade de Serviços Financeiros esteve profundamente envolvida em todas as fases do processo, assegurando a preparação, validação e disponibilização de toda a informação transversalmente a todas as áreas envolvidas, nomeadamente ao nível do acompanhamento financeiro e contabilístico, mas também na preparação de informação estruturada, fiável e tempestiva, essencial para suportar negociações, processos de due diligence e decisões estratégicas.



Trata-se de um processo ainda não completamente fechado, cuja evolução ao longo de 2026 continuará a exigir atenção, acompanhamento e recursos por parte deste departamento assim como um acompanhamento próximo, com foco na mitigação de riscos e na salvaguarda dos interesses do Grupo.

Em paralelo, 2025 foi um ano de investimento na governação interna, através do desenvolvimento e implementação de políticas, com o objetivo de reforçar o controlo, a uniformização de práticas e mitigação de riscos operacionais e financeiros e assegurar maior robustez organizacional.

No âmbito do reforço dos instrumentos de apoio à gestão, procedeu-se à criação de um dossier de gestão, concebido como uma ferramenta estruturante para o acompanhamento da performance económico-financeira do Grupo.

Este instrumento contribuiu para aumentar a qualidade, consistência e granularidade da informação reportada, reforçando a capacidade de análise, o controlo de gestão e o suporte à tomada de decisão estratégica, com impacto direto na criação de valor e na eficiência da gestão.

Durante o exercício, foi igualmente conduzido o processo de fecho da empresa participada em Inglaterra, uma decisão alinhada com a racionalização da estrutura do Grupo e com a otimização dos recursos. Este processo exigiu uma coordenação próxima com parceiros externos, assim como um acompanhamento rigoroso ao nível financeiro, contabilístico e fiscal, garantindo o cumprimento das obrigações legais e a salvaguarda dos interesses do Grupo, enquanto permitiu reduzir complexidade operacional futura.

No domínio da transformação digital e da evolução dos modelos de gestão da informação, a empresa continuou a investir no projeto de Data Warehouse (DW), com um enfoque estratégico no desenvolvimento de uma cultura analítica transversal à organização. A Unidade de Serviços Financeiros assumiu um papel ativo na definição de alguns requisitos, na validação da informação e na construção de indicadores de gestão, com o objetivo de evoluir para modelos de reporting mais



robustos, orientados para a análise de desempenho, controlo de gestão e suporte à decisão estratégica.

Ao longo do ano manteve-se igualmente um processo contínuo de melhoria na comunicação e articulação com as restantes áreas da instituição, com a deslocação de membros da equipa financeira à rede, e com o aumento da partilha de informação com as várias áreas de Direção.

De um modo geral, 2025 foi um ano exigente, marcado por acontecimentos estruturantes, por uma forte dinâmica de mudança, pelo reforço da governação interna e pelo investimento em instrumentos e modelos de suporte à decisão.

O trabalho desenvolvido permitiu não só responder aos desafios imediatos, como também criar bases sólidas para a continuidade dos projetos estruturantes em curso, reforçando o posicionamento da função financeira como uma área estratégica da gestão e um elemento primordial para a criação de valor sustentável para a Unicâmbio.



TESOURARIA

O ano de 2025 constituiu um desafio para a Tesouraria, na medida em que participamos e nos adaptamos à nova realidade das atividades de negócio da Unicâmbio. Alterações no setor do turismo e na opção por meios de pagamento digitais ditaram mudanças na atividade do câmbio manual e contextos de incerteza mundiais trilharam o rumo da atividade do ouro.

A Tesouraria consolidou as parcerias existentes nomeadamente com fornecedores, clientes-empresas e instituições financeiras. No âmbito do câmbio manual foram estabelecidas novas parcerias para a compra e para a venda de moeda que se mostraram diferenciadoras para os objetivos alcançados.

Cultivamos a dinâmica de interação e cooperação com todos os departamentos da empresa. Por força da atividade e com foco no negócio é natural uma maior proximidade à Rede de Balcões tendo por isso a Tesouraria visto o seu trabalho ser reconhecido pela Rede de Balcões pelo segundo ano consecutivo.

No âmbito das operações realizadas nos Balcões da Unicâmbio passamos a assumir o pagamento de todas as operações cujo meio de pagamento é a transferência bancária. Este ano em particular, temos vindo a assistir a um incremento deste meio de pagamento por força do regulamento europeu em vigor no início de 2025, em que as transferências bancárias imediatas passaram a ser gratuitas e à crescente preferência dos clientes por este meio de pagamento.

Em 2025, a implementação do Gold Boost na Tesouraria foi uma realidade. No âmbito da atividade do ouro da Unicâmbio, foi desenvolvido um automatismo para o processo de atualização das cotações do ouro. Consideramos ter sido este o primeiro de muitos outros automatismos a serem desenvolvidos atendendo à importância do trabalho levado a cabo pela Tesouraria no âmbito desta atividade.



COMPLIANCE

Enquadramento e Missão

A Função de Conformidade tem como missão assegurar que a Instituição exerce a sua atividade em conformidade com o enquadramento legal e regulamentar aplicável ao setor financeiro, bem como com as normas internas, princípios éticos e orientações das autoridades de supervisão nacionais e europeias.

A sua atuação visa mitigar riscos legais, regulamentares, operacionais e reputacionais, contribuindo para a estabilidade, solidez e sustentabilidade da Instituição.

Estrutura e Modelo de Governação



A Função de Conformidade atua de forma independente, com reporte funcional aos órgãos de gestão, em conformidade com o regime legal aplicável, nomeadamente o Aviso 3/2020 do Banco de Portugal.

No exercício em análise, manteve uma articulação com as demais áreas de controlo interno, Tecnologia da Informação, Segurança da Informação e outras

Unidades Organizativas, assegurando uma abordagem integrada aos riscos de conformidade.

Principais Atividades Desenvolvidas em 2025

Durante o período em referência, destacam-se as seguintes atividades:

- Acompanhamento da evolução do quadro regulatório europeu e avaliação do impacto na atividade da Instituição;
- Revisão e atualização de políticas, procedimentos e controlos internos, nomeadamente em matéria de conduta, PBCFT, governação e gestão de riscos;
- Apoio às áreas operacionais e tecnológicas na interpretação de requisitos regulamentares; e na participação em projetos internos com impacto regulatório, nomeadamente, no âmbito do dever de reporte ao Banco de Portugal como o novo modelo de reporte DPM 2.0 e Projeto Pay, entre outros instrumentos regulatórios;
- Gestão e acompanhamento de comunicações com as autoridades de supervisão, policiais e judiciais;
- Seguindo o plano anual, foram promovidas ações de formação dirigidas aos colaboradores, com enfoque em temas críticos para a Instituição de Pagamento, nomeadamente obrigações regulamentares, PBCFT, segurança da informação, proteção de dados e conduta ética, contribuindo para o reforço de uma cultura de conformidade transversal;
- Gestão e monitorização do funcionamento do canal de denúncia e do tratamento adequado das comunicações recebidas.

PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO (PBCFT)

No âmbito do regime de PBCFT, a Função de Conformidade seguiu a implementação das obrigações legais e regulamentares aplicáveis, incluindo a adaptação progressiva às novas iniciativas legislativas europeias, designadamente o pacote AML/CFT da União Europeia.

Foram reforçados os mecanismos de reporte, avaliação de risco, diligência devida, monitorização de transações e reporte, em articulação com as áreas relevantes, tendo em vista o alinhamento com as melhores práticas.

PRINCIPAIS DESAFIOS REGULATÓRIOS E OPERACIONAIS

O ambiente regulatório aplicável às instituições de pagamento encontra-se em constante evolução, destacando-se, entre os principais desafios:

- Digital Operational Resilience Act (DORA): colaboração e acompanhamento do projeto para o cumprimento dos novos requisitos em matéria de resiliência operacional digital, gestão de riscos TIC, resposta a incidentes, testes de resiliência e gestão de prestadores terceiros de serviços TIC;
- Orientações e standards da EBA: acompanhamento contínuo das guidelines aplicáveis às instituições de pagamento, exigindo ajustamentos frequentes a políticas, processos e sistemas de controlo interno;
- Nova regulamentação europeia em PBCFT: adaptação às futuras exigências decorrentes do novo quadro europeu, incluindo o reforço da abordagem baseada no risco e da harmonização a nível da União Europeia;
- Inteligência Artificial (AI): preparação para a avaliação do impacto do Regulamento Europeu da Inteligência Artificial (AI Act), nomeadamente no que respeita à utilização de sistemas automatizados, governação, transparência, explicabilidade e mitigação de riscos éticos e de conformidade.



GESTÃO DE RISCO

A área de Gestão de Risco, integrada no Centro Corporativo da Unicâmbio, tem como missão assegurar que o perfil global de risco da organização se mantém alinhado com a estratégia e com os níveis de apetite e tolerância ao risco definidos pelo Conselho de Administração, ao qual reporta diretamente, atuando de forma independente.

A função de Gestão de Risco é responsável pela identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos materiais, bem como pelo acompanhamento da eficácia do sistema de gestão de riscos, suportado por políticas e procedimentos alinhados com o enquadramento legal e regulamentar aplicável às Instituições de Pagamento e de Moeda Eletrónica, incluindo as exigências do Banco de Portugal, contribuindo para uma tomada de decisão informada e consciente do risco.

Em 2025, a área concentrou-se na consolidação do seu modelo de funcionamento, na definição dos meios técnicos e humanos necessários ao bom desempenho das suas funções, na clarificação do seu âmbito de atuação e no reforço da divulgação dos princípios de gestão de risco em toda a organização, através da continuidade das visitas à rede de balcões e da realização de ações de formação dirigidas aos colaboradores.

No âmbito do governo interno, foram atualizadas e aprovadas pelo Conselho de Administração políticas estruturantes, incluindo o Regulamento Interno da Função de Gestão de Risco, a Política e Procedimentos de Análise de Operações com Partes Relacionadas, a Política de Risco Reputacional, a Política de Gestão de Risco Operacional, a Política de Apetite e Tolerância ao Risco e o Plano de Continuidade de Negócio.

AUDITORIA INTERNA

A atividade desenvolvida ao longo do ano destaca os principais contributos do departamento para o fortalecimento dos mecanismos de controlo interno, gestão de riscos e promoção de uma cultura organizacional orientada para a excelência.

A criação do Departamento de Auditoria Interna no segundo semestre de 2021 resultou de uma decisão estratégica da administração da Unicâmbio, com o objetivo de reforçar a confiança nos seus processos e práticas junto de parceiros, entidades reguladoras e de supervisão. Esta iniciativa visou garantir uma atuação transversal e independente da auditoria interna em toda a estrutura organizacional, proporcionando uma avaliação contínua e isenta dos riscos inerentes às diversas atividades da empresa.

Em 2025, o Departamento de Auditoria Interna desenvolveu um conjunto alargado de auditorias internas nas seguintes áreas:

- Centro Corporativo Gestão de Risco;
- Unidade de Marca e Comunicação - Reclamações;
- Unidade de Serviços Financeiros – Pagamento a Fornecedores;
- Unitransfer - Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais;
- Centro Corporativo de Compliance – Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais;

No âmbito da Auditoria Operacional, foram realizadas:

- 160 auditorias à rede de balcões da Unicâmbio em Portugal;
- 6 auditorias à rede de balcões da Ucâmbio na Alemanha;
- 2 auditorias aos balcões da Unicâmbio em Marrocos (Casablanca).

Os relatórios produzidos identificaram várias oportunidades de melhoria, as quais foram devidamente reportadas e acompanhadas por um plano de ações corretivas. As recomendações efetuadas foram alvo de um acompanhamento contínuo, tendo sido implementadas com sucesso a maioria das medidas sugeridas.

Reconhecendo o contexto altamente competitivo em que opera, o Grupo Unicâmbio mantém como prioridade a qualidade do atendimento ao cliente, entendida como um fator diferenciador essencial para a fidelização e retenção de clientes. Neste sentido, a avaliação da experiência de atendimento nos balcões da Unicâmbio foi complementada, pelo terceiro ano consecutivo, por uma iniciativa de Mystery Shopping (Cliente Mistério), que permitiu identificar de forma objetiva os pontos fortes e as áreas a desenvolver no relacionamento com os clientes.

O ano de 2025 foi marcado por importantes avanços na consolidação da função de auditoria interna, com impacto significativo na melhoria dos processos e no fortalecimento da estrutura de controlo do Grupo Unicâmbio.



6. DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

Durante o ano de 2025, concluíram-se as negociações da venda da Ucambio (participada a 100% pela Unicâmbio), tal correspondeu a uma mudança de política comercial e estratégica da Western Union que vai no sentido de possuir balcões próprios em determinados mercados. Para a Unicâmbio foi uma excelente oportunidade de negócio não só pelas mais valias obtidas, como pela experiência conseguida na estruturação e apoio à Ucambio por parte das estruturas da Unicâmbio em Portugal.



Não obstante, a Unicâmbio continua a estar presente em dois continentes e três países: Portugal, Angola e Marrocos.

De realçar que em todas as geografias, a Unicâmbio e as suas participadas, registaram resultados positivos no ano de 2025.

Em Angola, o comportamento do Kwanza ao longo de 2025 teve impacto direto na disponibilidade de divisas e na gestão diária da operação. A inflação manteve-se elevada, condicionando o poder de compra e exigindo uma atenção constante à liquidez.

Neste enquadramento, a Unitransfer apresentou um desempenho positivo, com crescimento no serviço de transferências internacionais, em particular através da parceria com a Western Union, que continua a assumir um peso relevante na atividade.

Ao longo do ano foram igualmente reforçados os procedimentos internos e os mecanismos de compliance, em linha com as orientações do Banco Nacional de Angola.

A operação em Marrocos decorreu num contexto de maior estabilidade económica e cambial, permitindo uma gestão mais previsível da atividade. Apesar do enquadramento internacional, a Unicâmbio Marrocos manteve um desempenho consistente em 2025, com volumes estáveis e foco na eficiência operacional.

Foram desenvolvidos esforços contínuos no sentido de otimizar processos internos e assegurar o cumprimento integral das exigências regulatórias locais.

7. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Unicâmbio tem vindo a integrar progressivamente princípios de sustentabilidade e responsabilidade social na sua atividade, reconhecendo a importância de desenvolver o seu negócio de forma responsável, equilibrada e alinhada com as expectativas da sociedade. Neste contexto, a empresa procura conciliar a criação de valor económico com uma atuação consciente do ponto de vista ambiental, social e de governação, reforçando o seu contributo para uma atividade empresarial mais sustentável e responsável.

Ao longo de 2025, a Unicâmbio reforçou este compromisso, aprofundando a integração destes princípios na sua cultura organizacional e na forma como desenvolve a sua atividade. Num contexto em que as organizações são cada vez mais chamadas a desempenhar um papel ativo na resposta aos desafios ambientais e sociais, a empresa tem procurado desenvolver iniciativas que conciliem a criação de valor económico com uma atuação responsável e sustentável.

Neste enquadramento, foi divulgada a Política de Sustentabilidade da Unicâmbio, documento que estabelece os princípios orientadores e as linhas de atuação que enquadram o desenvolvimento de iniciativas nas vertentes ambiental, social e de governação. Esta política traduz o compromisso da empresa em promover práticas responsáveis na condução da sua atividade, procurando integrar preocupações de sustentabilidade na gestão dos seus recursos, na relação com os colaboradores e na forma como se posiciona perante a comunidade e os diferentes stakeholders.

No âmbito da implementação da sua política de sustentabilidade, a Unicâmbio tem vindo a desenvolver diversas iniciativas que procuram promover uma utilização mais eficiente de recursos e reforçar a responsabilidade social da organização. Entre as principais medidas destacam-se:

- A substituição progressiva de documentação impressa por formatos digitais em diversos processos internos;
- A implementação de um projeto piloto em vários balcões com recurso a tablets para comunicação de informação anteriormente disponibilizada em papel;
- A utilização de energia proveniente de fontes renováveis nos contratos de eletricidade dos balcões da empresa;
- A promoção de ações internas de sensibilização dirigidas aos colaboradores para incentivar práticas mais sustentáveis no local de trabalho.

Estas iniciativas procuram contribuir para uma gestão mais eficiente dos recursos utilizados pela empresa e para a redução gradual do impacto ambiental associado à sua atividade.

Entre as iniciativas desenvolvidas no domínio ambiental, destaca-se igualmente o arranque do projeto de doação de papel ao Banco Alimentar, uma iniciativa que visa promover o reaproveitamento responsável dos resíduos de papel gerados internamente pela organização. Este projeto permite encaminhar o papel recolhido para reciclagem, sendo posteriormente convertido em apoio financeiro para essa instituição, contribuindo assim para reforçar a sua capacidade de intervenção junto das populações mais vulneráveis.

Esta iniciativa assume um impacto positivo em duas dimensões distintas. Por um lado, contribui para uma gestão mais eficiente dos resíduos gerados pela atividade da empresa, reduzindo o desperdício e promovendo práticas alinhadas com os princípios da economia circular. Por outro lado, permite

apoiar uma instituição de reconhecida relevância social, reforçando o contributo da Unicâmbio para iniciativas de solidariedade e apoio às comunidades.

Apesar de se encontrar ainda numa fase inicial de implementação, o projeto já evidencia resultados encorajadores, prevendo-se a sua continuidade e desenvolvimento ao longo dos próximos anos.

No plano da responsabilidade social interna, a Unicâmbio reforçou igualmente a sua atuação através da criação do fundo solidário “Unidos por Si”. Esta iniciativa foi concebida com o objetivo de apoiar colaboradores que enfrentem situações excecionais com impacto significativo no bem-estar das suas famílias, disponibilizando um mecanismo de apoio financeiro em momentos particularmente exigentes.

O fundo “Unidos por Si” destina-se a apoiar despesas consideradas essenciais, designadamente material escolar para os filhos dos colaboradores, bem como a aquisição de equipamentos fundamentais e a realização de reparações no lar. O acesso a este apoio realiza-se através de um processo de candidatura estruturado, concebido para assegurar critérios de transparência, confidencialidade e equidade no tratamento das situações apresentadas.

As candidaturas submetidas são analisadas por um comité independente, responsável por avaliar cada pedido de forma rigorosa e responsável, garantindo que a atribuição dos apoios respeita critérios claros e objetivos.

De forma global, as iniciativas desenvolvidas ao longo de 2025 refletem a intenção da Unicâmbio de consolidar progressivamente uma abordagem estruturada à sustentabilidade, integrando preocupações ambientais e sociais na sua atividade e na sua estratégia de longo prazo.

A Unicâmbio reconhece que a criação de valor sustentável exige uma visão de longo prazo, assente em práticas de gestão responsáveis e em mecanismos de governação que assegurem transparência, integridade e adequada gestão de riscos. Neste sentido, a empresa continuará a acompanhar a evolução das melhores práticas e das orientações regulatórias aplicáveis, procurando reforçar gradualmente as suas iniciativas nas dimensões ambiental, social e de governação.

Entendemos que a sustentabilidade representa um processo contínuo de melhoria e evolução. Neste enquadramento, a Unicâmbio continuará a avaliar e a desenvolver novas ações que contribuam para uma atuação cada vez mais responsável, reforçando simultaneamente o seu compromisso com os colaboradores, clientes, parceiros e restantes stakeholders.

A consolidação destas iniciativas constitui um elemento relevante para o reforço da solidez institucional da Unicâmbio e para a construção de relações de confiança duradouras com a comunidade e com todas as partes interessadas.

8. EVOLUÇÃO ECONÓMICA

Durante o exercício económico, as incertezas, resultantes do prosseguimento dos conflitos no médio oriente e na Ucrânia, conjugadas com as políticas protecionistas adotadas pelos EUA em relação aos seus parceiros comerciais, contribuíram decisivamente para a criação do desafiante contexto de mercado em que a UNICÂMBIO desenvolveu a sua atividade.

Não obstante o referido contexto de mercado e o acentuar do ambiente competitivo no setor, o desempenho económico da nossa Instituição, apesar de menos conseguido que nos anos imediatamente anteriores, não deixou de ser positivo. Com efeito, mantendo a capacidade operacional demonstrada ao longo dos últimos anos, assente na diversificação, na inovação e na fidelização dos clientes e beneficiando da maior exposição ao turismo que tem vindo a verificar-se nos mercados do sul da europa, foi possível mitigar o impacto de vários dos constrangimentos registados, como os causados pela pressão concorrencial crescente exercida através das novas plataformas digitais ou pela queda acentuada e persistente da cotação do USD, e chegar ao final do exercício com um resultado líquido positivo de cerca de 918 m€.



No que respeita aos proveitos obtidos no exercício em apreciação, verificou-se uma redução significativa no montante do produto bancário (de 21,9 M€ em 2024 para 20,6 M€ em 2025), cujas causas se encontram, fundamentalmente, nos decréscimos registados no rendimento líquido das comissões, que passou de 5,7 M€ em 2024 para 5,1 M€ em 2025 e no resultado líquido da reavaliação cambial, o qual, no mesmo período, baixou de 15,1 M€ para 13,6M€. O impacto das referidas quebras foi, em certa medida, atenuado pelos “resultados da alienação de outros ativos”, estando aqui incluídos o ouro, o crédito pessoal e a gestão de tesouraria, para além de outros, como corolário do crescimento que tem vindo a registar ano após ano.

No último triénio, o contributo de cada uma das referidas componentes para o produto bancário apurado evoluiu nos seguintes termos:

	2023	2024	2025
Rendim. Líq. Serviços e Comissões	5 697 216 €	5 745 021 €	5 144 315 €
Resultado Reaval. Cambial (líquido)	13 971 545 €	15 142 095 €	13 615 150 €
Result. Alienação de Outros Ativos	298 370 €	662 294 €	1 620 320 €

Na evolução dos valores das diferentes rubricas destaca-se, por um lado, o decréscimo dos ganhos líquidos em comissões e na reavaliação cambial, facto ocorrido pela primeira vez após o período da pandemia, e, por outro lado, o acréscimo dos “resultados da alienação de outros ativos”, impulsionados pelo crescimento da venda de ouro, numa clara demonstração do acerto da estratégia de diversificação oportunamente decidida pela UNICÂMBIO, como forma de mitigar o efeito da agressividade concorrencial desencadeada nos últimos anos sobre os seus produtos core.

Relativamente aos custos suportados em 2025, não obstante a gestão criteriosa a que foram submetidos, não foi possível ajustar a respetiva evolução ao decréscimo verificado nos proveitos core. Assim, todas as principais componentes da estrutura de custos – os gastos com pessoal, os gastos gerais administrativos e as depreciações e amortizações do exercício -, registaram aumentos, embora com causas e dimensões nem sempre coincidentes: os gastos com pessoal subiram 5,4% face ao ano anterior, refletindo a pressão salarial que se tem feito sentir em muitos setores e a política remuneratória da nossa Empresa, a qual, não obstante o carácter desafiante do atual



contexto, não deixou de contemplar importante montante de gratificações de balanço; os gastos gerais administrativos registaram um aumento global de 2,9% em relação aos do ano anterior, um pouco acima da taxa de inflação média no ano, mas refletindo o esforço de contenção a que foram sujeitos os custos com a aquisição da generalidade dos bens e serviços necessários ao desenvolvimento da atividade, sendo as principais exceções representadas pelas rendas (+8,2%), pela conservação e reparação (+42,1%) e pela publicidade (+80,3%); as amortizações e reintegrações do exercício excederam as do ano anterior em 5,1%, fruto do continuado investimento realizado e da contabilização da locação operacional em conformidade com a IFRS 16.

Fruto do desempenho operacional atrás mencionado, em 2025 a Unicâmbio apurou um resultado líquido de 918.419€, que inclui a apropriação de resultados por equivalência patrimonial no montante de 28.479€ (em 2024 estes últimos tinham sido negativos, no montante de -58.005€).

No último triénio, os principais indicadores do desempenho económico da UNICÂMBIO evoluíram nos seguintes termos:

	2023	2024	2025
Produto Bancário	19 744 372 €	21 860 248 €	20 569 404 €
Resultado Líquido	2 289 818 €	2 162 285 €	918 419 €
EBITDA	4 619 058 €	4 721 482 €	3 135 350 €
Rendibilidade do Ativo Total	10,78%	9,91%	4,12%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	17,28%	14,69%	6,21%

Os indicadores e os rácios de rendibilidade relativos a 2025 apontam no sentido do agravamento das condições operacionais, consequência da ação conjugada entre o decréscimo dos proveitos core e a manutenção da pressão sobre a estrutura dos custos necessários ao normal desenvolvimento da atividade, de forma mais acentuada no caso dos custos fixos. Como atrás mencionado, o resultado líquido obtido foi de 918 m€, valor que traduz uma quebra de 57,5% face ao apurado no ano anterior. O EBITDA atingiu o montante de 3.135 m€, uma redução de 33,6% em relação a 2024.

Independentemente do desempenho económico menos conseguido que o do triénio anterior, a UNICÂMBIO manteve uma posição bastante sólida na sua área de negócio, em cuja liderança nacional permanece destacada. É certo que tem pela frente uma multiplicidade de fatores desafiantes, mas, à semelhança do que se verificou em muitas outras situações adversas com que foi confrontada ao longo da sua existência de mais de trinta anos, cujo melhor exemplo relativamente recente foi o vivido durante o período da pandemia, encontrará forma de as ultrapassar, ancorada na qualidade dos seus recursos materiais e humanos, na dimensão da sua experiência e na excelência da sua estrutura de capitais.

9. SITUAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a estrutura patrimonial da UNICÂMPIO decompunha-se nos termos seguidamente apresentados no quadro que sintetiza os seus balanços nas referidas datas:

	2024	2025
ACTIVO		
Caixa e outros dep. à ordem	11 469 183 €	11 921 745 €
Ativos financeiros	623 131 €	812 645 €
Propriedades de investimento	1 007 131 €	985 824 €
Ativos fixos tangíveis	5 575 927 €	5 304 183 €
Ativos intangíveis	140 270 €	90 768 €
Investim. em filiais e assoc.	326 506 €	335 832 €
Ativos não correntes detidos venda	963 159 €	
Ativos por impostos correntes		186 076 €
Outros activos	1 710 571 €	2 641 609 €
TOTAL	21 815 878 €	22 278 681 €
PASSIVO		
Passivos financeiros	8 672 €	13 718 €
Provisões	110 000 €	75 000 €
Passivos por impostos correntes	2 706 €	
Outros passivos	6 970 520 €	7 411 709 €
TOTAL	7 091 898 €	7 500 428 €
CAPITAL		
Capital realizado	2 000 000 €	2 000 000 €
Rubricas não reclassif. em result.	-999 566 €	-1 013 713 €
Lucros Retidos	6 900 067 €	7 996 124 €
Outras Reservas	4 661 195 €	4 877 423 €
Resultado do exercício	2 162 285 €	918 419 €
TOTAL	14 723 981 €	14 778 253 €
TOTAL PASSIVO + CAPITAL	21 815 879 €	22 278 681 €

Tendo mantido integralmente o equilíbrio que vinha apresentando nos anos anteriores, assente em elevados níveis de liquidez e de capitais próprios, a referida estrutura representa um autêntico teste de stress, confirmando que o desempenho económico menos conseguido no exercício não teve impacto na forte solidez financeira que constitui imagem de marca da nossa Empresa e importante garante da capacidade para enfrentar os desafios que temos pela frente.

Do lado do Ativo representado no quadro anterior, salienta-se a consistência do seu montante global e a sua composição, nesta continuando a predominar o elevado nível das disponibilidades, o montante significativo dos ativos fixos tangíveis e a manutenção do valioso património imobiliário, contabilizado em “propriedades de investimento”.

Em 2025, o investimento efetuado ascendeu a 642 m€, repartido por obras em imóveis (68 m€), aquisições de equipamentos (372 m€) e investimentos em curso (202 m€). Adicionalmente, foram assumidos compromissos relativos a direito de uso (IFRS 16), no montante de 838 m€.

Em linha com o passado, a cobertura financeira do investimento efetuado foi assegurada, essencialmente, através do autofinanciamento.



Acerca do Passivo, importa referir a reduzida expressão da sua componente remunerada, continuando o recurso a financiamento bancário a ser muito limitado e pontual. A rubrica “outros passivos” (7,4 M€) corresponde ao somatório dos “outros encargos a pagar” (3,3M€) e dos “outros credores” (4,1 M€), correspondendo os primeiros, fundamentalmente, aos benefícios atribuídos aos empregados e respetivos encargos sociais e cerca de 76% dos segundos traduzem débitos referentes a locações operacionais (IFRS 16).

No que respeita ao Capital Próprio, o abrandamento verificado no ritmo do seu reforço anual reflete a menor dimensão do resultado líquido apurado no exercício. De qualquer modo, o elevado nível acumulado que atingiu, fruto da moderação que vem sendo adotada na política de distribuição dos resultados, confere à UNICÂMBIO excelentes indicadores relativos à capacidade de solvência dos seus compromissos a médio e a longo prazos, como atestam os seus rácios da solvabilidade (197,0%) e da autonomia financeira (66,3%).

Na aceção do Banco de Portugal, no final de 2025, os Fundos Próprios da UNICÂMBIO ascendiam a 13.769.066,04 EUR.

Em face do exposto, parece poder considerar-se o exercício de 2025 como um efetivo e autêntico teste de stress, cujo resultado, ao traduzir-se na manutenção da reconhecida solidez financeira da UNICÂMBIO, constitui importante confirmação adicional da sua capacidade de resiliência perante situações adversas.

10.FACTOS OCORRIDOS APÓS O FECHO DO EXERCÍCIO DE 2025

Após o fecho do exercício de 2025 e na ordem interna, não se registaram factos suscetíveis de influenciar a atividade da Unicâmbio.

Sendo de referir, apenas na ordem externa o aumento de incertezas, derivadas da guerra no Irão e no Líbano.

11. PERSPETIVAS FUTURAS

Em cada ano afigura-se cada vez mais difícil e problemático construir cenários sobre a evolução do quadro em que a Unicâmbio desenvolverá a sua atividade.

Iniciámos o ano com as guerras da Ucrânia e da Palestina. Agora estamos confrontados com a guerra no Irão e no Líbano e do fecho do golfo do Ormuz, com a consequente subida do preço do petróleo e a inevitável subida da inflação.

Contudo, a resiliência, a experiência, a criatividade e o nosso posicionamento no mercado permitem-nos olhar para 2026 com moderado otimismo, reforçados pela expectativa de que a evolução da economia portuguesa se conforme com as projeções à data existentes.



Partimos do princípio de que o turismo continuará a ter um papel de motor, podendo inclusive beneficiar, de um desvio de mercado em resultado dos mais recentes desenvolvimentos geopolíticos.

Acredita-se, que o turismo americano continuará a crescer em Portugal, bem como o brasileiro e que se inicia um processo de recuperação no que respeita ao Reino Unido.

Pretendemos que a Unicâmbio, continue a ser a maior agência de câmbios de Portugal, mantendo e ampliando o sistema de valores que nos define e caracteriza.

É preciso continuar a entender a evolução do mercado em que nos inserimos, enquadrando com uma resposta adequada e eficiente o crescente peso de produtos como a compra do ouro.

Atempadamente, foi definido pela Administração o quadro estratégico de 2026 do qual, consta:

- Ganhar o Concurso dos Aeroportos Nacionais;
- Atingir os 33 milhões de euros de volume de negócios em 2026;
- Redução de custos de pessoal relativamente ao ano de 2025;
- Garantir o serviço próprio e multimarca nas Transferências de Dinheiro;
- Aprofundar as relações com os nossos parceiros;
- Reforçar a cultura da empresa.

Este quadro estratégico desdobra-se num conjunto de objetivos, alinhados com os produtos da nossa área de negócio, os do campo digital, os novos produtos dos quais destacamos a compra do ouro, e dos que desde há muitos anos, são a face desta instituição – o câmbio manual e as transferências de dinheiro.

No último ano, a Unimoney aproximou ainda mais os clientes da Unicâmbio do valor prático dos serviços financeiros: carregamento mais fácil (PIX) e recompensas pelo uso do canal físico, tudo centralizado na carteira digital. Entramos em 2026 com um ecossistema mais robusto e preparado para escala, focado em utilidade, confiança e inovação contínua.

O sucesso e a consolidação da Unimoney em 2025 lançam as bases para um 2026 ainda mais promissor. Entre os principais objetivos, destacam-se:

- **Acelerar a Fidelização:** expandir o catálogo de recompensas (saldo, produtos, experiências) e estender a mecânica de pontos a novas operações elegíveis.
- **Evoluir o PIX e as Rotas de Carregamento:** otimizar tempos de liquidação e explorar novos corredores.

Apesar de um ano exigente, a Rede Portugal encerra 2025 mais forte, preparada e consciente dos desafios futuros o foco será continuar a inovar, melhorar a experiência do cliente e investir de forma consistente no maior ativo da Unicâmbio: as suas pessoas. Reter e atrair talento, promovendo uma cultura organizacional baseada na valorização das pessoas, no desenvolvimento profissional contínuo, no reconhecimento do desempenho e na criação de condições que fomentem o compromisso e a motivação das equipas, será uma prioridade estratégica. 2026 será um ano de continuidade, consolidação e crescimento sustentável, com foco na eficiência operacional, na inovação, na qualidade do serviço e no fortalecimento da organização interna, garantindo que a Unicâmbio se mantém como referência no setor e um local onde clientes e colaboradores se sintam valorizados e inspirados.

Uma das grandes mais valias da Unicâmbio é sem dúvida a nossa rede de balcões. Sabemos que mesmo em tempo de crescente afirmação do digital, a proximidade aos nossos clientes e o atendimento presencial continuam a ser peças chave para o êxito da nossa atividade.

Ao longo do ano estaremos ou poderemos vir a realizar operações que visam uma maior racionalidade e equilíbrio da rede sem deixar de estar atentos a novas oportunidades que se justificam face à evolução do mercado.

As perspetivas para o turismo em 2026 sustentam uma visão positiva para o negócio cambial, reforçando a importância de uma abordagem estratégica que conjugue proximidade ao cliente, eficiência operacional e capacidade de resposta às dinâmicas do mercado internacional.

Neste contexto, o negócio de compra e venda de moeda estrangeira beneficia diretamente da evolução positiva do turismo. O aumento do número de visitantes internacionais e do volume de receitas turísticas traduz-se numa maior circulação de divisas e numa procura acrescida por serviços de câmbio, tanto em numerário como através de soluções complementares. A sazonalidade turística, particularmente relevante em Portugal, continua a representar um fator crítico na gestão da oferta e da liquidez em moeda estrangeira.

Pretendemos manter a liderança na compra e venda de moeda estrangeira, por meio da implementação contínua de inovações e reforçando o posicionamento da empresa num mercado cada vez mais dinâmico e competitivo, marcado pela presença de players locais, internacionais e digitais. Neste contexto, a fidelização dos clientes permanece como um dos principais objetivos estratégicos da empresa.

Em Portugal, as perspetivas para 2026 apontam para a continuidade da atratividade do país como destino de imigração, beneficiando de fatores como a estabilidade social, a integração no espaço europeu, a qualidade de vida e a procura por mão de obra em diversos setores da economia. O país mantém-se particularmente atrativo para cidadãos de países lusófonos, bem como para migrantes provenientes de outras geografias europeias e extracomunitárias.



O sucesso das transferências de dinheiro em 2026 estará diretamente ligado à clareza do posicionamento estratégico da Western Union e à nossa capacidade de traduzir esse posicionamento em ativação eficaz no mercado local.

Num contexto de crescente pressão competitiva — particularmente por parte de operadores digitais — torna-se evidente que não é possível competir de forma homogênea em todos os corredores. A experiência de 2025 demonstrou que o impacto do marketing e da execução comercial é significativamente maior quando existe priorização clara e adaptação da proposta de valor às especificidades de cada corredor.

Assim, o caminho para 2026 assenta num princípio fundamental - trabalhar de forma focada nos corredores estratégicos.

Para o próximo ano, prevê-se que o setor do ouro continua altamente dinâmico e competitivo, com o ativo atingindo novos máximos históricos. A Unicâmbio já possui uma base sólida, com ativos valiosos de credibilidade, presença nacional, qualidade técnica, mas precisamos reforçar a comunicação sobre certificações, privacidade e transparência do processo de avaliação.

O enfoque será sempre a formação contínua e a diferenciação pela confiança que temos em toda a rede com foco na “agressividade” comercial.

As campanhas propostas terão em 2026 o destaque na confiança e credibilidade da Unicâmbio e especificamente na privacidade que muitas lojas oferecem aos clientes no posto privado de atendimento. Este é com certeza um dos fatores que nos diferencia da concorrência.

Em 2026, o sector dos terminais de pagamento em Portugal deverá consolidar e aprofundar tendências observadas em 2025, impulsionadas pela crescente digitalização dos meios de pagamento e pela transição contínua para soluções contactless e móveis. A evolução do mercado de pagamentos eletrónicos em Portugal reflete o aumento sustentado da utilização de instrumentos digitais, com transações eletrónicas a crescer de forma expressiva e um contínuo reforço da infraestrutura de terminais de pagamento automático (TPA) no ponto de venda.

As projeções apontam para uma ampliação da adoção de terminais móveis e SoftPOS, bem como uma maior integração com carteiras digitais e soluções omnicanal, em linha com as expectativas de crescimento do mercado de pagamentos digitais no país. Esta evolução acompanha tendências globais de transformação dos sistemas de pagamento, incluindo maior foco em interoperabilidade, segurança reforçada com tecnologias avançadas e resposta às exigências regulatórias emergentes no espaço europeu.

Neste contexto, espera-se que o sector continue a atrair novos participantes nacionais e internacionais, interessados em oferecer soluções inovadoras que respondam à crescente procura por experiências de pagamento rápidas, seguras e sem contacto. O fortalecimento da infraestrutura de terminais de pagamento e a integração de novos serviços tecnológicos constituem fatores-chave para sustentar o crescimento do mercado em 2026, promovendo maior eficiência operacional e uma resposta adequada às necessidades dos consumidores e comerciantes portugueses.

No âmbito do crédito pessoal, as expectativas para 2026 mantêm-se no crescimento moderado, mas estável. Estudos setoriais indicam uma continuação da expansão do crédito ao consumo, com variações anuais positivas impulsionadas pela confiança dos consumidores e condições financeiras favoráveis, ainda que num cenário de ajustamento das taxas de juro. Este crescimento sustentável do crédito pessoal reflete tanto a procura das famílias por financiamento para consumo duradouro como a estabilidade macroeconómica prevista para a economia portuguesa no próximo ano.

Procura-se aprofundar a parceria com o BBVA, partindo de uma melhor caracterização do cliente do crédito pessoal para compreender a dinâmica da procura, otimizar estratégias de segmentação e alinhar a oferta com as necessidades reais do mercado.

No que se refere à Gestão de Tesouraria, pretendemos aumentar a base de clientes e continuar a implementar soluções inovadoras que vão ao encontro das necessidades dos nossos clientes empresariais.

O objetivo passa por expandir o negócio através da angariação de novos clientes, aprofundando relações comerciais existentes e alargando a oferta a outros balcões da rede Unicâmbio, potenciando sinergias e reforçando a presença junto do tecido empresarial local.

Não obstante a sua dimensão no contexto do negócio da Unicâmbio o produto tem um grande potencial de crescimento, e estamos em crer que 2026 será um ano de grandes novidades relativamente a este produto.

Relativamente à área de negócio dos TPA's, o ano que passou, exigiu resiliência e foco em fundamentais: manter a carteira, estabilizar operações e reconstruir a musculatura comercial. Entramos em 2026 com uma plataforma mais robusta – equipas ajustadas, processos claros e um roadmap de angariação no caso da parceria com a Worldline pronto para manter o Departamento Comercial Corporate num trajeto de crescimento sustentável.

A IA e o digital estão na ordem do dia, mas as competências humanas como o pensamento crítico e criativo, resiliência e flexibilidade conjugadas com o trato humano continuam a ser o pilar das organizações e na Unicâmbio não é exceção!

Para o próximo ano, a área de Recursos Humanos define como principais objetivos: reforçar políticas de retenção de talento; continuar a investir na formação e desenvolvimento; otimizar processos internos de gestão de pessoas e promover iniciativas de bem-estar e compromisso.

A área de Tecnologia, Inovação e Segurança da Informação irá consolidar a estabilidade operacional e reforçar a capacidade de resposta ao negócio, com prioridades orientadas à eficiência, resiliência e evolução tecnológica, assegurando segurança, controlo e conformidade como requisitos transversais, nomeadamente tendo em conta:

- A consolidação de processos de gestão e controlo operacional, reforçando disciplina, evidência e melhoria contínua, com impacto direto na robustez do serviço e na capacidade de resposta a auditorias e requisitos aplicáveis.
- Continuação do processo de evolução nas iniciativas de Inteligência Artificial orientadas a ganhos mensuráveis, com foco em automatização, apoio à decisão e aumento de produtividade. Estes desenvolvimentos deverão também contribuir para melhorar a capacidade de resposta ao cliente e suportar a disponibilização de serviços mais ajustados às necessidades individuais, garantindo governação adequada, controlo e rastreabilidade.
- Será priorizada a modernização da rede corporativa, reforçando capacidade, fiabilidade, resiliência e qualidade de serviço, assegurando suporte consistente às operações e à evolução do negócio.
- Dar-se-á continuidade à digitalização e modernização da arquitetura tecnológica, promovendo maior integração, escalabilidade e agilidade, com introdução faseada de novos



serviços e melhoria da eficiência operacional, mantendo segurança e controlo como requisitos base.

- Reforçar a maturidade da gestão documental através de (i) definição de princípios de governação e organização, (ii) consolidação de práticas de proteção, backup e recuperação, e (iii) adoção/evolução de uma ferramenta corporativa de gestão documental, suportando classificação, pesquisa e controlo de acesso, com implementação faseada e envolvimento das áreas relevantes.

O Departamento Financeiro terá como objetivos mais específicos as ações relacionadas com a contenção / redução de custos e acompanhamento mensal do orçamento e controlo e correção de eventuais desvios.

A Unicâmbio enfrentará o desafio contínuo de fortalecer a sua posição como referência no mercado financeiro, apostando numa comunicação cada vez mais próxima, eficiente e inovadora.

A adaptação à crescente digitalização dos serviços financeiros, a melhoria contínua da experiência do cliente e a consolidação da identidade de marca, assente nos valores de Confiança, Transparência e Inovação, continuarão a ser prioridades estratégicas. A sustentabilidade manter-se-á como um eixo central da comunicação, reforçando o compromisso da Unicâmbio com um crescimento responsável e sustentável.

Também em relação ao controlo interno, serão reforçadas as iniciativas que contribuam para maior eficácia e conformidade do mesmo.

A área de Gestão de Risco continuará focada no reforço da cultura de risco e na melhoria contínua e robusta do sistema de gestão de riscos, acompanhando os desafios associados à expansão da atividade digital da Unicâmbio e à implementação de um quadro regulatório cada vez mais exigente e em permanente mudança, assegurando a sustentabilidade do negócio, o cumprimento regulamentar e a confiança dos stakeholders.

Para o próximo exercício, a Função de Conformidade continuará focado no reforço do sistema de controlo interno, na consolidação da preparação para o DORA, no acompanhamento da implementação do novo quadro europeu de PBCFT e na definição de princípios e controlos associados à utilização de soluções baseadas em Inteligência Artificial.

Estas iniciativas visam assegurar uma resposta eficaz aos desafios regulatórios, suportando o crescimento sustentável da Instituição.

O Departamento de Auditoria Interna irá concentrar os seus esforços no robustecimento e consolidação das suas práticas, prosseguindo com o cumprimento integral do Plano de Auditoria Anual, previamente aprovado pela administração. As ações planeadas para o próximo exercício incluem:

- A realização de auditorias detalhadas aos serviços centrais e operações de balcão, com foco na eficiência, eficácia e qualidade dos processos.

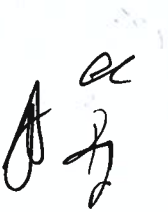
- O reforço das auditorias orientadas para a prevenção de riscos e conformidade regulatória, com especial atenção às políticas de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.
- A continuidade na monitorização da implementação das recomendações emitidas em auditorias anteriores, assegurando a eficácia das medidas adotadas.
- O desenvolvimento de novas metodologias de auditoria baseadas em tecnologia de dados e análise preditiva, visando uma abordagem mais proativa na deteção de riscos emergentes.

Um dos principais focos estratégicos, será também o acompanhamento da expansão e consolidação da Wallet Unicâmbio, uma solução digital de pagamento que desempenha um papel fundamental no presente e no futuro da instituição. O crescimento e a relevância da Wallet Unicâmbio exigem uma supervisão rigorosa, assegurando a conformidade com os requisitos legais e a segurança das operações, bem como a experiência do utilizador. O Departamento de Auditoria Interna terá um papel preponderante no acompanhamento deste projeto estratégico, contribuindo para o seu sucesso através da avaliação contínua dos riscos e do apoio ao desenvolvimento de controlos robustos.

Além disso, o Departamento de Auditoria Interna reforçará a sua integração na cultura organizacional, promovendo uma maior sensibilização dos colaboradores para a importância dos controlos internos e da gestão de riscos no desempenho global da empresa.

Continuará a desempenhar um papel estratégico no apoio à administração, assegurando a qualidade, eficiência e conformidade das operações e contribuindo para a sustentabilidade e crescimento da organização.

Estamos perante um ano altamente desafiante e carregado de incertezas. Esperamos que a Unicâmbio com a sua história, resiliência, credibilidade e posicionamento no mercado, conseguirá mais uma vez, estar à altura dos grandes desafios que no contexto mundial se deparam.



12. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DETIDAS

A Unicâmbio é a 31/12/2025, detentora das participações sociais, nas percentagens que se indicam, nas seguintes sociedades:

1. UNITRANSFER- Casa de Câmbios, S.A. – Sociedade de direito angolano – 49%
2. UNICAMBIO, LTD -Sociedade de direito inglês 100%
3. UNICÂMBIO SARL AU- Sociedade de direito marroquino 100%
4. UNICÂMBIO DIGITAL ASSETS, LDA. – 90%

De referir que a sociedade Unicambio Ltd (Inglaterra), não teve qualquer atividade desde a sua constituição, tendo, entretanto, sido requerida a sua dissolução.

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício de €918.418,65 (novecentos e dezoito mil, quatrocentos e dezoito euros e sessenta e cinco cêntimos):

- a) Para reserva legal, de €91.842,00 (noventa e um mil e oitocentos e quarenta e dois euros);
- b) Para distribuição de dividendos, €500.000,00 (quinhentos mil euros);
- c) Para resultados transitados, de €326.576,65 (trezentos e vinte e seis mil e quinhentos setenta e seis euros e sessenta e cinco cêntimos)

A proposta de aplicação de resultados reflete o desempenho conseguido em 2025, remunera de forma adequada os acionistas ao mesmo tempo que considera, como sempre tem acontecido, os princípios de capitalização e sustentabilidade da instituição.



14. REFERÊNCIAS FINAIS

Para lá das anotações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras, subsistem as seguintes menções obrigatórias:

- Não houve aquisição nem alienação de ações próprias durante o exercício, nem a sociedade detém em fim de exercício, quaisquer ações próprias;
- Não há dívidas em mora à Segurança Social;
- Não há dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos;
- Conforme disposição do n.º 4 do artigo 397.º do C.S.C. informa-se que no decorrer do exercício de 2025 não foram efetuados quaisquer negócios entre a Instituição e membros dos seus órgãos sociais; e,
- Nos termos do Art.º 447 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que:
 - O Administrador Paulo Jorge Seixas de Castro Jerónimo, é o Sócio Gerente da Caerinvest – Investimentos e Participações – Unipessoal, Lda., sociedade que detém 51,80% do capital social da UNICÂMBIO - Instituição de Pagamento, S.A.; e;
 - O administrador José Carlos Pereira Lilaia, detém 21,5% do capital social da UNICÂMBIO - Instituição de Pagamento, S.A.



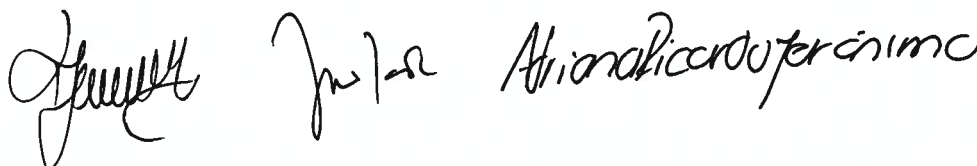
15. REFERÊNCIAS

Assim, entende o Conselho de Administração fazer os seguintes reconhecimentos:

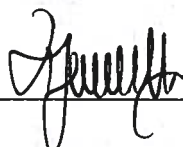
1. Aos colaboradores da Unicâmbio pela grande disponibilidade, sentido de responsabilidade e determinação sempre presente e que em muito contribuíram para os resultados alcançados pela empresa no ano de 2025. A Unicâmbio tem a convicção de que muito daquilo que conseguimos fazer durante o ano, se ficou a dever à proveitosa interação com todos os que conosco materializaram o sucesso da Unicâmbio.
2. Uma palavra, muito especial, para os diretores e suas equipas de apoio, pelo seu imenso contributo nos trabalhos de modernização da Unicâmbio e pelo sucesso obtido, quer no lançamento e consolidação de novos produtos, quer em todo o processo de transformação digital. Realçamos, também, a forma como procuram atingir os objetivos no quadro da estratégia definida.
3. Aos colaboradores das participadas da Unicâmbio, Unicambio SARL AU e Unitransfer SA, pela disponibilidade, empenho e sentido profissional demonstrado ao longo do ano, e pela integração conseguida entre as empresas do grupo.
4. Ao Fiscal Único e Oliveira Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, na pessoa do Dr. Carlos Grenha, pelo trabalho que tem desenvolvido e o seu aconselhamento sempre pronto e eficaz em todas as áreas e atividades da empresa.
5. Ao Senhor Presidente da Assembleia Geral pela forma eficaz como sempre conduz as nossas Assembleias e pelo seu envolvimento e interesse em tudo o que se relaciona com o acompanhamento e desenvolvimento da empresa.
6. Ao Órgão Regulador, Banco de Portugal e, em particular aos seus Departamentos de Supervisão Prudencial, Comportamental, Sistemas de Pagamentos, Emissão e Tesouraria, e de Averiguação e Ação Sancionatória pela disponibilidade manifestada para os esclarecimentos e aconselhamento relacionados com a nossa atividade.
7. À ANA – Aeroportos de Portugal, pelo relacionamento que temos mantido desde 2010, consubstanciado na colaboração, cooperação e confiança mútua, e que muito tem contribuído para o desenvolvimento da atividade nos Aeroportos de Portugal.
8. Ao Banco Central de Cabo Verde e demais instituições financeiras internacionais, pela cooperação que vêm mantendo com a Unicâmbio.
9. À CBK Lisboa – Mediadores de Seguros, Lda, na pessoa do seu administrador João Welsh, empresa corretora dos seguros da Unicâmbio pelo seu aconselhamento e disponibilidade, pela procura das melhores soluções para o negócio, sempre procurando a mais eficiente cobertura para os riscos a que nos encontramos sujeitos.
10. Aos Bancos com quem a Unicâmbio se vem relacionando comercialmente e construindo ano após ano uma relação sólida e de mútuo interesse, como tem sido o caso da Caixa Geral de Depósitos, Millenniumbcp, Novo Banco, Abanca, BPI E Bankinter, incluindo em alguns casos o desenvolvimento de parcerias.

11. À Western Union, com quem iniciámos a parceria em 2002 e que a partir de janeiro de 2014 foi aprofundada com a passagem a agente direto, em regime de exclusividade no segmento das Agências de Câmbios e Instituições de Pagamento.
12. À Euronet, parceiro de negócio na área das ATM's, pelo apoio prestado ao desenvolvimento desta área de negócio, com a parceria renovada em 2021.
13. À Wordline, líder em serviços de pagamento global, pelo empenho na parceria profissional que vimos continuamente a reforçar desde 2019, baseada na confiança mútua de que juntos caminhamos na mesma direção, com vista à maximização dos resultados.
14. À Unlimited, enquanto entidade emissora dos cartões associados à Unimoney e cuja, parceria, queremos continuar a desenvolver e intensificar.
15. Às consultoras, como a KPMG, PWC, PLL, BDO e Kyndryl, pelo apoio no desenvolvimento de soluções em diversas áreas, ao nível regulatório, técnico e de segurança da informação.
16. Ao BBVA – Instituição Financeira de Crédito, SA, pela confiança demonstrada no profissionalismo da Unicâmbio e que tem permitido o desenvolvimento da área de crédito pessoal nos balcões da Unicâmbio, no quadro de uma parceria que se tem reforçado todos os anos.
17. Ao Instituto de Formação Bancária pela sua disponibilidade em encontrar soluções para as necessidades de formação da Unicâmbio.
18. Às Autoridades Judiciais e, em particular, à Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana, à Polícia Judiciária, à Unidade de Informação Financeira e à Procuradoria-Geral da República, pelo relacionamento existente e pelo apoio manifestado em diferentes circunstâncias e, em particular, no quadro da boa execução do dever de colaboração.
19. E uma palavra de grande reconhecimento aos nossos clientes pela sua fidelização e ajuda no sentido de cada vez fazermos mais e melhor, contribuindo para o sucesso da Unicâmbio.
20. Finalmente, o reconhecimento aos nossos fornecedores e prestadores de serviços em geral e, em particular, para quem mais tem contribuído para o sucesso da Unicâmbio.

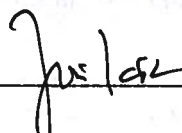
Lisboa, 20 de abril de 2026



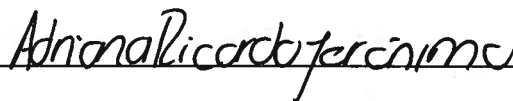
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PAULO JORGE SEIXAS DE CASTRO JERÓNIMO



JOSÉ CARLOS PEREIRA LILAIA



ADRIANA RICARDO JERÓNIMO CARDOSO

16. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2025

20 de abril de 2026

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

• Balanço Individual em 31 de dezembro de 2025.....	4
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro de 2025	5
• Demonstração de Alterações no Capital Próprio.....	6
• Demonstração do Rendimento Integral em 31 de dezembro de 2025.....	7
• Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025.....	8
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	9
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contabilísticas	12
4. Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem.....	17
5. Ativos financeiros detidos para negociação	19
6. Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	19
7. Imóveis para investimento	20
8. Outros ativos tangíveis.....	21
9. Ativos intangíveis	22
10. Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	23
11. Ativos não correntes detidos para venda.....	25
12. Outros Ativos.....	25
13. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	27
14. Provisões.....	27
15. Outros Passivos.....	28
16. Capital Social.....	28
17. Resultados Retidos e Outras Reservas	29
18. Margem Financeira.....	30
19. Receitas e Despesas de e com taxas e comissões	30
20. Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados (líquido).....	31
21. Diferenças Cambiais	31
22. Resultados de alienação de outros ativos	31
23. Outros resultados de exploração	32
24. Despesas com pessoal	32
25. Outras despesas administrativas.....	33
26. Depreciação	33
27. Despesas ou receitas com impostos	33
28. Eventos subsequentes.....	35
29. Informações exigidas por diplomas legais	36
30. Subsídios à Exploração	36
31. Outras Informações.....	36

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

ca
A
r

Instituição: Unicâmbio - Instituição de Pagamentos, SA
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2025 e de dez 2024
 (Valores expressos em euros)

	Notas	Dezembro 2025	Dezembro 2024
ATIVOS			
Caixa e saldos de caixa em bancos centrais		11 921 744,78	11 469 183,40
Dinheiro em Caixa	4	6 987 119,72	7 247 093,93
Outros depósitos à ordem	4	4 934 625,06	4 222 089,47
Ativos financeiros detidos para negociação		448 630,41	232 869,94
Instrumentos de Capital Próprio	5	448 630,41	232 869,94
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		364 014,14	390 260,78
Instrumentos de Capital Próprio	6	364 014,14	390 260,78
Ativos financeiros pelo custo amortizado		-	-
Empréstimos e adiantamentos		-	-
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	10	335 831,61	326 505,98
Ativos não correntes detidos para venda	11	-	963 159,21
Ativos Tangíveis		6 290 006,43	6 583 058,39
Ativos Fixos Tangíveis	8	5 304 182,51	5 575 927,07
Propriedades de investimento	7	985 823,92	1 007 131,32
Ativos Fixos Intangíveis	9	90 767,99	140 269,71
Ativos por impostos		186 075,71	-
Ativos por impostos correntes	27	186 075,71	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Outros ativos	12	2 641 609,46	1 710 571,46
ATIVOS TOTAIS		22 278 680,53	21 815 878,87
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
PASSIVOS			
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		13 718,38	8 672,12
Outros passivos financeiros	13	13 718,38	8 672,12
Provisões		75 000,00	110 000,00
Outras Provisões	14	75 000,00	110 000,00
Passivos por impostos		-	2 706,27
Passivos por impostos correntes	27	-	2 706,27
Outros passivos	15	7 411 709,47	6 970 519,76
PASSIVOS TOTAIS		7 500 427,85	7 091 898,15
Fundos Próprios		2 000 000,00	2 000 000,00
Capital realizado	16	2 000 000,00	2 000 000,00
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados		(1 013 713,11)	(999 566,42)
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas		(1 013 713,11)	(999 566,42)
Lucros Retidos	17	7 996 123,93	6 900 067,34
Outras Reservas		4 877 423,21	4 661 195,21
Outros	17	4 877 423,21	4 661 195,21
Lucros ou prejuízos atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		918 418,65	2 162 284,59
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL		14 778 252,68	14 723 980,72
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL E PASSIVOS TOTAIS		22 278 680,53	21 815 878,87

A Administração



O Contabilista Certificado



Instituição: Unicâmbio - Instituição de Pagamentos, SA
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas em 2025 e 2024
(Valores expressos em euros)

	Notas	Exercícios	
		Actividade Global	
		2025	2024
Juros e Encargos similares	18	(59 644,52)	(25 848,62)
Margem Financeira		(59 644,52)	(25 848,62)
Rendimentos de serviços e comissões	19	5 801 109,24	6 449 828,85
Encargos com serviços e comissões	19	(656 794,07)	(704 808,26)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	20	262 642,28	86 005,55
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	21	13 615 150,48	15 142 094,51
Resultados de alienação de outros ativos	8/22	1 620 319,72	662 293,53
Outros resultados de exploração	23	(13 379,50)	250 682,86
Produto Bancário		20 569 403,63	21 860 248,42
Gastos com o pessoal	24	(9 346 905,78)	(8 867 876,43)
Gastos Gerais Administrativos	25	(8 511 863,55)	(8 270 953,38)
Depreciações do Exercício	9 / 26	(1 881 860,64)	(1 791 394,41)
Provisões Líquidas de reposições e anulações	14	35 000,00	(60 000,00)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	12	(59 122,96)	92 219,96
Parte dos lucros ou prejuízos (-) de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	10	28 478,91	(58 005,47)
Lucros ou prejuízos (-) com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	11	360 715,22	-
Resultado antes de impostos		1 193 844,83	2 904 238,69
Impostos sobre o rendimento do período		(275 426,18)	(741 954,10)
Correntes	27	(275 426,18)	(741 954,10)
Diferidos		-	-
Resultado após Impostos		918 418,65	2 162 284,59
Resultado líquido do período		918 418,65	2 162 284,59

A Administração



 Adriana Ricardo Jerónimo


O Contabilista Certificado



Instituição: Unicâmbio - Instituição de Pagamentos, SA
Demonstração Individual do Rendimento Integral em 2025 e de 2024
(Valores expressos em euros)

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	918 554,63	2 162 284,59
Rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados	-	-
Rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados:	-	-
- Diferenças de conversão cambial (IAS 28)	(21 665,99)	8 630,58
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio	(21 665,99)	8 630,58
Rendimento integral do exercício	896 888,64	2 170 915,17
Atribuível aos acionistas	896 888,64	2 170 915,17

A Administração

 António Ricardo

O Contabilista Certificado

 Isabel Neira

Instituição: Unicâmbio - Instituição de Pagamentos, SA
Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Próprios em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		2 000 000,00	(1 008 197,00)	523 093,88	3 909 119,33	5 539 231,07	2 289 818,27	13 253 065,55
Aplicação do resultado do exercício de 2023								
Transferência Resultados Transitados	17	-	-	-	-	1 360 836,27	(1 360 836,27)	-
Transferência Reservas Legais	17	-	-	228 982,00	-	-	(228 982,00)	-
Transferência Outras Reservas	17	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de Dividendos	17	-	-	-	-	-	(700 000,00)	(700 000,00)
Reserva de Reavaliação	17	-	8 630,58	-	-	-	-	8 630,58
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-
Entregas dos Socios		-	-	-	-	-	-	-
Reembolso de Capital		-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido Exercício de 31 de Dezembro de 2024							2 162 284,59	2 162 284,59
Rendimento Integral do período							2 170 915,17	2 170 915,17
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		2 000 000,00	(999 566,42)	752 075,88	3 909 119,33	6 900 067,34	2 162 284,59	14 723 980,72
Aplicação do resultado do exercício de 2024								
Transferência Resultados Transitados	17	-	-	-	-	1 096 056,59	(1 096 056,59)	-
Transferência Reservas Legais	17	-	-	216 228,00	-	-	(216 228,00)	-
Transferência Outras Reservas	17	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de Dividendos	17	-	-	-	-	-	(850 000,00)	(850 000,00)
Reserva de Reavaliação	17	-	(14 146,69)	-	-	-	-	(14 146,69)
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-
Entregas dos Socios		-	-	-	-	-	-	-
Reembolso de Capital		-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido Exercício de 31 de Dezembro de 2025							918 418,65	918 418,65
Rendimento Integral do período							904 271,96	904 271,96
Saldo em 31 de Dezembro de 2025		2 000 000,00	(1 013 713,11)	968 303,88	3 909 119,33	7 996 123,93	918 418,65	14 778 252,68

A Administração

Julia Adriana Rodrigues Pereira

O Contabilista Certificado

Isabel Vieira

Instituição: Unicâmbio - Instituição de Pagamentos, SA
Demonstração dos Fluxos de Caixa 2025 e de 2024
 (Valores expressos em euros)

	Notas	2025	2024
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de juros e comissões		5 572 885,84	6 136 269,86
Pagamentos de juros e comissões		(663 024,80)	(713 119,73)
Pagamentos ao pessoal		(9 258 912,74)	(8 816 524,73)
Pagamentos fornecedores		(7 220 056,88)	(7 974 959,71)
Resultados de reavaliação Cambial		13 660 720,22	15 377 415,33
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(377 230,66)	(604 151,65)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativas à atividade operacional		(1 258 583,89)	(1 234 156,24)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais		455 797,09	2 170 773,13
(Aumentos) / diminuições de ativos operacionais:			
Ativos financeiros detidos para negociação e outros ao JV		262 401,70	88 118,24
		262 401,70	88 118,24
Aumentos/ (diminuições) de ativos operacionais:			
Recursos de outras instituições de crédito		62 457,93	(321 616,08)
		62 457,93	(321 616,08)
Caixa líquida das atividades operacionais (a)		780 656,72	1 937 275,29
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Varição de ativos tangíveis e intangíveis		(608 692,16)	(704 790,51)
Varição de partes de capital em empresas filiais e associadas		1 341 707,18	(32 777,09)
Caixa líquida das atividades investimento (b)		733 015,02	(737 567,60)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(850 000,00)	(700 000,00)
Caixa líquida das atividades de financiamento (c)		(850 000,00)	(700 000,00)
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes		663 671,74	499 707,69
Caixa e seus equivalentes no início do período		12 117 504,23	11 617 796,54
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	12 781 175,97	12 117 504,23

A Administração

 Adilson Ricardo Pereira

O Contabilista Certificado

 Isabel Moreira

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA

Notas anexas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A *Unicâmbio – Instituição de Pagamento, S.A.*, é uma instituição de pagamentos com sede em Lisboa, autorizada e supervisionada pelo Banco de Portugal nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento. Constituída inicialmente em 1992 como Agência de Câmbios, alterou o seu objeto e designação social para Instituição de Pagamentos em 2014, e conta hoje com 84 balcões no espaço geográfico do Continente e da Região Autónoma da Madeira.

A sua atividade principal desenvolve-se no domínio do câmbio manual e das transferências de dinheiro de e para o exterior.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da *Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA*, em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

Na preparação das suas demonstrações financeiras a *Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA* está sujeita às normas estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso 5/2015 de 07 de Dezembro e complementadas por outra legislação adicional emitida pelo Banco de Portugal no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, e pelo artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

- Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Ocorreu em 2025 um conjunto de alterações às IAS/IFRS, as quais apresentamos de seguida, que não tiveram qualquer impacto nas políticas contabilísticas ou nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2025.

- Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2025:

IAS 21 (alteração) ‘Efeitos das alterações das taxas de câmbio: falta de convertibilidade’.

As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se uma moeda é convertível ou não e como deve determinar uma taxa de câmbio à vista em situações de falta de convertibilidade. Uma moeda é convertível por outra moeda quando uma entidade é capaz de trocar essa moeda por outra moeda na data de mensuração e para uma finalidade específica. Quando uma moeda não é convertível, a entidade tem de estimar uma taxa de câmbio à vista.

De acordo com as alterações, as entidades terão de fornecer novas divulgações para ajudar os utilizadores a avaliarem o impacto da utilização de uma taxa de câmbio estimada nas demonstrações financeiras. Essas divulgações poderão incluir:

- A natureza e os impactos financeiros da moeda não ser convertível;
- A taxa de câmbio à vista utilizada;
- O processo de estimativa; e
- Os riscos para a empresa porque a moeda não é convertível;

- Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026, e que a União Europeia já endossou:

- **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.**

As alterações:

- Clarificar a classificação de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG) e similares, uma vez que estas características em empréstimos podem afetar se os empréstimos são mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor. Para resolver qualquer potencial diversidade na aplicação prática, as alterações esclarecem como os fluxos de caixa contratuais dos empréstimos devem ser avaliados;
- Clarificar a data em que um ativo financeiro ou passivo financeiro é desreconhecido quando a sua liquidação é efetuada por meio de sistemas de pagamento eletrónicos. Existe uma opção de política contabilística que permite o desreconhecimento de um passivo financeiro antes de entregar o dinheiro na data de liquidação, no caso de certos critérios serem cumpridos;
- Melhorar a descrição do termo "sem recurso", de acordo com as alterações, um ativo financeiro possui características de sem recurso se o direito final de receber fluxos de caixa de uma entidade for contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos. A presença de características sem recurso não exclui necessariamente o ativo financeiro de cumprir com o SPPI, mas as suas características precisam ser cuidadosamente analisadas;
- Clarificar que um instrumento contratualmente vinculado (linked instrument) deve apresentar uma estrutura de pagamento em cascata que cria uma concentração de risco de crédito ao alocar as perdas de forma desproporcional as entre diferentes tranches. A pool subjacente pode incluir instrumentos financeiros que não estão no âmbito da classificação e mensuração da IFRS 9 (por exemplo, contratos de locação financeira), mas deve ter fluxos de caixa equivalentes ao critério SPPI.

O International Accounting Standards Board (IASB) também introduziu requisitos adicionais de divulgação referentes a investimentos em ações designados a justo valor através de outro rendimento integral e instrumentos financeiros com características contingentes, por exemplo características ligadas a metas ESG. A Norma aplica-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2026 e aplica-se retrospectivamente. A aplicação antecipada é permitida.

- **Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - alterações nos Contratos Referenciando Eletricidade Dependente da Natureza.**

Em 18 de dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações para ajudar as empresas a melhor relatar os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade cuja produção se encontra dependente da natureza, que são frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPA, na sigla inglesa).

Os contratos de eletricidade dependentes da natureza ajudam as empresas a assegurar o seu abastecimento de eletricidade a partir de fontes como a energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada ao abrigo destes contratos pode variar em função de fatores não controláveis, como as condições meteorológicas. Os atuais requisitos contabilísticos podem não refletir adequadamente a forma como estes contratos afetam o desempenho de uma empresa.

Para permitir que as empresas reflitam melhor estes contratos nas suas demonstrações financeiras, o IASB fez alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.

As alterações incluem:

- Clarificação da aplicação dos requisitos de "uso próprio" (own-use);
- Permissão à contabilidade de cobertura se estes contratos forem utilizados como instrumentos de cobertura; e

- Acrescentar novos requisitos de divulgação para permitir aos investidores compreender o efeito destes contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.

Estas alterações são efetivas para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026. A adoção antecipada é permitida.

- **Melhorias Anuais - Volume 11 - As alterações impactam as seguintes normas:**

- IFRS 1 Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro - Contabilidade de cobertura por um adotante pela primeira vez;
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e o respetivo Guia de implementação, de forma a clarificar:
- O guia de aplicação, no que se refere ao Ganho e perda no desreconhecimento; e
- O guia de implementação, nomeadamente a sua Introdução, parágrafo do Justo valor (divulgações referentes à diferença entre justo valor e preço de transação) e à divulgação do Risco de crédito.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros:
- Desreconhecimento de passivos de locações;
- Preço da transação;
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - Determinação de um 'de facto agent';
- IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa - Alteração relacionada com Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.

As alterações aplicam-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2026. A aplicação antecipada é permitida.

A entidade encontra-se a analisar os possíveis impactos decorrentes da aplicação das novas normas/alterações.

- **Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia**

Adicionalmente, existem normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras.**

Esta norma substituirá a IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e tem como objetivo melhorar a comparabilidade e aumentar a transparência. As principais mudanças introduzidas por esta Norma são:

- Promoção uma demonstração de resultado mais estruturada. Em particular, introduz um novo subtotal "lucro operacional" (bem como a respetiva definição) e o requisito que todas as receitas e despesas sejam classificadas em três novas categorias distintas com base nas principais atividades comerciais de uma empresa: Operacional, Investimento e Financiamento.
- Exigência para que as empresas analisem suas despesas operacionais diretamente na face da demonstração de resultados – seja por natureza, por função ou de forma mista.
- Introdução de orientações aperfeiçoadas sobre como as empresas agrupam informações nas demonstrações financeiras. Inclui orientações sobre se as informações materiais estão incluídas nas demonstrações financeiras primárias ou estão mais detalhadas nas notas

A Norma aplica-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 e aplica-se retrospectivamente. A aplicação antecipada é permitida.

- **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.**

Esta norma vem permitir que as subsidiárias elegíveis optem por aplicar requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19, continuando a aplicar os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outras normas contabilísticas IFRS. A aplicação da norma é opcional para as subsidiárias elegíveis. Uma entidade que aplique a IFRS 19 é obrigada a divulgar esse facto como parte da sua declaração geral de cumprimento das normas contabilísticas IFRS. Uma subsidiária pode optar por aplicar a nova Norma nas suas demonstrações financeiras consolidadas, individuais ou separadas, desde que, na data de relato:

- não tenha prestação de contas pública;
- a sua empresa-mãe prepare demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS.

Uma subsidiária que aplique a IFRS 19 é obrigada a declarar claramente na sua declaração explícita e incondicional de conformidade com as IFRS que a IFRS 19 foi adotada.

A Norma aplica-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 e aplica-se retrospectivamente. A aplicação antecipada é permitida.

- **Alterações à IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.**

Esta alteração visa alinhar a IFRS 19 com os desenvolvimentos normativos posteriores à sua publicação inicial.

A entidade encontra-se a analisar os possíveis impactos decorrentes da aplicação das novas normas/alterações.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições instituídas pelo Banco de Portugal para as empresas financeiras.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Unicâmbio – Instituição de Pagamentos, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras são convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada exercício, com base no “fixing” de divisas divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

3.2. Estimativas

As estimativas foram determinadas com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento de eventos passados e/ou correntes. Poderão, contudo, ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações, que são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes e em conformidade com o tempo de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos que não resultem em aumentos na vida útil do bem são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas Resultados de alienação de outros ativos.

3.4. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são as propriedades (terreno ou edifícios) detidos pelo pela Empresa para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades de investimento compreendem essencialmente imóveis que a Empresa desafetou do uso na prestação dos seus serviços e que detêm para obterem rendas ou valorização de capital.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As vidas úteis consideradas são de 50 anos.

As vidas uteis consideradas para as outras construções (obras) são de 5 anos.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

3.6. Investimentos financeiros

Empresas Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto.

Empresas associadas são as entidades sobre as quais a Empresa exerce influência significativa, mas não possui controlo - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwil", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa, após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registrado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registrando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.7. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado de acordo com a legislação aplicável, com base no resultado tributável da Unicâmbio.

3.8. Outros valores a receber

As contas de "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.9. Caixa e disponibilidades em bancos

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.10. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. São reconhecidas provisões quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), e seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, desde que possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada exercício e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

3.11. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.12. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

3.13. Locações

A Unicâmbio enquanto locatário / locatária

No início de um contrato, a Unicâmbio avalia se este constitui, ou contém, uma locação.

No caso dos contratos que contenham um componente de locação e um ou mais componentes adicionais que sejam ou não de locação, a Unicâmbio, não separa os componentes que não sejam de locação dos componentes de locação, contabilizando, em vez disso, cada componente de locação e quaisquer componentes que não sejam de locação a ele associados como um único componente de locação.

Na data de entrada em vigor, a Unicâmbio reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo seu custo, sendo este composto pelo (i) montante da mensuração inicial do passivo da locação, (ii) quaisquer pagamentos de locação efetuados na data de entrada em vigor ou antes desta, deduzidos os incentivos à locação recebidos, (iii) quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo locatário, e (iv) uma estimativa dos custos a serem suportados pelo locatário com o desmantelamento e a remoção do ativo subjacente, a restauração do local onde este está localizado ou a restauração do ativo subjacente para a condição exigida pelos termos e condições da locação, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir inventários. Após a data de entrada em vigor o ativo sob direito de uso é mensurado aplicando um modelo do custo.

O passivo da locação é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data, descontados segundo a taxa de juro implícita na locação, sendo que sempre que esta não possa ser facilmente determinada, a Unicâmbio aplica a taxa incremental de financiamento, apurada àquela data. Após a data de entrada em vigor o passivo da locação é mensurado aumentando a quantia escriturada de modo a refletir os juros sobre o passivo da locação, reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os pagamentos de locação efetuados.

A Unicâmbio não aplica o descrito acima para contratos de locação cujo prazo seja igual ou inferior a doze meses e contratos de locação com um arrendamento mensal de valor inferior a mil euros. Para estes as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

A Unicâmbio enquanto locador / locadora

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos locados; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

3.14. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa

baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.15. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem

Notas sobre os Fluxos– Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a justificação para a rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa decompõem-se como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Numerário	6 987 119,72	7 247 093,93
Depósitos Bancários	4 934 625,06	4 222 089,47
Caixa e saldos de caixa em bancos centrais no Balanço	<u>11 921 744,78</u>	<u>11 469 183,40</u>
Aplicações de Tesouraria	812 644,55	623 130,72
Ajustamentos em Moeda Fora de Circulação	46 786,64	25 190,11
Caixa e Equivalentes de caixa na DFC	<u>12 781 175,97</u>	<u>12 117 504,23</u>

Não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis para uso da Empresa.

A 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa		
Notas e Moedas Nacionais	3 045 756,84	3 122 585,58
Notas e Moedas Estrangeiras	3 988 149,52	4 149 698,46
	<u>7 033 906,36</u>	<u>7 272 284,04</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 934 625,06	4 222 089,47
	<u>11 968 531,42</u>	<u>11 494 373,51</u>
Ajustamentos em Moeda Fora de Circulação	(46 786,64)	(25 190,11)
	<u>11 921 744,78</u>	<u>11 469 183,40</u>

A 31 de dezembro de 2025, os ajustamentos em moeda fora de circulação decompõem-se como segue:

Item	Descrição	Imparidade	QTD	Fixing	Valor Total
ZAR	Rand África Sul	2017	1 000	16,13	62,01
ZAR	Rand África Sul	2019	400	17,09	23,41
ZAR	Rand África Sul	2019	1 080	15,78	68,45
SEK	Coroa Sueca	2017	6 090	9,92	613,86
HUF	Forint Húngaro	2017	1 000	312,77	3,20
CNY	Yuan Renminbi China	2017	65	7,84	8,29
CZK	Coroa Checa	2017	1 230	25,49	48,25
BRL	Real Brasileiro	2017	328	3,87	84,82
MAD	Dirham Marrocos	2017	90	11,19	8,05
TND	Dinar Tunisia	2017	325	2,94	110,43
AOA	Kwanza Angola	2017	4 000	185,40	21,57
TRY	Lira Turca	2017	70	4,66	15,01
GBP	Libra Esterlina (Reino Unido)	2017	225	0,88	255,73
INR	Rupia India	2017	1 754 500	76,39	22 968,42
MXN	Peso Mexicano	2019	100	21,22	4,71
NOK	Coroa Norueguesa	2019	6 050	9,86	613,35
KRW	Won da Coreia Sul	2019	20 000	1 296,28	15,43
CLP	Peso Chileno	2019	165 000	831,22	198,50
ARS	Peso Argentino	2019	4	67,20	0,06
DOP	Peso República Dominicana	2019	1 370	59,69	22,95
SAR	Riyal Arábia Saudita	2019	159	4,21	37,77
MOP	Pataca de Macau	2020	50	8,56	5,84
AED	Dirham Emirados	2025	500	4,28	116,89
ARS	Peso Argentino	2025	2 695	1 677,54	1,61
AUD	Dolar Australiano	2025	600	1,75	342,60
BGN	Lev Bulgária	2025	766	1,96	391,66
BRL	Real Brasileiro	2025	2 084	6,35	328,25
CAD	Dolar Canadiano	2025	170	1,61	105,54
CNY	Renminbi	2025	105	8,22	12,78
COP	Peso Colômbia	2025	514 000	4 484,91	114,61
DOP	Peso República Dominicana	2025	17 320	74,36	232,92
EGP	Libra Egipto	2025	1 080	55,48	19,47
GBP	Libra Esterlina	2025	3	0,87	3,43
HKD	Dolar Hong Kong	2025	190	9,05	20,99
HRK	Kuna Croácia	2025	480	7,53	63,71
IEP	Libra Irlandesa	2025	170	0,87	194,49
ILS	Shekel Israel	2025	6 170	3,76	1 641,22
INR	Rupia Índia	2025	1 072 090	104,60	10 249,35
JPY	Yen Japones	2025	7 000	182,32	38,39
KHR	Riel Camboja	2025	12 000	4 655,93	2,58
KRW	Won Coreia do Sul	2025	90 000	1 710,16	52,63
MAD	Dirham Marrocos	2025	160	10,77	14,86
MXN	Peso Mexicano	2025	420	21,18	19,83
MYR	Ringgit Malásia	2025	2	4,79	0,42
MZN	Metical Mocambique	2025	790	73,95	10,68
NOK	Coroa Norueguesa	2025	60 550	11,81	5 127,45
NZD	Dolar Nova Zelândia	2025	650	2,01	322,97
PHP	Peso Filipinas	2025	1 450	68,97	21,02
QAR	Rial Qatar	2025	5 675	4,24	1 337,31
RON	Leu Roménia	2025	2 600	5,09	511,06
RUB	Rublo	2025	500	90,98	5,50
SAR	Riyal Arábia Saudita	2025	1 139	4,37	260,62
SEK	Coroa Sueca	2025	120	10,86	11,05
TND	Dinar Tunisia	2025	60	3,42	17,57
TRY	Nova Lira Turca	2025	120	49,56	2,42
VND	Dong Vietnam	2025	20 000	30 693,68	0,65
					46 786,64

De referir que cerca de 71% do saldo espelha ajustamentos à divisa Rupia Indiana como forma de fazer face a uma decisão do Governo Indiano de retirar repentinamente de circulação as notas de 1.000 e 500 rupias.

5. Ativos financeiros detidos para negociação

A empresa detém 500.001 ações no Banco Comercial Português, SA, adquiridas por 165.567,05 euros, sendo que o valor de cotação de mercado no final do período ascende a 448.100,90 euros.

Detém, igualmente, 84,6897 UP do Fundo FIMA no BIC, com o valor de mercado de 529,48 euros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os movimentos ocorridos nos ativos financeiros detidos para negociação, valorizados ao respetivo justo valor, apresentavam-se como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Titulos emitidos por Residentes:		
Saldo (justo valor) a 1 de Janeiro	232 869,94	137 703,26
Aumento (diminuição) no justo valor	215 760,47	95 166,68
Justo valor Titulos a 31 de Dezembro	448 630,41	232 869,94

Os ativos financeiros valorizados ao respetivo justo valor e os respetivos valores de custo e de mercado, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foram os seguintes:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor custo	Justo valor	Valor custo	Justo valor
Acções do BCP	165 567,05	448 100,90	165 567,05	232 350,46
Unidades Participação Banco BIC - FIMA	500,00	529,51	500,00	519,48
	166 067,05	448 630,41	166 067,05	232 869,94

6. Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados

A 31 de Dezembro de 2014, entrou em vigor a Portaria nº 294-A/2013, que regulamenta a operacionalização do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), para o qual as empresas têm de contribuir com 0,925% da remuneração base dos trabalhadores que contratem a partir de 1 de outubro de 2013. Este valor pode depois ser usado para, em caso de cessação do contrato, pagar até metade da compensação devida ao trabalhador. Além deste FCT, entrou também em vigor o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), de cariz mutualista, que implica uma contribuição de 0,075% por parte das empresas e que visa assegurar parte das indemnizações não cobertas pelo FCT.

A 31 de dezembro de 2025 a empresa detinha 906,00836 unidades de participação do Fundo de Compensação do Trabalho com o Valor de Mercado de 1,155 por unidade.

Em 21 de dezembro de 2018 a Unicâmbio adquiriu 4 Unidades de Participação da BlueCrow Innovation Fund II FCR por 200.000 euros. Este Fundo de Capital de Risco tem por objetivo promover investimentos em investigação e desenvolvimento (I&D) de base portuguesa, potenciar a valorização dos resultados de I&D e a transferência de conhecimento para o tecido económico, e proporcionar um ambiente favorável para o desenvolvimento do ecossistema da inovação e do empreendedorismo.

Em 28 de junho de 2023, este Fundo de Investimento deliberou sobre a redução de capital e renominalização do valor unitário das UP para 1 euro cada.

Em 22 de abril de 2024, os participantes do fundo deliberaram a redução de capital, por via de extinção *pro rata* de unidades de participação, passando assim a Empresa a deter 125 416 Unidades de Participação.

No período de 2025, houve uma nova redução de capital, passando a Empresa a deter 114 749 Unidades de Participação, com a valorização de 1,3964 euros por unidade.

Em 2022 foram adquiridas 4 Unidades de Participação da BlueCrow Innovation V por 200.000 euros.

O seu valor de cotação de mercado no final do período é de 50.683,05 euros por unidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os movimentos ocorridos nos ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de resultados, apresentavam-se como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo (justo valor) a 1 de Janeiro	390 260,78	448 910,97
Reembolsos no Período	(57 887,84)	(503,08)
Aumento (diminuição) no justo valor	31 641,20	(58 147,11)
Justo valor Outros a 31 de Dezembro	364 014,14	390 260,78

Os ativos financeiros valorizados ao respetivo justo valor e os respetivos valores de custo e de mercado, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foram os seguintes:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor custo	Justo valor	Valor custo	Justo valor
Fundo de Compensação do Trabalho	300,94	1 046,44	46 176,46	47 813,00
Fundo de Capital de Risco BlueCrow	314 751,66	362 967,70	325 418,66	342 447,78
	315 052,60	364 014,14	371 595,12	390 260,78

7. Imóveis para investimento

Os imóveis para investimento compreendem dois edifícios propriedade da Unicâmbio, cujo arrendamento acontece por força de relações contratuais prévias e decorrência de lógica de gestão patrimonial e/ou valorização do capital, não correspondendo, contudo, a uma verdadeira atividade do ponto de vista jurídico.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento e respetivas depreciações, foi o seguinte:

	31/12/2025		
	01/01/2025	Aquisições /Dotações	31/12/2025
Prédio da Praça da Figueira	1 250 000,00		1 250 000,00
Prédio do Porto	405 232,65		405 232,65
	1 655 232,65	-	1 655 232,65
	31/12/2025		
Depreciações	01/01/2025	Reforço	31/12/2025
Prédio da Praça da Figueira	(375 000,00)	(18 750,00)	(393 750,00)
Prédio do Porto	(273 101,33)	(2 557,40)	(275 658,73)
	(648 101,33)	(21 307,40)	(669 408,73)
	1 007 131,32		985 823,92

	31/12/2024		
	01/01/2024	Aquisições /Dotações	31/12/2024
Prédio da Praça da Figueira	1 250 000,00		1 250 000,00
Prédio do Porto	405 232,65		405 232,65
	<u>1 655 232,65</u>	<u>-</u>	<u>1 655 232,65</u>
Depreciações	01/01/2024	Reforço	31/12/2024
Prédio da Praça da Figueira	(356 250,00)	(18 750,00)	(375 000,00)
Prédio do Porto	(270 543,93)	(2 557,40)	(273 101,33)
	<u>(626 793,93)</u>	<u>(21 307,40)</u>	<u>(648 101,33)</u>
	<u>1 028 438,72</u>		<u>1 007 131,32</u>

Tendo em consideração o preço médio por metro quadrado nas freguesias onde se situam as suas propriedades de investimento, 6.436 €/m² na freguesia de Santa Maria Maior em Lisboa e 4.486 €/m² na freguesia de São Nicolau no Porto, a Empresa considera que o valor destes ativos a 31 de dezembro de 2025 no Balanço encontra-se abaixo do Justo Valor determinado por aproximação através da Evolução do preço das casas à venda no decorrer do exercício de 2025.

8. Outros ativos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

Ativo bruto	31/12/2025				31/12/2025
	01/01/2025	Aquisições /Dotações	Abates / Alienações	Transferências / Regularizações	
Imóveis de Serviço Próprio	1 055 431,67	-	(3 966,61)		1 051 465,06
Obras em Imóveis arrendados	3 559 693,14	67 723,80	(14 890,38)	170 198,42	3 782 724,98
Equipamento	3 496 050,41	372 132,20	(242 582,81)	32 387,74	3 657 987,54
Investimentos em curso	167 184,20	202 586,16		(202 586,16)	167 184,20
Direito de Uso - IFRS 16	6 115 856,51	838 322,11	(113 608,26)	(1 027 172,08)	5 813 398,28
	<u>14 394 215,93</u>	<u>1 480 764,27</u>	<u>(375 048,06)</u>	<u>(1 027 172,08)</u>	<u>14 472 760,06</u>
Depreciações acumuladas	01/01/2025	Reforço	Abates/Alienações	Transferências	31/12/2025
Edifícios e outras construções	450 403,59	29 734,45	(3 966,61)		476 171,43
Obras em Imóveis arrendados	2 820 472,13	226 898,99	(14 890,38)		3 032 480,74
Equipamento	2 834 711,67	308 791,51	(242 582,81)		2 900 920,37
Direito de Uso - IFRS 16	2 712 701,47	1 257 581,95	(184 106,33)	(1 027 172,08)	2 759 005,01
	<u>8 818 288,86</u>	<u>1 823 006,90</u>	<u>(445 546,13)</u>	<u>(1 027 172,08)</u>	<u>9 168 577,55</u>
	<u>5 575 927,07</u>				<u>5 304 182,51</u>

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page.

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de dezembro de 2025

Ativo bruto	31/12/2024				31/12/2024
	01/01/2024	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	
Imóveis de Serviço Próprio	1 055 431,67	-	-	-	1 055 431,67
Obras em Imóveis arrendados	3 175 928,64	193 982,00	-	189 782,50	3 559 693,14
Equipamento	3 298 486,92	262 293,51	(101 125,72)	36 395,70	3 496 050,41
Investimentos em curso	144 847,40	248 515,00	-	(226 178,20)	167 184,20
Direito de Uso - IFRS 16	4 728 714,60	2 299 377,99	(912 236,08)	-	6 115 856,51
	<u>12 403 409,23</u>	<u>3 004 168,50</u>	<u>(1 013 361,80)</u>	<u>-</u>	<u>14 394 215,93</u>
Depreciações acumuladas	01/01/2024	Reforço	Abates/Alienações	Transferências	31/12/2024
Edifícios e outras construções	420 669,15	29 734,44	-	-	450 403,59
Obras em Imóveis arrendados	2 588 065,48	232 406,65	-	-	2 820 472,13
Equipamento	2 658 049,90	277 787,49	(101 125,72)	-	2 834 711,67
Direito de Uso - IFRS 16	2 204 090,89	1 246 311,76	(737 701,18)	-	2 712 701,47
	<u>7 870 875,42</u>	<u>1 786 240,34</u>	<u>(838 826,90)</u>	<u>-</u>	<u>8 818 288,86</u>
	<u>4 532 533,81</u>				<u>5 575 927,07</u>

As alienações ocorridas durante os períodos de 2025 e 2024 resultaram em ganhos de 33.750 € e 3.500 € em cada ano respetivamente, registados na rubrica “Resultados de alienação de outros ativos”.

Cerca de 81% dos abates dizem respeito ao desconhecimento dos ativos referentes ao Direito de Uso de Contratos de Arrendamento de Imóveis cujo prazo tenha terminado, procedendo a Empresa a recálculo de novo RoU (Right-of-Use), nos casos em que se celebrem novos contratos para as mesmas localizações ou se o Contrato de Arrendamento contemplar renovações automáticas por períodos superiores a um ano.

Os investimentos em curso do período respeitam a obras de desenvolvimento e aquisição de equipamentos, que, entretanto, entraram em funcionamento.

9. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos intangíveis e respetivas amortizações, nos exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

Ativo bruto	31/12/2025			
	01/01/2025	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	31/12/2025
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	209 337,84	-	(41 060,11)	168 277,73
Outras activos intangíveis	285 929,84	-	-	285 929,84
	<u>495 267,68</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>454 207,57</u>
Amortizações acumuladas	01/01/2025	Reforços	Abates / Alienações	31/12/2025
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	209 337,84	-	(41 060,11)	168 277,73
Outras activos intangíveis	145 660,13	49 501,72	-	195 161,85
	<u>354 997,97</u>	<u>49 501,72</u>	<u>-</u>	<u>363 439,58</u>
	<u>140 269,71</u>			<u>90 767,99</u>

Ativo bruto	31/12/2024		
	01/01/2024	Aquisições / Dotações	31/12/2024
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	209 337,84	-	209 337,84
Outras activos intangíveis	137 409,84	148 520,00	285 929,84
	346 747,68	148 520,00	495 267,68
Amortizações acumuladas	01/01/2024	Reforços	31/12/2024
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	209 337,84	-	209 337,84
Outras activos intangíveis	137 409,84	8 250,29	145 660,13
	346 747,68	8 250,29	354 997,97
	-		140 269,71

10. Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas

Filiais

- Foi dissolvida em 2025 a Unicâmbio Ltd, com sede em Londres, Reino Unido, detida a 100% pela Unicâmbio.

Esta entidade não tinha obtido quaisquer rendimentos durante a sua existência.

- Em maio de 2018 a Unicâmbio constituiu uma sociedade de direito marroquino, participada a 100%, com sede em Casablanca. O capital da Empresa de nome Unicambio SARL, AU, no valor de 4.000.000 Dirhams, composto por 40.000 ações, está totalmente subscrito e realizado.

Associadas

- A Empresa detém uma participação de 49% na empresa Unitransfer – Casa de Câmbios, SA, com sede em Luanda, Angola.

- Em abril de 2024, a Unicâmbio constituiu uma sociedade de direito português, participada a 90%, com sede em Lisboa. O capital da Empresa de nome Unicâmbio Digital Assets, Lda, no valor de 10.000,00 Euros, composto por 2 quotas, está totalmente subscrito e realizado.

A tabela seguinte resume os investimentos em filiais e associadas no final do período.

Participadas	Sede	% de participação	Tipo de Participação
Unicambio, SARL	Marrocos	100%	Subsidiária
Unitransfer - Casa de Câmbios, S.A.	Angola	49%	Associada
Unicâmbio Digital Assets, Lda	Portugal	90%	Subsidiária

As taxas de Câmbio, relativamente ao Euro, utilizadas na conversão das demonstrações financeiras das principais operações estrangeiras são as seguintes:

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de dezembro de 2025

Final	2025	2024
Kwanza Angola (AOA)	1 071,93610	947,47680
Dirham Marrocos (MAD)	10,71250	10,52670
<hr/>		
Média	2025	2024
Kwanza Angola (AOA)	1 031,83165	948,53271
Dirham Marrocos (MAD)	10,54943	10,76468

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as contas respeitantes à rubrica de investimentos em filiais e associadas apresentam os seguintes saldos:

31/12/2025										
Investimentos em empresas filiais	Sede	Capital da Participada (€)	% participação	Partes de capital						
				Capital Realizado	Prestações Suplementares	Efeitos das alterações cambiais	Resultados acumulados imputáveis à Unicâmbio	Proporção nos Capitais Próprios	Empréstimos concedidos	Total do Investimento
Unicambio, Ltd	Reino Unido	11 331	100%	-	-	-	-	-	-	-
Unicambio, SARL	Marrocos	361 759	100%	361 758,83	-	9 634,13	(123 304,24)	247 588,72	7 200,00	254 788,72
Unitransfer – Casa de Câmbios, SA	Angola	1 594 960	49%	781 530,36	587 007,07	(1 006 916,80)	(282 330,57)	79 290,06	-	79 290,06
Unicâmbio Digital Assets, Lda	Portugal	9 000	90%	9 000,00	3 000,00	-	(10 116,28)	1 883,72	-	1 883,72
Valorização do Investimento em Filiais e associadas				1 152 289,19	590 007,07	-997 282,67	-416 251,09	328 762,50	7 200,00	335 962,50

31/12/2024										
Investimentos em empresas filiais	Sede	Capital da Participada (€)	% participação	Partes de capital						
				Capital Realizado	Prestações Suplementares	Efeitos das alterações cambiais	Resultados acumulados imputáveis à Unicâmbio	Proporção nos Capitais Próprios	Empréstimos concedidos	Total do Investimento
Unicambio, Ltd	Reino Unido	11 331	100%	11 331,21	-	57,80	(11 389,01)	-	8 064,39	8 064,39
Unicambio, SARL	Marrocos	361 759	100%	361 758,83	-	13 955,44	(146 374,08)	229 340,19	7 200,00	236 540,19
Unitransfer – Casa de Câmbios, SA	Angola	1 594 960	49%	781 530,36	587 007,07	(997 144,13)	(289 550,11)	81 843,19	-	81 843,19
Unicâmbio Digital Assets, Lda	Portugal	9 000	90%	9 000,00	-	-	(8 941,79)	58,21	-	58,21
Valorização do Investimento em Filiais e associadas				1 163 620,40	587 007,07	-983 130,89	-456 254,99	311 241,59	15 264,39	326 505,98

À data da preparação do fecho de contas da Unicâmbio, a informação financeira resumida com o detalhe da imputação dos capitais próprios e resultados das participadas pode ser analisada como segue:

Participadas	31/12/2025				Balança (Euros)		Demonstração Resultados (Euros)	
	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Capitais Imputáveis à Unicâmbio	Resultado Líquido	RL ANO imputável à Unicâmbio		
Unicambio, Ltd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Unicambio, SARL	343 310,27	95 721,55	247 588,72	247 588,72	22 569,82		22 569,82	
Unitransfer - Casa de Câmbios, S.A.	236 025,64	74 209,19	161 816,44	79 290,06	14 733,75		7 219,54	
Unicâmbio Digital Assets, Lda	1 759,69	0,00	1 759,69	1 583,72	(1 304,99)		(1 174,49)	
				328 462,50			28 614,87	

cl
JA
AS
✓

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de dezembro de 2025

Participadas	31/12/2024				Demonstração Resultados (Euros)	
	Balança (Euros)			Capitais Imputáveis à Unicâmbio	Resultado Líquido	RL ANO imputável à Unicâmbio
	Ativo	Passivo	Capitais Próprios			
Unicambio, Ltd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Unicambio, SARL	368 367,30	139 027,11	229 340,19	229 340,19	(62 009,45)	(62 009,45)
Unitransfer - Casa de Câmbios, S.A.	238 068,14	71 041,21	167 026,93	81 843,19	26 419,94	12 945,77
Unicâmbio Digital Assets, Lda	5 389,34	5 324,66	64,68	58,21	(9 935,32)	(8 941,79)
				311 241,59		(58 005,47)

11. Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2024 esta rubrica correspondia à participação de 100% na Ucambio Exchange and Money Transfer GmbH, Constituída em setembro de 2020, e cuja alienação foi deliberada em 2024.

Por conseguinte o valor contabilístico da participação foi transferido para a rubrica de Ativos não Correntes Detidos para Venda (ANCDV).

Empresa	Sede	Capital da Participada (€)	% participação	Partes de capital				
				Capital Realizado	Resultados acumulados em 31/12/2023 imputáveis à Unicâmbio	Proporção nos Capitais Próprios	Empréstimos concedidos	Total do Investimento
Ucambio Exchange and Money Transfer GmbH	Alemanha	250 000	100%	250 000,00	713 159,21	963 159,21	-	963 159,21

O processo de alienação foi concluído em 2025, tendo resultado da operação o seguinte lucro:

	<u>31/12/2025</u>
Outras encargos e gastos operacionais:	
Perdas em ativos não correntes detidos para venda	(1 014 490,00)
Ganhos em ativos não financeiros	
Ganho em ativos não correntes detidos para venda	<u>1 375 205,22</u>
	<u>360 715,22</u>

12. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica “Outros ativos” tinha a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outros Devedores	1 093 703,22	611 243,56
Rendimentos a Receber	131 957,44	185 484,37
Despesas com encargo diferido	527 499,69	580 591,16
Outras contas de Regularização	6 450,72	6 675,00
Ouro para Investimento	972 637,66	379 690,21
	<u>2 732 248,73</u>	<u>1 763 684,30</u>
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(90 639,27)</u>	<u>(53 112,84)</u>
	<u>2 641 609,46</u>	<u>1 710 571,46</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Outros Devedores” apresenta-se como segue:

OUTROS DEVEDORES	31/12/2025	31/12/2024
Devedores Diversos - Cauções	50 143,83	50 893,83
Devedores Sub-Agentes WU	118 701,62	103 955,97
Devedores - Cobrança Duvidosa	2 424,61	7 618,99
Devedores por Serviços de Pagamentos	142 999,27	66 763,29
Outros Devedores	394 787,07	85 106,34
Setor Público Administrativo	345 736,65	243 549,81
Saldos Devedores Fornecedores e Outros Cred	38 910,17	53 355,33
	1 093 703,22	611 243,56

Outros devedores – divulgação por antiguidade

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Devedores Diversos - Cauções	-	-	-	50 143,83	50 143,83
Devedores Sub-Agentes WU	118 597,52	-	-	104,10	118 701,62
Devedores - Cobrança Duvidosa	-	-	-	2 424,61	2 424,61
Devedores por Serviços de Pagamentos	142 999,27	-	-	-	142 999,27
Outros Devedores	384 985,23	9 801,84	-	-	394 787,07
Saldos Devedores Fornecedores e Outros Credores	6 953,62	4 066,73	1 800,80	26 089,02	38 910,17
Setor Publico Administrativo	345 736,65	-	-	-	345 736,65
	999 272,29	13 868,57	1 800,80	78 761,56	1 093 703,22

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Despesas com Encargo Diferido” apresenta-se como segue:

DESPESAS COM ENCARGO DIFERIDO	31/12/2025	31/12/2024
Seguros	218 528,94	198 482,71
Rendas pagas antecipadamente	120 804,97	130 536,35
Avenças e Honorários	8 581,68	21 943,23
Licenças e Outros Serviços Informáticos	151 210,86	189 807,83
Comissões, Juros e Garantias	7 380,71	7 232,43
Outros	20 992,53	32 588,61
	527 499,69	580 591,16

As perdas por imparidade respeitam a:

- Devedores de Cobrança Duvidosa: após efetuadas todas as diligências para a cobrança de créditos considerados de cobrança duvidosa, e não existindo por parte do devedor qualquer pagamento ou estabelecido qualquer acordo para o pagamento, considerou-se existir evidência objetiva de risco alto na incobrabilidade dessa dívida, pelo que se procedeu ao registo contabilístico da respetiva perda por imparidade.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as perdas por imparidade acumuladas desdobram-se como segue:

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	31/12/2025	31/12/2024
Devedores Cobrança Duvidosa	2 380,16	6 788,16
Ouro de Qualidade duvidosa	88 259,11	46 324,68
	90 639,27	53 112,84

13. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Cartão de crédito	6 695,03	8 672,12
Descobertos bancários contratados	7 023,35	-
	13 718,38	8 672,12

14. Provisões

No decorrer do exercício de 2017 foi reconhecida uma provisão de 308.100,00 euros para cobrir uma responsabilidade potencial de contraordenações instauradas pela PSP – Núcleo de Segurança Provada.

Não obstante a pouca gravidade das infrações que lhe estão sendo imputadas, os montantes que as coimas podem atingir obrigam a que, e de acordo com critérios de razoabilidade e prudência, se impute à Empresa um determinado risco de punibilidade pela prática das supracitadas infrações de forma a acautelar eventuais futuras responsabilidades que venham a ser reclamadas.

Face à fase em que se encontra o processo, em que tão somente foi apresentada defesa escrita, a Administração entende que as provisões apuradas, de acordo com os critérios de avaliação de riscos, acautelam, com razoável segurança, os riscos potenciais que poderão ocorrer com o desenrolar daquele processo.

Em 2018 e atendendo a que não ocorreu uma decisão rápida, até por força de não dever acontecer uma apreciação individual de cada processo, dado que a conduta atinente a cada um deles foi a mesma, o que em última instância determinará, não uma coima individual mas uma sanção global por todas as infrações, ou pelo menos por grupo de infrações, e sempre em concurso, a Administração reviu a anterior provisão apurada e entendeu que seria razoável na presente fase do processo reduzir o risco para metade. Em virtude de não ter existido quaisquer desenvolvimentos face ao processo, a provisão foi reduzida para 50.000 euros em 2021.

Em 2024, tendo em consideração o tempo decorrido, o não desenvolvimento do processo e eventuais regras de prescrição foi decidido refutar uma redução no valor da provisão de 15.000 euros e de 35.000 euros em 2025.

Em 27/12/2024, a empresa foi notificada de um Processo de Contraordenação instaurado pela Entidade Reguladora, no âmbito e sequência de um Processo de Auditoria on-site realizada em 2019 decorrente da transposição da Diretiva (EU) n.º 2015/2366, de 25 de novembro, do Parlamento Europeu e do Conselho e da publicação no novo RJSPME.

Ainda que com intenções de contestar judicialmente a Coima Instaurada, a empresa decidiu por prudência constituir uma Provisão no valor total da coima instaurada, 75.000 euros respetivamente.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo a 1 de Janeiro	110 000,00	50 000,00
Reforço no período	-	75 000,00
Reduções no período	(35 000,00)	(15 000,00)
Utilizações	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	75 000,00	110 000,00

15. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Outros passivos” tinha a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas com rendimento diferido	-	299 999,40
Outros Encargos a pagar	3 343 685,29	2 333 980,07
Outros Credores	4 068 024,18	4 336 540,29
	<u>7 411 709,47</u>	<u>6 970 519,76</u>

Cerca de 56% do saldo da rubrica de Outros encargos a pagar corresponde ao registo de benefícios de empregados de curto prazo, tais como férias, subsídio de férias e correspondentes encargos, cujo direito, de acordo com a legislação laboral aplicável, vence a 31 de dezembro de cada ano. Nesta rubrica está incluído o valor de um prémio a título de gratificação de balanço no valor de 850.000 euros.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Outros Credores” apresenta-se como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outros credores		
Sector Público Administrativo	245 595,52	300 472,66
Fornecedores de bens de locação financeir	156 128,98	91 693,96
Fornecedores de bens de locação operacio	3 081 808,14	3 423 431,02
Credores por fornecimentos de bens e serv	362 811,31	335 681,67
Saldos Credores de Outros Devedores	221 680,23	185 260,98
	<u>4 068 024,18</u>	<u>4 336 540,29</u>

O saldo para com o Sector Público Administrativo apresenta-se como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	47 073,92
Retenção de Impostos na Fonte	69 065,21	73 348,20
Imposto de Selo	35 353,26	41 496,14
Segurança Social	141 177,05	138 554,40
	<u>245 595,52</u>	<u>300 472,66</u>

16. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital da Unicâmbio, totalmente subscrito e realizado, era composto por 400.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2025, eram as seguintes:

	<u>% Capital</u>	<u>Valor</u>
Caerinvest - Investimentos e Participações-Unipessoal, Lda	51,80%	1.036.000
A.M.E.M.O. - Importação E Exportação, Lda	21,90%	438.000
Carlos Lilaia	21,50%	430.000
Outros	4,80%	96.000
	100,00%	2.000.000

17. Resultados Retidos e Outras Reservas

O Decreto-Lei n.º 298/92 que regula o exercício da atividade das sociedades financeiras estabelece que pelo menos 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em vinte e três de maio de 2025, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse distribuído da seguinte forma:

	<u>2024</u>
Reservas Legais	216 228,00
Lucros Retidos	1 096 056,59
Dividendos	850 000,00
	2 162 284,59

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024, esta rubrica decompõem-se como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reservas Legais	968 303,88	752 075,88
Reserva Especial por Lucros Retidos e Reinvestidos	3 909 119,33	3 909 119,33
Lucros Retidos	7 996 123,93	6 900 067,34
	12 873 547,14	11 561 262,55

Movimentação ocorrida nas rubricas:

	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva Especial</u>	<u>Lucros Retidos</u>
Saldo Inicial	752 075,88	3 909 119,33	6 900 067,34
Aumento	216 228,00	-	1 096 056,59
Diminuição	-	-	-
Saldo Final	968 303,88	3 909 119,33	7 996 123,93

- Reserva Legal: aumenta pela reserva relativa ao resultado do período anterior;
- Reserva Especial: manteve o valor do ano anterior;
- Lucros retidos: aumenta pelo lucro retido relativo ao período anterior.

O regime de dedução à coleta de IRC por lucros retidos e reinvestidos determina para os seus beneficiários a constituição de uma reserva especial correspondente ao montante dos lucros retidos e reinvestidos. Esta reserva não pode ser distribuída aos sócios antes de decorrido um período de cinco exercícios contados a partir da sua constituição.

Detalhe da Reserva Especial:

	31/12/2024	
	Reserva Especial Por Lucros Retidos e Reinvestidos	Retida Até
Sobre Resultados de 2015	523 494,23	-
Sobre Resultados de 2016	675 625,10	-
Sobre Resultados de 2017	1 000 000,00	-
Sobre Resultados de 2018	750 000,00	2024
Sobre Resultados de 2019	960 000,00	2025
	3 909 119,33	

18. Margem Financeira

Os resultados financeiros, nos períodos de 2025 e de 2024, tinham a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Juros e rendimentos similares obtidos	38 281,44	73 922,01
Juros obtidos de aplicações em Depósitos a Prazo	38 281,44	73 922,01
Juros e encargos similares suportados		
Juros de empréstimos de Outras Instituições Crédito	10,20	5 659,40
Juros de Fornecedores de Imobilizado em Regime de Locação Financeira	5 762,14	3 427,35
Juros de Fornecedores de Imobilizado em Regime de Locação Operacional	92 153,62	90 683,88
	97 925,96	99 770,63
Margem Financeira	(59 644,52)	(25 848,62)

19. Receitas e Despesas de e com taxas e comissões

As receitas de taxas e comissões nos períodos de 2025 e de 2024 foram como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões sobre Serviços de Operações Cambiais ao Balcão	746 621,72	834 005,37
Comissões sobre Serviços Prestados de Transferência de Valores	4 488 818,28	5 010 102,15
Comissões sobre Outros Serviços Prestados	565 669,24	605 721,33
	5 801 109,24	6 449 828,85

As despesas com serviços e comissões nos períodos de 2025 e de 2024 foram como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões sobre Operações Cambiais	-	69,68
Comissões sobre Serviços Bancários de Terceiros	235 774,12	249 839,53
Comissões sobre Outros Serviços Prestados	421 019,95	454 899,05
	656 794,07	704 808,26

20. Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados (líquido)

A repartição dos resultados de ativos e passivos contabilizados pelo justo valor através de resultados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, apresentam-se como segue:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Perdas	Ganhos	Total	Perdas	Ganhos	Total
Activos financeiros valorizados ao justo valor	(15 741,19)	278 142,89	262 401,70	(36 462,78)	124 581,02	88 118,24
Passivos Financeiros	(17,68)	258,26	240,58	(2 480,69)	368,00	(2 112,69)
	(15 758,87)	278 401,15	262 642,28	(38 943,47)	124 949,02	86 005,55

21. Diferenças Cambiais

Esta rubrica reflete os resultados obtidos com a reavaliação cambial das divisas transacionadas, e nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 as moedas com maior expressão apresentam-se como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Dólar dos Estados Unidos	6 965 908,55	7 770 799,06
Libra Esterlina	1 373 586,62	1 581 985,98
Real do Brasil	882 787,88	712 586,91
Franco Suiço	662 543,98	720 849,20
Restantes Moedas	3 730 323,45	4 355 873,36
	13 615 150,48	15 142 094,51

22. Resultados de alienação de outros ativos

A repartição dos Resultados de alienação de outros ativos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Outras encargos e gastos operacionais:		
Perdas em investimentos em filiais	(9.445,27)	-
Perdas em outros activos não financeiros	(8.231.016,61)	(3.952.081,74)
	(8.240.461,88)	(3.952.081,74)
Ganhos em ativos não financeiros		
Ganhos em outros ativos tangíveis	33.750,00	3.500,00
Ganhos em em outros activos não financeiros	9.827.031,60	4.610.875,27
	9.860.781,60	4.614.375,27
	1.620.319,72	662.293,53

23. Outros resultados de exploração

A repartição dos Outros resultados de exploração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outras Despesas operacionais:		
Fraudes	(6 223,76)	(2 026,92)
Perdas Relativas a Exercícios Anteriores	(21 166,61)	(117 883,44)
Quotizações e donativos	(10 376,00)	(10 392,00)
Outros não especificados	(340 796,01)	(485 550,11)
Outros Impostos	<u>(25 585,51)</u>	<u>(28 416,24)</u>
	<u>(404 147,89)</u>	<u>(644 268,71)</u>
Rendas Obtidas de Locação Operacional	46 341,36	48 098,04
Outras Receitas Operacionais:		
Indemnizações Contratuais	4 161,89	4 475,35
Subsídios para compensação despesas	4 246,80	5 521,60
Regularização Pro-Rata	225 898,50	263 479,89
Outras	<u>110 119,84</u>	<u>573 376,69</u>
	<u>390 768,39</u>	<u>894 951,57</u>
	<u>(13 379,50)</u>	<u>250 682,86</u>

As variações mais significativas resultam por um lado, de um aumento na percentagem de dedução no cálculo do pro rata definitivo, e por outro, da atribuição de um crédito fiscal com referência ao exercício de 2022, atribuído pela Agência Nacional de Inovação (ANI) num valor de cerca de 544.974,75€.

24. Despesas com pessoal

A repartição das despesas com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi a seguinte:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Remunerações dos órgãos sociais	346 323,28	356 513,85
Remunerações do pessoal	7 474 036,54	7 065 213,34
Indemnizações	30 349,39	31 770,76
Encargos sobre remunerações	1 303 447,66	1 250 313,04
Seguros	50 633,28	48 086,81
Gastos de acção social	28 277,23	25 724,38
Outros gastos com pessoal	<u>113 838,40</u>	<u>90 254,25</u>
	<u>9 346 905,78</u>	<u>8 867 876,43</u>

A empresa apresentou, no decorrer do exercício findo a 31 de dezembro de 2025, um efetivo médio anual de cerca de 355 trabalhadores, que se decompõe da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Administradores	3	3
Funcionários	<u>352</u>	<u>348</u>
	<u>355</u>	<u>351</u>

25. Outras despesas administrativas

A repartição das despesas administrativas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas com fornecimentos		
donde Água, Energia e Combustíveis	296 671,46	294 222,53
donde Material de Consumo Corrente	125 103,01	137 057,76
donde Publicações	511,70	421,00
donde Material de Higiene e Limpeza	37 726,88	40 403,83
donde Outros fornecimentos de Terceiros	11 014,90	15 761,60
	<u>471 027,95</u>	<u>487 866,72</u>
Despesas com Serviços		
donde Rendas e Alugueres	3 531 143,71	3 262 283,88
donde Comunicações	376 372,22	353 942,33
donde deslocamentos, estadas e representação	598 812,11	592 766,43
donde Publicidade	195 865,17	108 644,97
donde Conservação e Reparação	434 971,55	306 156,70
donde Formação do Pessoal	2 122,47	-
donde Seguros	266 457,00	242 784,94
donde Serviços Especializados	2 616 667,09	2 673 622,68
donde Outros Serviços de Terceiros	18 424,28	242 884,73
	<u>8 040 835,60</u>	<u>7 783 086,66</u>
	<u>8 511 863,55</u>	<u>8 270 953,38</u>

26. Depreciação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os gastos com depreciações e amortizações detalham-se como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
	<u>Gastos</u>	<u>Gastos</u>
Imóveis para investimento	21 307,40	21 307,40
Activos fixos tangíveis	1 811 051,52	1 761 836,72
Activos intangíveis	49 501,72	8 250,29
	<u>1 881 860,64</u>	<u>1 791 394,41</u>

27. Despesas ou receitas com impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16 % sobre a matéria coletável até 50.000 euros por se tratar de uma Small Mid Cap, aplicando-se a taxa de 20% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% e uma Derrama Estadual de 3% aplicável sobre o excedente do lucro tributável acima de 1.5 milhões de euros, para lucros tributáveis entre 1,5 milhões e 7,5 milhões de euros, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2022 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Não obstante, a Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. São ainda reconhecidos créditos fiscais por reporte de prejuízos (equiparados a ativos por imposto diferidos). Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos, e de que a diferença temporária se reverte num futuro previsível.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura. São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se não houver perspectiva concreta que os mesmos venham a ser liquidados no futuro.

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal já paga e a pagar, relativa ao exercício de 2025 e ao exercício anterior, apresenta-se como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CARGA FISCAL IMPUTADA	275 426,18	741 954,10
CARGA FISCAL JÁ PAGA		
Pagamentos por Conta	365 870,00	706 062,12
Pagamentos Adicional por Conta	23 537,80	-
Retenção na Fonte	24 338,36	33 185,71
CARGA FISCAL NO FINAL DO PERÍODO	<u>(138 319,98)</u>	<u>2 706,27</u>
SIFIDE 2023 - Deferimento adicional	(47 755,73)	-
Total	<u>(186 075,71)</u>	<u>2 706,27</u>

- Cálculo do imposto corrente não refletido nas contas:

Relacionamento entre gasto (rendimento) de imposto de lucro contabilístico	Obs.	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício		918 554,63	2 162 284,59
Gasto / rendimento de:			
Imposto Corrente		275 426,18	741 954,10
Imposto Diferido			-
Resultado antes de imposto	1	1 193 980,81	2 904 238,69
Variações patrimoniais	2		-
Diferenças permanentes	3	434 918,40	597 969,90
A acrescentar:			
A deduzir:	4	574 423,33	589 940,65
Diferenças temporárias	5		-
A acrescentar:			
A deduzir:	6		-
Lucro (prejuízo fiscal)	7 = 1+2+3-4+5-6	1 054 475,88	2 912 267,94
Dedução de perdas fiscais	8	-	-
Matéria colectável	9=7-8	1 054 475,88	2 912 267,94
Colecta (MC até 50,000 euros)	10	8 000,00	8 500,00
Colecta (MC superior a 50,000 euros)	11	200 895,18	601 076,27
Derrama Estadual	12	-	42 368,04
Benefícios por dedução à colecta	13	7 800,00	7 800,00
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	14	58 466,17	54 125,78
Ajustamentos à colecta - derrama	15	15 817,14	43 684,02
Ajustamentos à colecta - outros	16	49,37	-
Imposto sobre o rendimento do período	17=10-11+12+13+14	275 427,86	741 954,11
Taxa de imposto aplicável	18=17/7	26,12%	25,48%
Taxa efectiva de imposto	19=17/(1+2)	23,07%	25,55%

Durante o exercício de 2023, a Empresa suportou despesas com Investigação e Desenvolvimento (“I&D”), as quais, no seu entendimento, eram suscetíveis de serem elegíveis para efeitos da obtenção de benefícios fiscais ao abrigo do Sistema de Incentivos Fiscais em I&D Empresarial (“SIFIDE II”), previsto no Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro. Neste sentido, foi calculado um montante de despesa de I&D de Euro 609.434,68 e na atribuição de um crédito fiscal de Euro 311.501,60, sendo que, à data, a Agência Nacional de Inovação, S.A. (“ANI”) ainda não emitiu qualquer declaração declarativa final que possa ser considerada, por ainda não ter havido o deferimento da totalidade do valor.

Houve um deferimento inicial de 180.000€ já utilizado numa declaração Mod22 de 2023 e em 30/6/2025, um deferimento adicional de 47.755,73€.

Este valor adicional está incluído na rubrica Ativos por Impostos Correntes.

Por último, atentos os investimentos realizados nesta área em particular, a Empresa tenciona submeter uma candidatura junto da ANI solicitando a certificação dos montantes de despesas que julga elegíveis, e que se poderá traduzir igualmente, caso aprovado, num crédito fiscal potencial.

28. Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

29. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

A Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2025, a Empresa não efetuou transações com quotas próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2025.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Relativamente aos membros do Conselho de Administração que, nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, são titulares de ações nominativas apresentam-se como segue:

- Paulo Jerónimo – 207.200 ações (por intermédio da Caeirinvest – Investimentos e Participações-Unipessoal, Lda)
- Carlos Lilaia – 86.000 ações

Nos termos do artigo 448 do Código das Sociedades Comerciais, são titulares de mais de 10% do capital social os seguintes acionistas:

- Caeirinvest - Investimentos e Participações-Unipessoal, Lda – 207.200 ações
- Carlos Lilaia – 86.000 ações
- A.M.E.M.O – Importação e Exportação, SA - 87.600 ações

Honorários do Revisor Oficial de Contas nos termos do artigo 66A do Código das Sociedades Comerciais:

Serviços	31/12/2025	31/12/2024
Revisão legal de contas	17 220,00	17 220,00
Outros Serviços	9 225,00	9 225,00
Saldos por liquidar	8 683,80	4 612,50

30. Subsídios à Exploração

Detalhe dos subsídios recebidos durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
IEFP, IP	-	5 521,60

31. Outras Informações

31.1 - Compromissos assumidos

ca
JA
A

Em 31 de dezembro de 2025, a empresa tem as seguintes garantias ativas na Central de Responsabilidades de Crédito:

Nível de responsabilidade	Produto Financeiro	Tipo Garantia		Garantias
Crédito Individual	Crédito renovável - conta corrente bancária	0100	Fiança/Aval	-
Crédito Individual	Facilidades de Descoberto	0100	Fiança/Aval	-
				-
Crédito Individual	Outros Avals e garantias prestados	0100	Fiança/Aval	1 359 585,86
				1 359 585,86

31.2 - Resumo das Responsabilidades de Crédito relativas a 31 de dezembro de 2025

Em 31 de dezembro de 2025, a empresa apresenta os seguintes saldos na Central de Responsabilidades de Crédito:

Produto Financeiro	Montante em Dívida			N,º Produtos	Produtos C/ Garantia
	Total	Em Incumprimento	Montante Potencial		
Cartão de crédito - com período de free-float	6 695,03	-	31 470,40	5	0
Crédito Não Renovável	-	-	-	0	0
Crédito renovável - conta corrente bancária	-	-	-	0	0
Facilidades de Descoberto	-	-	-	0	0
Locação financeira mobiliária	126 934,26	-	-	5	0
Outros Avals e garantias prestados	-	-	1 119 606,99	32	32
	133 629,29	-	1 151 077,39	42	32

31.3 - Partes Relacionadas

Foram entidades relacionadas da Unicâmbio, em 2025, as sociedades a seguir designadas:

Parte relacionada

Desenvolvgest – Desenvolvimento e Gestão Lda
Unicâmbio Digital Assets, Lda
Moneycall – Serviços de Telecomunicações, Lda
VerdeVento – Organização de Eventos e Serviços, Lda
Unitransfer – Casa de Câmbios, SA
Caeinvest - Investimentos e Participações-Unipessoal, Lda
Unicâmbio, Ltd
UniCâmbio, SARL – AU
Sweet and Happy Apartments, Lda
Maria Conceição Seixas Jerónimo
Unicambio, SRL
Ucambio Exchange & Money Transfer, GmbH
Unigold, Comércio de Ouro, Lda.
Finpay - Technology Sistemas de Inovação Lda.
Nexthome - Investimentos Imobiliários, Lda
A.M. e M.O., Importações e Exportações, Lda
José Carlos Pereira Lilaia

As transações e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, são apresentados nos quadros que se seguem:

Transações 2025	Subsidiárias	Coligadas	Outras partes relacionadas	Total
Vendas e prestações de serviços	-	120 000,00	9 871 451,76	9 991 451,76
Empréstimos concedidos	-	-	-	-
Dividendos	-	440 300,00	409 700,00	850 000,00
Comissões Recebidas	127 600,20	76 080,12	-	203 680,32
Serviços adquiridos	-	-	798 599,60	798 599,60
	127 600,20	636 380,12	11 079 751,36	11 843 731,68

Saldos em 31/12/2025	Subsidiárias	Coligadas	Outras partes relacionadas	Total
Contas a receber	-	-	340 264,10	340 264,10
Contas a pagar	-	-	-	-
Outros Devedores	-	128 035,95	1 308,83	129 344,78
Empréstimos concedidos	7 200,00	-	-	7 200,00
	7 200,00	128 035,95	341 572,93	476 808,88

Transações 2024	Subsidiárias	Coligadas	Outras partes relacionadas	Total
Vendas e prestações de serviços	-	120 000,00	4 655 275,27	4 775 275,27
Empréstimos concedidos	11 309,49	-	(5 599,06)	5 710,43
Dividendos	-	-	700 000,00	700 000,00
Comissões Recebidas	231 903,60	58 479,29	-	290 382,89
Serviços adquiridos	-	-	948 043,31	948 043,31
	243 213,09	178 479,29	6 297 719,52	6 719 411,90

Saldos em 31/12/2024	Subsidiárias	Coligadas	Outras partes relacionadas	Total
Contas a receber	-	-	-	-
Contas a pagar	-	-	515,09	515,09
Outros Devedores	4 365,81	-	1 308,83	5 674,64
Empréstimos concedidos	15 264,39	19 483,92	-	34 748,31
	19 630,20	19 483,92	1 823,92	40 938,04

Os termos ou condições praticadas entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

31.4 Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o montante global dos elementos do ativo e dos elementos do passivo expressos em moeda estrangeira, convertidos em Euros, distribuem-se como segue:

- Ativo: o valor global de balanço dos activos expressos em moeda estrangeira, convertidos em euros com base no “câmbio fixing” à data de encerramento do exercício, com exceção para a subscrição dos Capitais das participações financeiras, é assim distribuído:

Handwritten signature and initials

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
	Euro	Euro
Notas e Moedas estrangeiras	3 988 150	4 149 698
Depósitos à ordem	77 090	932 078
Participações Financeiras (subscrição Capital)	1 143 289	1 154 620
Total	5 208 528	6 236 397

- Passivo: Não existiam Passivos expressos no Balanço em moeda estrangeira em 31/12/2025 e 31/12/2024

Em Lisboa, em 20 de abril de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Isabel Beira

A ADMINISTRAÇÃO

Adriana Ricardo *percinimo*

Adriana Ricardo percinimo

17. ANEXOS



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
FREDERICO AMAITE RASQUILHA
MÓNICA SOFIA CUNHA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **UNICÂMBIO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 22.278.681 euros e um total de capital próprio de 14.778.253 euros, incluindo um resultado líquido de 918.419 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **UNICÂMBIO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

1 de 3

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 20 de maio de 2026

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por

[Assinatura Qualificada] Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada] Carlos
Carlos Manuel Charneca Manuel Charneca Moleirinho
Moleirinho Grenha Grenha
Dados: 2026.05.20 12:35:41 +01'00'
Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da UNICÂMBIO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Da Administração, o Fiscal Único recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foram-nos presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas que incluem a proposta de aplicação de resultados.
4. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, desenvolvemos os procedimentos adequados e emitimos a Certificação Legal das Contas, que deve ser entendida como completando este relatório.
5. **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2025, tal como foram apresentados pela Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração.
6. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 20 de maio de 2026

O FISCAL ÚNICO

[Assinatura Qualificada]
Carlos Manuel Charneca
Moleirinho Grenha

Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada] Carlos Manuel
Charneca Moleirinho Grenha
Dados: 2026.05.20 12:35:17 +01'00'

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877

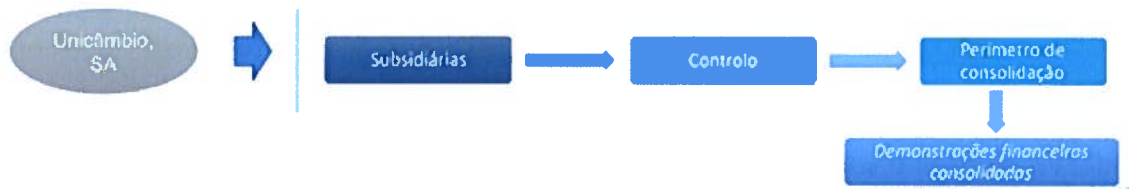


18. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2025

Consolidação de Contas_ Grupo Unicâmbio

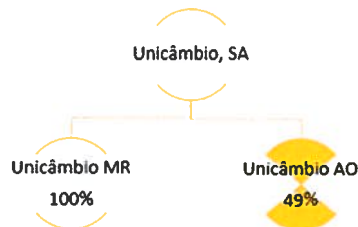
É nosso objetivo apresentar neste relatório, as Contas Anuais e Consolidadas, referentes ao exercício de 2025, assim como dar cumprimento às exigências legais em matéria de depósito de contas consolidadas.

A consolidação das demonstrações financeiras do Grupo de empresas será apresentada pela empresa-mãe, como se de uma única entidade económica se tratasse, resultando esta da definição e identificação das várias subsidiárias sobre as quais é exercido controlo e que integram o perímetro de consolidação.



Perímetro de Consolidação

Em função da participação da Unicâmbio em cada uma das empresas do Grupo, foi identificado o seguinte perímetro de Consolidação.



Unicâmbio, SA	% Participação	Método de Consolidação
Unicâmbio, MR	100%	Integral
Unicâmbio, AO	49%	Equivalência Patrimonial

A Unicâmbio – Instituição de Pagamento, S.A., é uma instituição de pagamentos com sede em Lisboa, autorizada e supervisionada pelo Banco de Portugal nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento, e conta hoje com 84 balcões no espaço geográfico do Continente e da Região Autónoma da Madeira.

A sua atividade principal desenvolve-se no domínio do câmbio manual e das transferências de dinheiro de e para o exterior.

- a) A Unicâmbio é empresa-mãe do Grupo Unicâmbio, que inclui a seguinte entidade, consolidada pelo método de consolidação integral:



- Em maio de 2018 a Unicâmbio constituiu uma sociedade de direito marroquino, participada a 100%, com sede em Casablanca. O capital da Empresa de nome Unicambio SARL, AU, no valor de 4.000.000 Dirhams, composto por 40.000 ações, está totalmente subscrito e realizado.

b) A empresa detém ainda controlo sobre sociedades participadas, mas excluídas do perímetro de consolidação, atendendo à sua imaterialidade. Nestes casos, os investimentos financeiros encontram-se mensurado pelo Método da Equivalência patrimonial.

- A Empresa detém uma participação de 90% na Digital Assets, Lda. com sede em Lisboa, Portugal. O capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é de 10.000 euros. Refira-se que, no último exercício, a Empresa não obteve qualquer rendimento relacionado com a referida empresa participada.

- No decurso do exercício de 2025, foi formalizado o requerimento para a dissolução voluntária da participada Unicâmbio Ltd, com sede em Londres, Reino Unido, no âmbito de uma reorganização da estrutura do grupo e pelo facto de a referida entidade nunca ter registado qualquer atividade operacional.

Não obstante os trâmites iniciais e a respetiva publicitação para efeitos legais a 02 de dezembro de 2025, o processo encontra-se a aguardar a conclusão de diligências administrativas e a prestação de esclarecimentos complementares junto da Companies House, de forma a formalizar o encerramento definitivo da entidade no registo comercial.

Em 2025, a Administração da Unicâmbio, de acordo com o previsto no nº1, art.º 8º do Decreto Lei n.º158/2009, de 13 de julho, na redação atual (alterada pelo Decreto-Lei n.º98/2015, de 2 de junho), decidiu não considerar a Unicambio, LTD, com sede em Reino Unido e a Unicambio Digital Assets, com sede em Portugal, ao método de consolidação integral, por considerar que estas entidades não são materialmente relevantes para a realização do objetivo das demonstrações financeiras e assim dar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, no desempenho financeiro e dos fluxos de caixa do conjunto das entidades compreendidas na consolidação. Por este motivo, em 2025, à participação detida nas subsidiárias Digital Assets, com sede em Portugal, aplica-se o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Em 31 de dezembro de 2024 a participação era de 100% na Ucambio Exchange and Money Transfer GmbH, constituída em setembro de 2020, e cuja alienação foi deliberada em 2024.

Por conseguinte o valor contabilístico da participação foi transferido para a rubrica de Ativos não Correntes Detidos para Venda (ANCDV).

Empresa	Sede	Capital da participada (€)	% participação	Partes de capital				
				Capital Realizado	Resultados acumulados em 31/12/2023 imputáveis à Unicâmbio	Proporção nos Capitais Proprios	Empréstimos concedidos	Total do Investimento
Ucambio Exchange and Money Transfer GmbH	Alemanha	250.000,00 €	100%	250.000,00	713.159,21	963.159,21	-	963.159,21

O processo de alienação foi concluído em 2025, tendo resultado da operação o seguinte lucro: 1.375.205,22eur, já afetado pelo custo que a Unicâmbio, em termos consolidados, assumiu do seu ativo detido para Venda-“Ucambio”

Estado da Economia Portuguesa e Mundial

Em 2025, a economia portuguesa voltou a destacar-se com um desempenho relativamente robusto face ao contexto internacional mais frágil:

Crescimento económico



- As projeções mais recentes indicam que o PIB português deve crescer cerca de 1.9% em 2025, apoiado principalmente pela procura interna e consumo privado, com contributos positivos do investimento público e dos fundos europeus.
- Algumas projeções mais otimistas (e de instituições privadas) apontam para crescimento ligeiramente superior, em torno de 2% a 2.4%, reforçando a resiliência económica.
- O panorama para o ano 2026 depara-se com múltiplas incertezas. Contudo o Banco de Portugal avança com uma perspetiva de crescimento para 2026 tende a acelerar um pouco face a 2025.

Inflação e mercado de trabalho

- A inflação deverá desacelerar progressivamente, aproximando-se de níveis próximos de 2,1% em 2025-26, refletindo a queda dos preços da energia e certas pressões de preços mais moderadas.
- O mercado de trabalho mantém-se sólido, com queda gradual da taxa de desemprego prevista e emprego em expansão, apesar de pressões sobre produtividades e salários.

Destaques e reconhecimento

A economia portuguesa tem sido destacada por analistas internacionais pela sua performance em 2025, incluindo reconhecimento como uma das economias com crescimento mais significativo na Europa neste ano.

O Banco de Portugal não deixa de alertar, porém, ao longo do relatório que estas projeções contêm em si riscos face às múltiplas incertezas externas, guerras e frequentes sinais de mudança de medidas de política externa por parte dos EUA, que se traduzem frequentemente em flutuações de preços e restrições da política monetária com efeitos limitativos no investimento global. Alerta ainda para uma certa volatilidade possível nos câmbios monetários.

Em termos gerais: tanto Portugal como a zona euro estão numa trajetória de desaceleração da inflação, refletindo menores preços de energia e pressões de custos suavizadas.

Economia Europeia em 2025

O ambiente económico na União Europeia e na Zona Euro em 2025 tem sido caracterizado por crescimento moderado e incerteza global:

Crescimento económico

- As projeções para a zona euro apontam para um crescimento mais moderado, em linha com as perspetivas de uma economia recuperando lentamente de choques externos e incertezas globais. Projeções internacionais (por exemplo, FMI e Banco de Portugal) sugerem crescimento no entorno de 1,1 % a 1,3 % na zona euro.
- A Comissão Europeia projeta um crescimento do PIB na UE em 2026, com a Zona Euro um pouco mais lenta, refletindo um contexto global incerto.
- A aceleração moderada está prevista para 2026, com crescimento ligeiramente mais forte no conjunto da UE e na Zona Euro.

Inflação

- No conjunto da zona euro, as projeções de organismos europeus indicam inflação em torno de 2,1 % em 2025, estabilizando perto do objetivo de 2 % no médio prazo.



- O crescimento europeu permanece sujeito a riscos relacionados com tensões geopolíticas, incerteza no comércio global, e fraca dinâmica de investimento em alguns países. A guerra no Médio Oriente vem agravar esta situação com o impacto na eventual escassez e subida de preços das matérias-primas energéticas e aumento de preços dos fertilizantes.

Últimos indicadores de atividade

- Dados de indicadores compostos de confiança (PMI) sinalizam expansão modesta ao longo do ano, com setores como serviços liderando o impulso económico, mesmo diante de fragilidades industriais e choques externos.

Projeções para 2026 2027

As projeções para 2026 e 2027 apontam para um cenário de **crescimento moderado**, inflação relativamente controlada e alguma instabilidade geopolítica a influenciar juros, energia e investimento — tanto em Portugal como na Zona Euro.

Crescimento económico (PIB)

A maioria das instituições prevê que Portugal continue a crescer acima da média europeia:

Indicador	2026	2027
Crescimento PIB	~1,8% a 2,2%	~1,6% a 2,1%
Inflação	~2,0% a 2,8%	~2,0%
Desemprego	~6,1%–6,2%	~6,1%
Dívida pública	<90% PIB	~88% PIB

A previsão é que a economia portuguesa seja sustentada principalmente por: Consumo interno relativamente forte; Execução dos fundos europeus do PRR; Mercado de trabalho resiliente; Turismo ainda sólido (embora menos explosivo que em 2023–2025); Investimento público e infraestruturas. A Comissão Europeia e a OCDE consideram que Portugal continuará a beneficiar do investimento associado aos fundos europeus até 2026.

Os principais riscos para Portugal são: desaceleração da Alemanha e França; tensão geopolítica e energia mais cara; subida dos juros do BCE; menor crescimento das exportações; pressão sobre habitação e produtividade.

O Banco de Portugal reviu recentemente em baixa algumas previsões devido ao conflito no Médio Oriente e ao impacto nos preços energéticos.

- As perspetivas para Marrocos em 2026 e 2027 são, em geral, mais positivas do que para muitas economias da região MENA e até superiores à média da Zona Euro em termos de crescimento económico.

O consenso atual de instituições como o [FMI](#), Banco Mundial e banco central marroquino aponta para um ciclo de crescimento relativamente forte, apoiado por investimento público, infraestruturas, turismo e recuperação agrícola.

A economia marroquina está a ser impulsionada por grandes investimentos públicos; Turismo que continua muito forte; indústria automóvel; energias renováveis, construção e imobiliário.

Projeções macroeconómicas para Marrocos

Handwritten initials and a blue mark on the right margin.

Indicador	2026	2027
Crescimento PIB	~4,4% a 4,9%	~4,5%
Inflação	~1,3% a 2,0%	~1,9% a 2,0%
Taxa diretora	~2,25%	estável/moderada
Défice orçamental	~3%–3,4% PIB	ligeira melhoria
Dívida pública	tendência gradual de descida	~60% PIB médio prazo

Os principais riscos em Marrocos estão associados à dependência agrícola e clima; Energia e geopolítica; e dependência da Europa (a economia marroquina depende fortemente da procura europeia, especialmente: França, Espanha e Alemanha. Uma desaceleração europeia afetaria: as exportações; Turismo e Remessas).

-As projeções para Angola em 2026 e 2027 continuam muito dependentes de três fatores principais: preço do petróleo produção petrolífera; capacidade de diversificação da economia.

O cenário-base atual aponta para crescimento positivo, mas moderado, com inflação ainda relativamente elevada e pressão significativa sobre dívida pública e moeda.

Projeções macroeconómicas para Angola

Indicador	2026	2027
Crescimento PIB	~2,1% a 2,6%	~2,5% a 3,0%
Inflação	~12% a 15%	~9% a 12%
Dívida pública	elevada (~70%+ PIB)	estabilização gradual
Dependência do petróleo	muito elevada	continua estrutural.
Moeda (kwanza)	volatilidade moderada	pressão cambial continua.

As projeções do FMI apontam para crescimento relativamente modesto comparado com outros países africanos exportadores de recursos.

Em suma

Prevê-se que, durante o exercício de 2026, as empresas do Grupo mantenham o foco nos seus principais segmentos de atividade, nomeadamente operações cambiais e serviços de transferência de dinheiro. No que respeita ao negócio cambial, perspetiva-se uma evolução positiva e um crescimento sustentado da atividade. Por outro lado, relativamente ao segmento de transferências de dinheiro, antecipa-se a continuação da tendência que temos vindo a assistir pelo menos nos últimos dois anos, contudo tudo faremos para contrariar esta tendência, com o compromisso de oferecermos ao cliente, formas renovadas de continuar a usar a Unicâmbio nesta área de negócio.

Descrição da Atividade

A Unicâmbio continua a ter presença internacional em dois continentes e três países, Portugal, Angola, Marrocos. No final do ano o Grupo Unicâmbio, detinha cerca 90 balcões e perto de 370 colaboradores.

Atualmente existem duas empresas, que não estão a desenvolver atividade, são elas a Unicambio UK (Inglaterra) e a Unicambio Digital Assets (Portugal).

Das restantes empresas do Grupo, refira-se a Unitransfer (Angola), que atua no mercado cambial e das transferências de dinheiro com o parceiro Western Union e com serviço próprio, e Unicambio SARL (Marrocos), que atua no mercado cambial.

A atividade nas empresas do Grupo é acompanhada diariamente pelos departamentos competentes na empresa mãe, em Portugal.



Este acompanhamento é feito tanto ao nível dos serviços, como é o caso dos serviços: de Tecnologia e Inovação; de Suporte Operacional; de Segurança Física; de Marketing; de Comunicação e Marca; Recursos Humanos (é feito localmente e acompanhado pelo departamento de RH da empresa mãe); dos Serviços Financeiros (com exceção da contabilidade que é sempre feita localmente, e apenas acompanhada no departamento financeiro da empresa mãe). Mas também é feito o acompanhamento ao nível do centro corporativo, mais concretamente: Compliance e Auditoria Interna, Jurídico e Gestão de Risco.

O resultado consolidado do Grupo, apesar de ter ficado aquém do ano transato não deixa de apresentar no seu todo valores interessantes e suscetíveis de serem analisados.

Num ano em que em termos internacionais nos deparamos com tantas situações com impacto direto no nosso negócio, conseguimos manter o resultado positivo. Contudo temos já a consciência que teremos de ajustar a estrutura ao nível do negócio atual, e apostar na redução de alguns custos estruturais, para também assim termos mais margem para avançar na digitalização, e no investimento em termos de tecnologias.

Em suma

Continuamos a observar em termos de negócio as transferências de dinheiro a decrescer, contudo um dos negócios mais recentes na Unicâmbio – a compra e venda de ouro, está a crescer e a ocupar um lugar dianteiro nesta corrida aos proveitos, o que de esperamos que possa vir a colmatar o decréscimo das restantes áreas de negócio.

Consolidado	2025	2024
Comissões	5 673 509 €	6 217 924 €
Ganhos em operações financeiras	13 943 453 €	15 510 285 €

Relativamente aos custos consolidados suportados em 2025, observamos um crescimento de cerca de 3,4% em relação ao exercício do ano anterior.

As principais componentes da estrutura de custos do Grupo foram as de gastos com pessoal (9,4 M€) e de gastos gerais administrativos (8,7 M€), as quais, por si só, representaram cerca de 87% dos gastos totais.

O quadro abaixo é esclarecedor quanto ao desempenho económico do Grupo que se espera seja possível manter, num contexto complexo face às situações que decorrem atualmente a nível mundial com substancial impacto na nossa área de negócio.

Consolidado	2025	2024
Produto Bancário	20 770 557	21 996 540
Resultado Líquido	1 805 308	584 383
EBITDA	4 047 070	4 356 254
Rendibilidade do Ativo Total	8,07%	1,56%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	12,22%	4,37%

Destaques do ano 2025 (base consolidada):

- Rentabilidade do Ativo Total em 6,01% e do Capital Próprio em 8,07%;
- Face a reestruturação que se prevê para o ano de 2026, contamos com a estagnação se não diminuição da componente de custos;

- Tendo o crescimento do produto bancário em 2025 ficado em 5,5%, este foi suficiente para compensar o aumento dos custos.

No que respeita ao Capital Próprio total, salienta-se o reforço do seu montante, através da habitual retenção de parte substancial dos lucros obtidos, e pela imputação do ganho da venda da empresa que detinha na Alemanha. Ora o facto deste constante e solido aumento dos capitais próprios, permite os seus níveis de autonomia financeira e solvabilidade.

No final de 2025, os fundos próprios da UNICÂMBIO, medidos na aceção do Banco de Portugal, atingiam o montante de 13.769.066,04€.

Em suma, podemos afirmar que o Grupo Unicâmbio apresenta solidez financeira. Esta tem vindo a ser gerada essencialmente de forma orgânica, assente na adoção das políticas mais adequadas a cada momento do crescimento do grupo.

Perspetivas para o ano 2026

Não obstante se manterem “os tempos de incertezas”, a resiliência, a experiência, a criatividade e o nosso posicionamento no mercado permitem-nos olhar para 2026 com moderado otimismo, reforçados pela expectativa de que a evolução da economia portuguesa se conforme com as projeções à data existentes.

Relativamente às empresas de Angola e Marrocos, tendo em conta uma possível melhoria da situação económica e financeira destes países e a continuação de implementação de medidas de contenção e racionalização de custos tomada pelas respetivas administrações, espera-se que os resultados de 2026 venham a ser melhorados em ambas.

No decurso do exercício de 2025, foi formalizado o requerimento para a dissolução voluntária da participada Unicâmbio Ltd, com sede em Londres, Reino Unido, no âmbito de uma reorganização da estrutura do grupo e pelo facto de a referida entidade nunca ter registado qualquer atividade operacional.

Não obstante os trâmites iniciais e a respetiva publicitação para efeitos legais a 02 de dezembro de 2025, o processo encontra-se a aguardar a conclusão de diligências administrativas e a prestação de esclarecimentos complementares junto da Companies House, de forma a formalizar o encerramento definitivo da entidade no registo comercial.

Jf
el
AS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



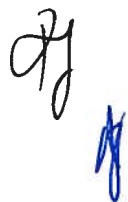
Instituição: Unicâmbio - Instituição de pagamentos, SA
 Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em euros)

	Notas	Dezembro 2025	Dezembro 2024
ATIVOS			
Caixa e saldos de caixa em bancos centrais		12.157.768,85	11.704.914,88
Dinheiro em caixa	4	7.053.810,87	7.313.367,53
Outros depósitos à ordem	4	5.103.957,98	4.391.547,34
Ativos financeiros detidos para negociação		448.630,41	232.869,94
Instrumentos de capital próprio	5	448.630,41	232.869,94
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		364.014,14	390.260,78
Instrumentos de capital próprio	6	364.014,14	390.260,78
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	10	81.042,89	89.965,79
Ativos não correntes detidos para venda	11	0,00	16.588.994,04
Ativos tangíveis		6.378.192,94	6.695.017,44
Ativos fixos tangíveis	8	5.392.369,02	5.687.886,12
Propriedades de investimento	7	985.823,92	1.007.131,32
Ativos fixos intangíveis	9	90.778,03	142.124,34
Ativos por impostos		187.001,36	0,00
Ativos por impostos correntes	27	187.001,36	0,00
Outros ativos	12	2.659.773,47	1.729.393,61
ATIVOS TOTAIS		22.367.202,08	37.573.540,81
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
PASSIVOS			
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		13.722,58	8.672,12
Outros passivos financeiros	13	13.722,58	8.672,12
Provisões		75.000,00	110.000,00
Outras provisões	14	75.000,00	110.000,00
Passivos por impostos		0,00	2.706,27
Passivos por impostos correntes		0,00	2.706,27
Outros passivos	15	7.500.105,83	8.116.586,67
Passivos não correntes detidos para venda	11	0,00	15.957.343,24
PASSIVOS TOTAIS		7.588.828,41	24.195.308,30
Fundos próprios		2.000.000,00	2.000.000,00
Capital realizado	16	2.000.000,00	2.000.000,00
Rubricas que não serão classificadas em resultados		-1.013.713,11	-999.566,42
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias	17	-1.013.713,11	-999.566,42
Lucros retidos	17	6.981.633,93	6.900.067,34
Outras reservas		5.005.023,41	4.893.098,81
Outros	17	5.005.023,41	4.893.098,81
Diferenças de conversão cambial		120,99	250,20
Lucros ou prejuízos atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		1.805.308,44	584.382,58
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL		14.778.373,66	13.378.232,51
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL E PASSIVOS TOTAIS		22.367.202,08	37.573.540,81

A Administração

O Contabilista Certificado


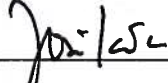





Instituição: Unicâmbio - Instituição de pagamentos, SA
 Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em euros)

	Notas	Exercícios	
		Atividade Global	
		2025	2024
Juros e encargos similares	18	-59.644,52	-25.848,62
Margem Financeira		-59.644,52	-25.848,62
Rendimentos de serviços e comissões	19	5.673.509,04	6.217.925,25
Encargos com serviços e comissões	19	-656.794,07	-704.808,26
Resultado de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	20	262.642,28	86.005,55
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	21	13.943.452,89	15.510.285,10
Resultados de alienação de outros ativos	22	1.620.319,72	662.293,53
Outros resultados de exploração	23	-12.928,41	250.687,44
Produto Bancário		20.770.556,93	21.996.539,99
Gastos com o pessoal	24	-9.422.948,53	-8.964.156,29
Gastos gerais administrativos	25	-8.717.174,04	-8.579.393,91
Depreciações do exercício	08/09/26	-1.905.869,23	-1.815.958,13
Provisões Líquidas de reposições e anulações	14	35.000,00	-60.000,00
Imparidades de outros ativos líquida da reversões e recuperações		-59.122,96	92.219,96
Parte dos lucros ou prejuízos (-) de investimentos em filiais, empreendimentos c	10	5.909,07	-154.803,94
Lucros ou prejuízos (-) com ativos não correntes e grupos para alienação classifi	11	1.375.205,22	-
Resultado antes de impostos		2.081.556,47	2.514.447,68
Impostos sobre o rendimento do período		-276.248,03	-742.874,61
Correntes	27	-276.248,03	-742.874,61
Resultado após impostos		1.805.308,44	1.771.573,07
Resultado líquido do período		1.805.308,44	1.771.573,07
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos)		0,00	-1.187.190,49
Resultado líquido após as operações descontinuadas		1.805.308,44	584.382,58

A Administração

O Contabilista Certificado

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercício 2025

20 de abril de 2026

Índice

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

• Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2025.....	4
• Demonstração Consolidada dos Resultados em 31 de dezembro de 2025	5
• Demonstração do Rendimento Integral em 31 de dezembro de 2025.....	6
• Demonstração de Alterações no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2025	7
• Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025.....	8
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	9
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contabilísticas	13
4. Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem.....	18
5. Ativos financeiros detidos para negociação	20
6. Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	20
7. Imóveis para investimento	21
8. Outros Ativos tangíveis.....	22
9. Ativos intangíveis	23
10. Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas.....	24
11. Ativos e passivos não correntes detidos para venda.....	26
12. Outros Ativos.....	26
13. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	28
14. Provisões.....	28
15. Outros Passivos.....	29
16. Capital Social.....	29
17. Resultados Retidos e Outras Reservas	30
18. Margem Financeira	31
19. Receitas e Despesas de e com taxas e comissões	31
20. Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados (líquido).....	32
21. Diferenças Cambiais	32
22. Resultados de alienação de outros ativos	32
23. Outros resultados de exploração	33
24. Despesas com pessoal	33
25. Outras despesas administrativas.....	34
26. Depreciação	34
27. Despesas ou receitas com impostos	34
28. Eventos subsequentes.....	38
29. Informações exigidas por diplomas legais	38
30. Subsídios à Exploração.....	38
31. Outras Informações.....	39

Demonstrações Financeiras Consolidadas
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025


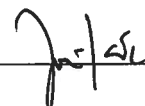
 
 3 

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de dezembro de 2025

Instituição: Unicâmbio - Instituição de pagamentos, SA
 Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em euros)

	Notas	Dezembro 2025	Dezembro 2024
ATIVOS			
Caixa e saldos de caixa em bancos centrais		12.157.768,85	11.704.914,88
Dinheiro em caixa	4	7.053.810,87	7.313.367,53
Outros depósitos à ordem	4	5.103.957,98	4.391.547,34
Ativos financeiros detidos para negociação		448.630,41	232.869,94
Instrumentos de capital próprio	5	448.630,41	232.869,94
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		364.014,14	390.260,78
Instrumentos de capital próprio	6	364.014,14	390.260,78
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	10	81.042,89	89.965,79
Ativos não correntes detidos para venda	11	0,00	16.588.994,04
Ativos tangíveis		6.378.192,94	6.695.017,44
Ativos fixos tangíveis	8	5.392.369,02	5.687.886,12
Propriedades de investimento	7	985.823,92	1.007.131,32
Ativos fixos intangíveis	9	90.778,03	142.124,34
Ativos por impostos		187.001,36	0,00
Ativos por impostos correntes	27	187.001,36	0,00
Outros ativos	12	2.659.773,47	1.729.393,61
ATIVOS TOTAIS		22.367.202,08	37.573.540,81
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
PASSIVOS			
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		13.722,58	8.672,12
Outros passivos financeiros	13	13.722,58	8.672,12
Provisões		75.000,00	110.000,00
Outras provisões	14	75.000,00	110.000,00
Passivos por impostos		0,00	2.706,27
Passivos por impostos correntes		0,00	2.706,27
Outros passivos	15	7.500.105,83	8.116.586,67
Passivos não correntes detidos para venda	11	0,00	15.957.343,24
PASSIVOS TOTAIS		7.588.828,41	24.195.308,30
Fundos próprios		2.000.000,00	2.000.000,00
Capital realizado	16	2.000.000,00	2.000.000,00
Rubricas que não serão classificadas em resultados		-1.013.713,11	-999.566,42
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias	17	-1.013.713,11	-999.566,42
Lucros retidos	17	6.981.633,93	6.900.067,34
Outras reservas		5.005.023,41	4.893.098,81
Outros	17	5.005.023,41	4.893.098,81
Diferenças de conversão cambial		120,99	250,20
Lucros ou prejuízos atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		1.805.308,44	584.382,58
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL		14.778.373,66	13.378.232,51
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL E PASSIVOS TOTAIS		22.367.202,08	37.573.540,81

A Administração

  Adriana Ricardo

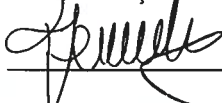
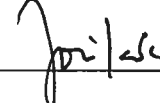
O Contabilista Certificado

 Isabel Neira

Instituição: Unicâmbio - Instituição de pagamentos, SA
 Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em euros)

	Notas	Exercícios	
		Atividade Global	
		2025	2024
Juros e encargos similares	18	-59.644,52	-25.848,62
Margem Financeira		-59.644,52	-25.848,62
Rendimentos de serviços e comissões	19	5.673.509,04	6.217.925,25
Encargos com serviços e comissões	19	-656.794,07	-704.808,26
Resultado de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	20	262.642,28	86.005,55
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	21	13.943.452,89	15.510.285,10
Resultados de alienação de outros ativos	22	1.620.319,72	662.293,53
Outros resultados de exploração	23	-12.928,41	250.687,44
Produto Bancário		20.770.556,93	21.996.539,99
Gastos com o pessoal	24	-9.422.948,53	-8.964.156,29
Gastos gerais administrativos	25	-8.717.174,04	-8.579.393,91
Depreciações do exercício	08/09/26	-1.905.869,23	-1.815.958,13
Provisões Líquidas de reposições e anulações	14	35.000,00	-60.000,00
Imparidades de outros ativos líquida da reversões e recuperações		-59.122,96	92.219,96
Parte dos lucros ou prejuízos (-) de investimentos em filiais, empreendimentos c	10	5.909,07	-154.803,94
Lucros ou prejuízos (-) com ativos não correntes e grupos para alienação classifi	11	1.375.205,22	-
Resultado antes de impostos		2.081.556,47	2.514.447,68
Impostos sobre o rendimento do período		-276.248,03	-742.874,61
Correntes	27	-276.248,03	-742.874,61
Resultado após impostos		1.805.308,44	1.771.573,07
Resultado líquido do período		1.805.308,44	1.771.573,07
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos)		0,00	-1.187.190,49
Resultado líquido após as operações descontinuadas		1.805.308,44	584.382,58

A Administração

  Adina Ricardo

O Contabilista Certificado

 Isabel Neira


Instituição: Unicâmbio - Instituição de pagamentos, SA
 Demonstração Consolidada do Rendimento Integral em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em euros)

	Exercícios	
	Atividade Global	
	2025	2024
Resultado líquido do exercício	1.805.308,44	584.382,58
Rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas em resultados		
Rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas em resultados		
- Diferenças de conversão cambial (IAS 28)	-14.146,69	8.629,85
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio	-14.146,69	8.629,85
Rendimento integral do exercício	1.791.161,75	593.012,43
Atribuível aos acionistas	1.791.161,75	593.012,43

A Administração

  Adilson Ricardo Peres

O Contabilista Certificado

 Isabel Neiva

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de dezembro de 2025

Instituição: Unicâmbio - Instituição de pagamentos, SA
Demonstração Consolidada das Alterações em Capital Próprio em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Diferenças de Conversão Cambial	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.000.000,00	-1.012.314,10	523.093,88	3.909.119,33	5.472.433,39	4.117,10	2.217.901,86	13.114.351,46
Aplicação do resultado de 2023									
Transferência Resultados Transitados	17					1.360.836,27		-1.360.836,27	0,00
Transferência Reservas Legais	17			228.982,00				-228.982,00	0,00
Transferência Outras Reservas	17							97.522,12	97.522,12
Distribuição de dividendos	17							-700.000,00	-700.000,00
Outros resultados de exploração	17							0,00	0,00
Reserva de reavaliação	17		8.629,85						8.629,85
Aumento de capital									0,00
Entregas dos sócios									0,00
Reembolso de capital									0,00
Ajustamentos de consolidação						275.720,25			250.114,54
Diferenças de conversão cambial			4.117,83			22.981,03	-3.866,90		23.231,96
Resultado líquido Exercício de 31 de dezembro de 2024								584.382,58	584.382,58
Rendimento integral do período									
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.000.000,00	-999.566,42	752.075,88	3.909.119,33	7.131.970,94	250,20	584.382,58	13.378.232,51
Aplicação do resultado de 2024									
Transferência Resultados Transitados	17					1.096.056,59		-1.096.056,59	0,00
Transferência Reservas Legais	17			216.228,00				-216.228,00	0,00
Transferência Outras Reservas	17								0,00
Distribuição de dividendos	17							-850.000,00	-850.000,00
Outros resultados de exploração	17							0,00	0,00
Reserva de reavaliação	17		-14.146,69						-14.146,69
Aumento de capital									0,00
Entregas dos sócios									0,00
Reembolso de capital									0,00
Ajustamentos de consolidação						-1.095.812,37			482.089,64
Diferenças de conversão cambial						-22.981,03	-129,22		-23.110,25
Resultado líquido Exercício de 31 de dezembro de 2024								1.805.308,44	1.805.308,44
Rendimento integral do período									
Saldo em 31 de dezembro de 2025		2.000.000,00	-1.013.713,11	968.303,88	3.909.119,33	7.109.234,13	120,98	1.805.308,44	14.778.373,65

A Administração/

[Assinatura] Adrenildo Pereira

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

Instituição: Unicâmbio - Instituição de pagamentos, SA
 Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em euros)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de juros e comissões		5.572.885,84	6.136.269,86
Pagamentos de juros e comissões		-664.014,32	-714.126,71
Pagamentos ao pessoal		-9.369.215,86	-8.928.774,74
Pagamentos fornecedores		-7.597.641,90	-7.977.227,12
Resultados de reavaliação cambial		14.030.704,37	15.753.929,83
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		-377.555,33	-604.482,05
Outros recebimentos / (pagamentos) relativas à atividade operacional		-1.258.583,67	-1.234.156,01
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais		336.579,14	2.431.433,06
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais			0,00
Ativos financeiros detidos para negociação e outros ao JV		262.401,70	88.118,24
		262.401,70	88.118,24
Aumentos / (diminuições) nos ativos operacionais		0,00	0,00
Recursos de outras instituições de crédito		62.457,93	-321.616,08
Caixa líquida das atividades operacionais (a)		661.438,77	2.197.935,22
Fluxo de caixa das atividades de investimento		0,00	0,00
Variação de ativos tangíveis e intangíveis		-608.692,16	-1.086.772,63
Variação de partes de capital em empresas filiais e associadas		1.341.707,18	-32.777,09
Caixa líquida das atividades de investimento (b)		733.015,02	-1.119.549,72
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		0,00	0,00
Pagamento de dividendos		-850.000,00	-700.000,00
Caixa líquida das atividades de financiamento (c)		-850.000,00	-700.000,00
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes		544.453,79	378.385,50
Caixa e seus equivalentes no início do período		12.468.365,07	11.974.850,20
Efeitos das diferenças de conversão cambial		4.381,17	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	13.017.200,04	12.353.235,71

A Administração

 Adriana Ricardo, presidente

O Contabilista Certificado

 Isabel Meira

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA

Notas anexas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A *Unicâmbio – Instituição de Pagamento, S.A.*, é uma instituição de pagamentos com sede em Lisboa, autorizada e supervisionada pelo Banco de Portugal nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento. Constituída inicialmente em 1992 como Agência de Câmbios, alterou o seu objeto e designação social para Instituição de Pagamentos em 2014, e conta hoje com 84 balcões no espaço geográfico do Continente e da Região Autónoma da Madeira.

A sua atividade principal desenvolve-se no domínio do câmbio manual e das transferências de dinheiro de e para o exterior.

- a) A Unicâmbio é empresa-mãe do Grupo Unicâmbio, que inclui a seguinte entidade, consolidada pelo método de consolidação integral:

- Em maio de 2018 a Unicâmbio constituiu uma sociedade de direito marroquino, participada a 100%, com sede em Casablanca. O capital da Empresa de nome Unicambio SARL, AU, no valor de 4.000.000 Dirhams, composto por 40.000 ações, está totalmente subscrito e realizado.

Participadas (Método Integral)	Sede	% participação
Unicâmbio, SARL	Marrocos	100%

- b) A empresa detém ainda controlo sobre sociedades participadas, mas excluídas do perímetro de consolidação, atendendo à sua imaterialidade. Nestes casos, os investimentos financeiros encontram-se mensurado pelo Método da Equivalência patrimonial.

- A Empresa detém uma participação de 90% na Digital Assets, Lda. com sede em Lisboa, Portugal. O capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é de 10.000 euros. Refira-se que, no último exercício, a Empresa não obteve qualquer rendimento relacionado com a referida empresa participada.

- Foi dissolvida em 2025 a Unicâmbio Ltd, com sede em Londres, Reino Unido, detida a 100% pela Unicâmbio.

Esta entidade não tinha obtido quaisquer rendimentos durante a sua existência.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da *Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA*, em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

Na preparação das suas demonstrações financeiras a *Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA* está sujeita às normas estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso 5/2015 de 07 de Dezembro e complementadas por outra legislação adicional emitida pelo Banco de Portugal no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, e pelo artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

Adoção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

- Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Ocorreu em 2025 um conjunto de alterações às IAS/IFRS, as quais apresentamos de seguida, que não tiveram qualquer impacto nas políticas contabilísticas ou nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2025.

- Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2025:

IAS 21 (alteração) ‘Efeitos das alterações das taxas de câmbio: falta de convertibilidade’.

As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se uma moeda é convertível ou não e como deve determinar uma taxa de câmbio à vista em situações de falta de convertibilidade. Uma moeda é convertível por outra moeda quando uma entidade é capaz de trocar essa moeda por outra moeda na data de mensuração e para uma finalidade específica. Quando uma moeda não é convertível, a entidade tem de estimar uma taxa de câmbio à vista.

De acordo com as alterações, as entidades terão de fornecer novas divulgações para ajudar os utilizadores a avaliarem o impacto da utilização de uma taxa de câmbio estimada nas demonstrações financeiras. Essas divulgações poderão incluir:

- A natureza e os impactos financeiros da moeda não ser convertível;
- A taxa de câmbio à vista utilizada;
- O processo de estimativa; e
- Os riscos para a empresa porque a moeda não é convertível;

- Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026, e que a União Europeia já endossou:

• Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

As alterações:

- Clarificar a classificação de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG) e similares, uma vez que estas características em empréstimos podem afetar se os empréstimos são mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor. Para resolver qualquer potencial diversidade na aplicação prática, as alterações esclarecem como os fluxos de caixa contratuais dos empréstimos devem ser avaliados;
- Clarificar a data em que um ativo financeiro ou passivo financeiro é desreconhecido quando a sua liquidação é efetuada por meio de sistemas de pagamento eletrónicos. Existe uma opção de política contabilística que permite o desreconhecimento de um passivo financeiro antes de entregar o dinheiro na data de liquidação, no caso de certos critérios serem cumpridos;
- Melhorar a descrição do termo "sem recurso", de acordo com as alterações, um ativo financeiro possui características de sem recurso se o direito final de receber fluxos de caixa de uma entidade for contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos. A presença de características sem recurso não exclui necessariamente o ativo financeiro de cumprir com o SPPI, mas as suas características precisam ser cuidadosamente analisadas;

- Clarificar que um instrumento contratualmente vinculado (linked instrument) deve apresentar uma estrutura de pagamento em cascata que cria uma concentração de risco de crédito ao alocar as perdas de forma desproporcional as entre diferentes tranches. A pool subjacente pode incluir instrumentos financeiros que não estão no âmbito da classificação e mensuração da IFRS 9 (por exemplo, contratos de locação financeira), mas deve ter fluxos de caixa equivalentes ao critério SPPI.

O International Accounting Standards Board (IASB) também introduziu requisitos adicionais de divulgação referentes a investimentos em ações designados a justo valor através de outro rendimento integral e instrumentos financeiros com características contingentes, por exemplo características ligadas a metas ESG. A Norma aplica-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2026 e aplica-se retrospectivamente. A aplicação antecipada é permitida.

- **Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - alterações nos Contratos Referenciando Eletricidade Dependente da Natureza.**

Em 18 de dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações para ajudar as empresas a melhor relatar os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade cuja produção se encontra dependente da natureza, que são frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPA, na sigla inglesa).

Os contratos de eletricidade dependentes da natureza ajudam as empresas a assegurar o seu abastecimento de eletricidade a partir de fontes como a energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada ao abrigo destes contratos pode variar em função de fatores não controláveis, como as condições meteorológicas. Os atuais requisitos contabilísticos podem não refletir adequadamente a forma como estes contratos afetam o desempenho de uma empresa.

Para permitir que as empresas reflitam melhor estes contratos nas suas demonstrações financeiras, o IASB fez alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.

As alterações incluem:

- Clarificação da aplicação dos requisitos de “uso próprio” (own-use);
- Permissão à contabilidade de cobertura se estes contratos forem utilizados como instrumentos de cobertura; e
- Acrescentar novos requisitos de divulgação para permitir aos investidores compreender o efeito destes contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.

Estas alterações são efetivas para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026. A adoção antecipada é permitida.

- **Melhorias Anuais - Volume 11 - As alterações impactam as seguintes normas:**

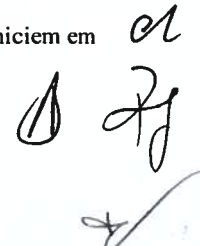
- IFRS 1 Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro - Contabilidade de cobertura por um adotante pela primeira vez;
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e o respetivo Guia de implementação, de forma a clarificar:
 - O guia de aplicação, no que se refere ao Ganho e perda no desreconhecimento; e
 - O guia de implementação, nomeadamente a sua Introdução, parágrafo do Justo valor (divulgações referentes à diferença entre justo valor e preço de transação) e à divulgação do Risco de crédito.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros:
 - Desreconhecimento de passivos de locações;
 - Preço da transação;
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - Determinação de um ‘de facto agent’;
- IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa - Alteração relacionada com Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.

As alterações aplicam-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2026. A aplicação antecipada é permitida.

A entidade encontra-se a analisar os possíveis impactos decorrentes da aplicação das novas normas/alterações.

- Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

Adicionalmente, existem normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026, mas que a União Europeia ainda não endossou:



- **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras.**

Esta norma substituirá a IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e tem como objetivo melhorar a comparabilidade e aumentar a transparência. As principais mudanças introduzidas por esta Norma são:

- Promoção uma demonstração de resultado mais estruturada. Em particular, introduz um novo subtotal "lucro operacional" (bem como a respetiva definição) e o requisito que todas as receitas e despesas sejam classificadas em três novas categorias distintas com base nas principais atividades comerciais de uma empresa: Operacional, Investimento e Financiamento.
- Exigência para que as empresas analisem suas despesas operacionais diretamente na face da demonstração de resultados – seja por natureza, por função ou de forma mista.
- Introdução de orientações aperfeiçoadas sobre como as empresas agrupam informações nas demonstrações financeiras. Inclui orientações sobre se as informações materiais estão incluídas nas demonstrações financeiras primárias ou estão mais detalhadas nas notas

A Norma aplica-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 e aplica-se retrospectivamente. A aplicação antecipada é permitida.

- **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.**

Esta norma vem permitir que as subsidiárias elegíveis optem por aplicar requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19, continuando a aplicar os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outras normas contabilísticas IFRS. A aplicação da norma é opcional para as subsidiárias elegíveis. Uma entidade que aplique a IFRS 19 é obrigada a divulgar esse facto como parte da sua declaração geral de cumprimento das normas contabilísticas IFRS. Uma subsidiária pode optar por aplicar a nova Norma nas suas demonstrações financeiras consolidadas, individuais ou separadas, desde que, na data de relato:

- não tenha prestação de contas pública;
- a sua empresa-mãe prepare demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS.

Uma subsidiária que aplique a IFRS 19 é obrigada a declarar claramente na sua declaração explícita e incondicional de conformidade com as IFRS que a IFRS 19 foi adotada.

A Norma aplica-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 e aplica-se retrospectivamente. A aplicação antecipada é permitida.

- **Alterações à IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.**

Esta alteração visa alinhar a IFRS 19 com os desenvolvimentos normativos posteriores à sua publicação inicial.

A entidade encontra-se a analisar os possíveis impactos decorrentes da aplicação das novas normas/alterações.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições instituídas pelo Banco de Portugal para as empresas financeiras.

c) Comparabilidade

Em 2024, a participação na empresa Ucambio Exchange and Money Transfer GmbH, foi transferida para a rubrica de Ativos não Correntes Detidos para Venda (ANCDV) e Passivos não Correntes Detidos para Venda (PNCDV), dado que se encontrava a decorrer um processo de alienação, tendo a deliberação de venda e início das negociações ocorrido em 2024 (Nota 11).

No decorrer do ano de 2025, ocorreu a alienação da referida sociedade, tendo sido eliminadas as transações intra-grupo registadas até à alienação, relativas a comissões recebidas, pela quantia total de 127.600,20 €.

d) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Unicâmbio – Instituição de Pagamentos, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras são convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada exercício, com base no “fixing” de divisas divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

3.2. Estimativas

As estimativas foram determinadas com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento de eventos passados e/ou correntes. Poderão, contudo, ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações, que são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes e em conformidade com o tempo de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos que não resultem em aumentos na vida útil do bem são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas Resultados de alienação de outros ativos.

3.4. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são as propriedades (terreno ou edifícios) detidos pelo pela Empresa para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades de investimento compreendem essencialmente imóveis que a Empresa desafetou do uso na prestação dos seus serviços e que detêm para obterem rendas ou valorização de capital.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As vidas úteis consideradas são de 50 anos.

As vidas uteis consideradas para as outras construções (obras) são de 5 anos.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

3.6. Investimentos financeiros

Empresas subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto.

Empresas associadas são as entidades sobre as quais a Empresa exerce influência significativa, mas não possui controlo - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado “Goodwil”, sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa, após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo ‘Provisões’ para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.7. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado de acordo com a legislação aplicável, com base no resultado tributável da Unicâmbio.

3.8. Outros valores a receber

As contas de “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registradas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.9. Caixa e disponibilidades em bancos

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.10. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. São reconhecidas provisões quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), e seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, desde que possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada exercício e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

3.11. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registradas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.12. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

3.13. Locações

A Unicâmbio enquanto locatário / locatária

No início de um contrato, a Unicâmbio avalia se este constitui, ou contém, uma locação.

No caso dos contratos que contenham um componente de locação e um ou mais componentes adicionais que sejam ou não de locação, a Unicâmbio, não separa os componentes que não sejam de locação dos componentes de locação, contabilizando, em vez disso, cada componente de locação e quaisquer componentes que não sejam de locação a ele associados como um único componente de locação.

Na data de entrada em vigor, a Unicâmbio reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo seu custo, sendo este composto pelo (i) montante da mensuração inicial do passivo da locação, (ii) quaisquer pagamentos de locação efetuados na data de entrada em vigor ou antes desta, deduzidos os incentivos à locação recebidos, (iii) quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo locatário, e (iv) uma estimativa dos custos a serem suportados pelo locatário com o desmantelamento e a remoção do ativo subjacente, a restauração do local onde este está localizado ou a restauração do ativo subjacente para a condição exigida pelos termos e condições da locação, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir inventários. Após a data de entrada em vigor o ativo sob direito de uso é mensurado aplicando um modelo do custo.

O passivo da locação é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data, descontados segundo a taxa de juro implícita na locação, sendo que sempre que esta não possa ser facilmente determinada, a Unicâmbio aplica a taxa incremental de financiamento, apurada àquela data. Após a data de entrada em vigor o passivo da locação é mensurado aumentando a quantia escriturada de modo a refletir os juros sobre o passivo da locação, reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os pagamentos de locação efetuados.

A Unicâmbio não aplica o descrito acima para contratos de locação cujo prazo seja igual ou inferior a doze meses e contratos de locação com um arrendamento mensal de valor inferior a mil euros. Para estes as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

A Unicâmbio enquanto locador / locadora

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos locados; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

3.14. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.15. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. **Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem**

Notas sobre os Fluxos– Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a justificação para a rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa decompõem-se como segue:

	<u>31/dez/2025</u>	<u>31/dez/2024</u>
Numerário	7.053.810,87	7.313.367,53
Depósitos bancários	5.103.957,98	4.391.547,34
Caixa e saldos de caixa em bancos centrais no Balanço	12.157.768,85	11.704.914,88
Aplicações de tesouraria	812.644,55	623.130,72
Ajustamentos em moeda fora de circulação	46.786,64	25.190,11
Caixa e equivalentes de caixa na DFC	13.017.200,04	12.353.235,71

Não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis para uso da Empresa.

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31/dez/2025</u>	<u>31/dez/2024</u>
Caixa		
Notas e moedas nacionais	3.045.756,84	3.122.585,58
Notas e moedas estrangeiras	4.054.840,67	4.215.972,06
	7.100.597,51	7.338.557,64
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.103.957,98	4.391.547,34
	12.204.555,49	11.730.104,99
Ajustamentos em moeda fora de circulação	-46.786,64	-25.190,11
	12.157.768,85	11.704.914,88

A 31 de dezembro de 2025, os ajustamentos em moeda fora de circulação decompõem-se como segue:

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de dezembro de 2025

Item	Descrição	Imparidade	QTD	Fixing	Valor Total
ZAR	Rand Africa Sul	2017	1 000	16,13	62,01
ZAR	Rand Africa Sul	2019	400	17,09	23,41
ZAR	Rand Africa Sul	2019	1 080	15,78	68,45
SEK	Coroa Sueca	2017	6 090	9,92	613,86
HUF	Forint Húngaro	2017	1 000	312,77	3,20
CNY	Yuan Renminbi China	2017	65	7,84	8,29
CZK	Coroa Checa	2017	1 230	25,49	48,25
BRL	Real Brasileiro	2017	328	3,87	84,82
MAD	Dirham Marrocos	2017	90	11,19	8,05
TND	Dinar Tunísia	2017	325	2,94	110,43
AOA	Kwanza Angola	2017	4 000	185,40	21,57
TRY	Lira Turca	2017	70	4,66	15,01
GBP	Libra Esterlina (Remo Unido)	2017	225	0,88	255,73
INR	Rupia Índia	2017	1 754 500	76,39	22 968,42
MXN	Peso Mexicano	2019	100	21,22	4,71
NOK	Coroa Norueguesa	2019	6 050	9,86	613,35
KRW	Won da Coreia Sul	2019	20 000	1 296,28	15,43
CLP	Peso Chileno	2019	165 000	831,22	198,50
ARS	Peso Argentino	2019	4	67,20	0,06
DOP	Peso República Dominicana	2019	1 370	59,69	22,95
SAR	Riyal Arábia Saudita	2019	159	4,21	37,77
MOP	Pataca de Macau	2020	50	8,56	5,84
AED	Dirham Emirados	2025	500	4,28	116,89
ARS	Peso Argentino	2025	2 695	1 677,54	1,61
AUD	Dolar Australiano	2025	600	1,75	342,60
BGN	Lev Bulgária	2025	766	1,96	391,66
BRL	Real Brasileiro	2025	2 084	6,35	328,25
CAD	Dolar Canadiano	2025	170	1,61	105,54
CNY	Renminbi	2025	105	8,22	12,78
COP	Peso Colômbia	2025	514 000	4 484,91	114,61
DOP	Peso Republica Dominicana	2025	17 320	74,36	232,92
EGP	Libra Egípto	2025	1 080	55,48	19,47
GBP	Libra Esterlina	2025	3	0,87	3,43
HKD	Dolar Hong Kong	2025	190	9,05	20,99
HRK	Kuna Croácia	2025	480	7,53	63,71
IEP	Libra Irlandesa	2025	170	0,87	194,49
ILS	Shekel Israel	2025	6 170	3,76	1 641,22
INR	Rupia Índia	2025	1 072 090	104,60	10 249,35
JPY	Yen Japonês	2025	7 000	182,32	38,39
KHR	Riel Camboja	2025	12 000	4 655,93	2,58
KRW	Won Coreia do Sul	2025	90 000	1 710,16	52,63
MAD	Dirham Marrocos	2025	160	10,77	14,86
MXN	Peso Mexicano	2025	420	21,18	19,83
MYR	Ringgit Malásia	2025	2	4,79	0,42
MZN	Metical Mocambique	2025	790	73,95	10,68
NOK	Coroa Norueguesa	2025	60 550	11,81	5 127,45
NZD	Dolar Nova Zelândia	2025	650	2,01	322,97
PHP	Peso Filipinas	2025	1 450	68,97	21,02
QAR	Rial Qatar	2025	5 675	4,24	1 337,31
RON	Leu Roménia	2025	2 600	5,09	511,06
RUB	Rublo	2025	500	90,98	5,50
SAR	Riyal Arábia Saudita	2025	1 139	4,37	260,62
SEK	Coroa Sueca	2025	120	10,86	11,05
TND	Dinar Tunísia	2025	60	3,42	17,57
TRY	Nova Lira Turca	2025	120	49,56	2,42
VND	Dong Vietnam	2025	20 000	30 693,68	0,65
					46 786,64

De referir que cerca de 71% do saldo espelha ajustamentos à divisa Rupia Indiana como forma de fazer face a uma decisão do Governo Indiano de retirar repentinamente de circulação as notas de 1.000 e 500 rupias.

5. Ativos financeiros detidos para negociação

A empresa detém 500.001 ações no Banco Comercial Português, SA, adquiridas por 165.567,05 euros, sendo que o valor de cotação de mercado no final do período ascende a 448.100,90 euros.

Detém, igualmente, 84,6897 UP do Fundo FIMA no BIC, com o valor de mercado de 529,48 euros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os movimentos ocorridos nos ativos financeiros detidos para negociação, valorizados ao respetivo justo valor, apresentavam-se como segue:

	31/dez/2025	31/dez/2024
Títulos emitidos por residentes:		
Saldo (justo valor) a 1 de janeiro	232.869,94	137.703,26
Aumento (diminuição) de justo valor	215.760,47	95.166,68
Justo valor de títulos a 31 de dezembro	448.630,41	232.869,94

Os ativos financeiros valorizados ao respetivo justo valor e os respetivos valores de custo e de mercado, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foram os seguintes:

	31/dez/2025		31/dez/2024	
	Valor do custo	Justo valor	Valor do custo	Justo valor
Ações do BCP	165.567,05	448.100,90	165.567,05	232.350,46
Unidades de participação Banco BIC - FIMA	500,00	529,51	500,00	519,48
	166.067,05	448.630,41	166.067,05	232.869,94

6. Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados

A 31 de Dezembro de 2014, entrou em vigor a Portaria nº 294-A/2013, que regulamenta a operacionalização do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), para o qual as empresas têm de contribuir com 0,925% da remuneração base dos trabalhadores que contratem a partir de 1 de outubro de 2013. Este valor pode depois ser usado para, em caso de cessação do contrato, pagar até metade da compensação devida ao trabalhador. Além deste FCT, entrou também em vigor o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), de cariz mutualista, que implica uma contribuição de 0,075% por parte das empresas e que visa assegurar parte das indemnizações não cobertas pelo FCT.

A 31 de dezembro de 2025 a empresa detinha 906,00836 unidades de participação do Fundo de Compensação do Trabalho com o Valor de Mercado de 1,155 por unidade.

Em 21 de dezembro de 2018 a Unicâmbio adquiriu 4 Unidades de Participação da BlueCrow Innovation Fund II FCR por 200.000 euros. Este Fundo de Capital de Risco tem por objetivo promover investimentos em investigação e desenvolvimento (I&D) de base portuguesa, potenciar a valorização dos resultados de I&D e a transferência de conhecimento para o tecido económico, e proporcionar um ambiente favorável para o desenvolvimento do ecossistema da inovação e do empreendedorismo.

Em 28 de junho de 2023, este Fundo de Investimento deliberou sobre a redução de capital e renominalização do valor unitário das UP para 1 euro cada.

Em 22 de abril de 2024, os participantes do fundo deliberaram a redução de capital, por via de extinção *pro rata* de unidades de participação, passando assim a Empresa a deter 125 416 Unidades de Participação.

Handwritten signature and checkmark

No período de 2025, houve uma nova redução de capital, passando a Empresa a deter 114 749 Unidades de Participação, com a valorização de 1,3964 euros por unidade.

Em 2022 foram adquiridas 4 Unidades de Participação da BlueCrow Innovation V por 200.000 euros.

O seu valor de cotação de mercado no final do período é de 50.683,05 euros por unidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os movimentos ocorridos nos ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de resultados, apresentavam-se como segue:

	<u>31/dez/2025</u>	<u>31/dez/2024</u>
Saldo (justo valor) a 1 de janeiro	390.260,78	448.910,97
Aquisições no período	-	-
Reembolsos no período	-57.887,84	-503,08
Aumento (diminuição) de justo valor	<u>31.641,20</u>	<u>-58.147,11</u>
Justo valor de títulos a 31 de dezembro	<u>364.014,14</u>	<u>390.260,78</u>

Os ativos financeiros valorizados ao respetivo justo valor e os respetivos valores de custo e de mercado, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foram os seguintes:

	<u>31/dez/2025</u>		<u>31/dez/2024</u>	
	Valor do custo	Justo valor	Valor do custo	Justo valor
Fundo de Compensação do Trabalho	300,94	1.046,44	46.176,46	47.813,00
Fundo de Capital de Risco Blue Crow	<u>314.751,66</u>	<u>362.967,70</u>	<u>325.418,66</u>	<u>342.447,78</u>
	<u>315.052,60</u>	<u>364.014,14</u>	<u>371.595,12</u>	<u>390.260,78</u>

7. Imóveis para investimento

Os imóveis para investimento compreendem dois edifícios propriedade da Unicâmbio, cujo arrendamento acontece por força de relações contratuais prévias e decorrência de lógica de gestão patrimonial e/ou valorização do capital, não correspondendo, contudo, a uma verdadeira atividade do ponto de vista jurídico.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento e respetivas depreciações, foi o seguinte:

	<u>31/dez/2025</u>		
	<u>1/jan/2025</u>	Aquisições / Dotações	<u>31/dez/2025</u>
Prédio da Praça da Figueira	1.250.000,00		1.250.000,00
Prédio do Porto	405.232,65		405.232,65
	<u>1.655.232,65</u>	<u>0,00</u>	<u>1.655.232,65</u>
	<hr/>		
	<u>1/jan/2025</u>	Reforço	<u>31/dez/2025</u>
Depreciações			
Prédio da Praça da Figueira	-375.000,00	-18.750,00	-393.750,00
Prédio do Porto	-273.101,33	-2.557,40	-275.658,73
	<u>-648.101,33</u>	<u>-21.307,40</u>	<u>-669.408,73</u>
	<hr/>		
	<u>1.007.131,32</u>		<u>985.823,92</u>

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de dezembro de 2025

	31/dez/2024		
	1/jan/2024	Aquisições / Dotações	31/dez/2024
Prédio da Praça da Figueira	1.250.000,00		1.250.000,00
Prédio do Porto	405.232,65		405.232,65
	<u>1.655.232,65</u>	<u>0,00</u>	<u>1.655.232,65</u>
	<hr/>		
	1/jan/2024	Reforço	31/dez/2024
Depreciações			
Prédio da Praça da Figueira	-356.250,00	-18.750,00	-375.000,00
Prédio do Porto	-270.543,93	-2.557,40	-273.101,33
	<u>-626.793,93</u>	<u>-21.307,40</u>	<u>-648.101,33</u>
	<u>1.028.438,72</u>		<u>1.007.131,32</u>

Tendo em consideração o preço médio por metro quadrado nas freguesias onde se situam as suas propriedades de investimento, 6.436 €/m² na freguesia de Santa Maria Maior em Lisboa e 4.486 €/m² na freguesia de São Nicolau no Porto, a Empresa considera que o valor destes ativos a 31 de dezembro de 2025 no Balanço encontra-se abaixo do Justo Valor determinado por aproximação através da Evolução do preço das casas à venda no decorrer do exercício de 2025.

8. Outros Ativos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

Ativo bruto	31/dez/2025				31/dez/2025
	1/jan/2025	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	
Imóveis de serviço próprio	1.055.431,67	0,00	-3.966,61		1.051.465,06
Obras em imóveis arrendados	3.559.693,14	67.723,80	-14.890,38	170.198,42	3.782.724,98
Equipamento	3.720.446,13	372.132,20	-242.582,81	32.387,74	3.882.383,26
Investimento em curso	167.184,20	202.586,16	0,00	-202.586,16	167.184,20
Direito de uso - IFRS 16	6.115.856,51	838.322,11	-113.608,26	-1.027.172,08	5.813.398,28
	<u>14.618.611,65</u>	<u>1.480.764,27</u>	<u>-375.048,06</u>	<u>-1.027.172,08</u>	<u>14.697.155,78</u>
Dif. Conversão cambial	0,00				0,00
	<u>14.618.611,65</u>				<u>14.697.155,78</u>
	<hr/>				
Depreciações acumuladas	1/jan/2025	Reforço	Abates / Alienações	Transferências	31/dez/2025
Imóveis de serviço próprio	450.403,59	29.734,45	-3.966,61		476.171,43
Obras em imóveis arrendados	2.820.472,13	226.898,99	-14.890,38		3.032.480,74
Equipamento	2.946.912,30	332.800,10	-242.582,81		3.037.129,59
Investimento em curso	0,00				0,00
Direito de uso - IFRS 16	2.712.701,47	1.257.581,95	-184.106,33	-1.027.172,08	2.759.005,01
	<u>8.930.489,49</u>	<u>1.847.015,49</u>	<u>-445.546,13</u>	<u>-1.027.172,08</u>	<u>9.304.786,77</u>
Dif. Conversão cambial	0,00				0,00
	<u>8.930.489,49</u>	<u>1.847.015,49</u>	<u>-445.546,13</u>	<u>-1.027.172,08</u>	<u>9.304.786,77</u>
	<u>5.688.122,16</u>				<u>5.392.369,02</u>

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de dezembro de 2025

Ativo bruto	31/dez/2024				31/dez/2024
	1/jan/2024	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	
Imóveis de serviço próprio	1.055.431,67	0,00	0,00		1.055.431,67
Obras em imóveis arrendados	3.175.928,64	193.982,00	0,00	189.782,50	3.559.693,14
Equipamento	3.526.843,31	262.293,51	-101.125,72	36.395,70	3.724.406,80
Investimento em curso	144.847,40	248.515,00	0,00	-226.178,20	167.184,20
Direito de uso - IFRS 16	4.728.714,60	2.299.377,99	-912.236,08		6.115.856,51
	<u>12.631.765,62</u>	<u>3.004.168,50</u>	<u>-1.013.361,80</u>	<u>0,00</u>	<u>14.622.572,32</u>
Dif. Conversão cambial	0,00				0,00
	<u>12.631.765,62</u>				<u>14.622.572,32</u>
Depreciações acumuladas	1/jan/2024	Reforço	Abates / Alienações	Transferências	31/dez/2024
Imóveis de serviço próprio	420.669,15	29.734,44			450.403,59
Obras em imóveis arrendados	2.588.065,48	232.406,65			2.820.472,13
Equipamento	2.751.816,92	300.417,81	-101.125,72		2.951.109,01
Investimento em curso	0,00				0,00
Direito de uso - IFRS 16	2.204.090,89	1.246.311,76	-737.701,18		2.712.701,47
	<u>7.964.642,44</u>	<u>1.808.870,66</u>	<u>-838.826,90</u>	<u>0,00</u>	<u>8.934.686,20</u>
Dif. Conversão cambial	0,00				0,00
	<u>7.964.642,44</u>	<u>1.808.870,66</u>	<u>-838.826,90</u>	<u>0,00</u>	<u>8.934.686,20</u>
	<u>4.667.123,17</u>				<u>5.687.886,12</u>

As alienações ocorridas durante os períodos de 2025 e 2024 resultaram em ganhos de 33.750 € e 3.500 € em cada ano respectivamente, registrados na rubrica “Resultados de alienação de outros ativos”.

Cerca de 81% dos abates dizem respeito ao desconhecimento dos ativos referentes ao Direito de Uso de Contratos de Arrendamento de Imóveis cujo prazo tenha terminado, procedendo a Empresa a recálculo de novo RoU (Right-of-Use), nos casos em que se celebrem novos contratos para as mesmas localizações ou se o Contrato de Arrendamento contemplar renovações automáticas por períodos superiores a um ano.

Os investimentos em curso do período respeitam a obras de desenvolvimento e aquisição de equipamentos, que, entretanto, entraram em funcionamento.

9. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos intangíveis e respectivas amortizações, nos exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

Ativo bruto	31/dez/2025			31/dez/2025
	1/jan/2025	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	
Sistemas de tratamento automático de dados	209.337,84		-41.060,11	168.277,73
Outros ativos intangíveis	294.717,10			294.717,10
Ativos intangíveis em curso (adiantamentos)	0,00			0,00
	<u>504.054,94</u>	<u>0,00</u>	<u>-41.060,11</u>	<u>462.994,83</u>
Dif. Conversão cambial				0,00
	<u>504.054,94</u>			<u>462.994,83</u>

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de dezembro de 2025

Amortizações acumuladas	1/jan/2025	Reforço	Abates / Alienações	31/dez/2025
Sistemas de tratamento automático de dad	209.337,84		-41.060,11	168.277,73
Outros ativos intangíveis	154.437,35	49.501,71		203.939,06
Ativos intangíveis em curso (adiantamentos)	0,00			0,00
	<u>363.775,19</u>	<u>49.501,71</u>	<u>-41.060,11</u>	<u>372.216,79</u>
Dif. Conversão cambial	0,00			0,00
	<u>363.775,19</u>	<u>49.501,71</u>	<u>-41.060,11</u>	<u>372.216,79</u>
	<u>140.279,75</u>			<u>90.778,04</u>

31/dez/2024				
Ativo bruto	1/jan/2024	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	31/dez/2024
Sistemas de tratamento automático de dad	209.337,84			209.337,84
Outros ativos intangíveis	150.223,94	148.520,00		298.743,94
Ativos intangíveis em curso (adiantamentos)				0,00
	<u>359.561,78</u>	<u>148.520,00</u>	<u>0,00</u>	<u>508.081,78</u>
Dif. Conversão cambial				0,00
	<u>359.561,78</u>			<u>508.081,78</u>

Amortizações acumuladas	1/jan/2024	Reforço	Abates / Alienações	31/dez/2024
Sistemas de tratamento automático de dad	209.337,84			209.337,84
Outros ativos intangíveis	145.880,59	10.739,01		156.619,60
Ativos intangíveis em curso (adiantamentos)	0,00			0,00
	<u>355.218,43</u>	<u>10.739,01</u>	<u>0,00</u>	<u>365.957,44</u>
Dif. Conversão cambial	0,00			0,00
	<u>355.218,43</u>	<u>10.739,01</u>	<u>0,00</u>	<u>365.957,44</u>
	<u>4.343,35</u>			<u>142.124,34</u>

10. Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

- Foi dissolvida em 2025 a Unicâmbio Ltd, com sede em Londres, Reino Unido, detida a 100% pela Unicâmbio. Esta entidade não tinha obtido quaisquer rendimentos durante a sua existência.

- A Empresa detém uma participação de 90% na Digital Assets, com sede em Portugal. Importa referir que, no último exercício, a Empresa não obteve qualquer rendimento relacionado com as referidas empresas participadas.

No exercício de 2025, a Administração da Unicâmbio, de acordo com o previsto no n.º 1, art.º 8, do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, na redação atual (alterada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho), decidiu excluir a Digital Assets, com sede em Portugal, da consolidação de contas pelo método de consolidação integral, por considerar que esta entidade não é materialmente relevante para a realização do objetivo de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa do conjunto das entidades compreendidas na consolidação.

Por este motivo, em 2025, à participação detida nas subsidiárias Digital Assets, com sede em Portugal, aplica-se o Método de Equivalência Patrimonial (MEP). Refira-se que, no último exercício, a Empresa reconheceu gastos relacionados com a referida empresa participada, através do MEP, no valor de 1.174,49 euros

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de dezembro de 2025

- A Empresa detém uma participação de 49% na empresa Unitransfer – Casa de Câmbios, SA, com sede em Luanda, Angola. Refira-se que, no último exercício, a Empresa reconheceu rendimentos relacionados com a referida empresa participada, através do MEP, no valor de 7.219,54 euros.

As taxas de Câmbio, relativamente ao Euro, utilizadas na conversão das demonstrações financeiras das principais operações estrangeiras são as seguintes:

Final	2025	2024
Kwanza Angola (AOA)	1071,9361	947,4768
Dirham Marrocos (MAD)	10,71250	10,5267
Média		
Kwanza Angola (AOA)	1031,83165	948,53271
Dirham Marrocos (MAD)	10,54943	10,76468

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as contas respeitantes à rubrica de investimentos em associadas e subsidiárias reconhecidas pelo MEP apresentam os seguintes saldos:

31/12/2025											
Partes de capital											
Investimentos em empresas	Sede	Capital da Participada	% participação	Goodwill	Capital Realizado	Prestações Suplementares	Efeitos das alterações cambiais	Resultados acumulados imputáveis à Unicâmbio	Proporção nos Capitais Próprios	Empréstimos concedidos	Total do Investimento
Unitransfer - Casa de câmbios, SA	Angola	1.594.960	49%		781.530,36	587.007,07	-1.006.911,71	-282.466,55	79.159,17	0,00	79.159,17
Unicâmbio Digital Assets, Lda	Portugal	9.000	90%		9.000,00	3.000,00	-	-10.116,28	1.883,72	-	1.883,72
Unicâmbio, Ltd	Reino Unido	11.331	100%								
Valorização do investimento em Filiais e Associadas					790.530,36	590.007,07	-1.006.911,71	-292.582,83	81.042,89	0,00	81.042,89

31/12/2024											
Partes de capital											
Investimentos em empresas	Sede	Capital da Participada	% participação	Goodwill	Capital Realizado	Prestações Suplementares	Efeitos das alterações cambiais	Resultados acumulados imputáveis à Unicâmbio	Proporção nos Capitais Próprios	Empréstimos concedidos	Total do Investimento
Unicâmbio, Ltd	Reino Unido	11.331	100%		11.331,21	-	57,80	-11.389,01	-	8.064,39	8.064,39
Unitransfer - Casa de câmbios, SA	Angola	1.594.960	49%		781.530,36	587.007,07	-997.144,13	-289.550,11	81.843,19	0,00	81.843,19
Unicâmbio Digital Assets, Lda	Portugal	9.000	90%		9.000,00	-	-	-8.941,79	58,21	-	58,21
Valorização do investimento em Filiais e Associadas					801.861,57	587.007,07	-997.086,33	-309.880,91	81.901,40	8.064,39	89.965,79

À data da preparação do fecho de contas da Unicâmbio, a informação financeira resumida com o detalhe da imputação dos capitais próprios e resultados das participadas pode ser analisada como segue:

31/12/2025						
Participadas	Balança (euros)				Demonstração de resultados (euros)	
	Ativo	Passivo	Capitais próprios	Capitais imputáveis à Unicâmbio	Resultado líquido	RL do ano Imputável à Unicâmbio
Unitransfer - Casa de câmbios, SA	237.906,08	76.356,77	161.549,31	79.159,17	14.456,24	7.083,56
Unicâmbio Digital Assets, Lda	1.759,69	0,00	1.759,69	1.583,72	-1.304,99	-1.174,49
Unicâmbio, Ltd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				<u>80.742,89</u>		<u>5.909,07</u>

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de dezembro de 2025

31/12/2024

Participadas	Balançaço (euros)				Demonstração de resultados (euros)	
	Ativo	Passivo	Capitais próprios	Capitais imputáveis à Unicâmbio	Resultado líquido	RL do ano Imputável à Unicâmbio
Unicambio, Ltd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Unitransfer - Casa de câmbios, SA	238.068,14	71.041,21	167.026,93	81.843,19	26.419,94	12.945,77
Unicâmbio Digital Assets, Lda	5.389,34	5.324,66	64,68	58,21	-9.935,32	-8.941,79
				<u>81.901,40</u>		<u>4.003,98</u>
Ucambio Exchange and Money Transfer GmbH						<u>-158.807,92</u>
						<u>-154.803,94</u>

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

11. Ativos e passivos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2024 esta rubrica correspondia à participação de 100% na Ucambio Exchange and Money Transfer GmbH, Constituída em setembro de 2020, e cuja alienação foi deliberada em 2024.

Por conseguinte o valor contabilístico da participação foi transferido para a rubrica de Ativos não Correntes Detidos para Venda (ANCDV).

Empresa	Sede	Capital da participada (€)	% participação	Partes de capital				
				Capital Realizado	Resultados acumulados em 31/12/2023 imputáveis à Unicâmbio	Proporção nos Capitais Próprios	Empréstimos concedidos	Total do Investimento
Ucambio Exchange and Money Transfer GmbH	Alemanha	250.000,00 €	100%	250.000,00	713.159,21	963.159,21	-	963.159,21

O processo de alienação foi concluído em 2025, tendo resultado da operação o seguinte lucro:

	<u>31-12-2025</u>
Outros encargos e gastos operacionais:	
Perdas em ativos não correntes detidos para venda	0,00
Ganhos em ativos não financeiros:	
Ganhos em ativos não correntes detidos para venda	<u>1.375.205,22</u>
	<u>1.375.205,22</u>

12. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica "Outros ativos" tinha a seguinte composição:

	<u>31/dez/2025</u>	<u>31/dez/2024</u>
Outros devedores	1.111.611,94	630.065,71
Rendimentos a receber	131.957,44	185.484,37
Despesas com encargos diferido	527.754,98	580.591,16
Outras contas de regularização	6.450,72	6.675,00
Ouro para investimento	<u>972.637,66</u>	<u>379.690,21</u>
	2.750.412,74	1.782.506,45
Perdas por imparidade acumuladas	<u>-90.639,27</u>	<u>-53.112,84</u>
	<u>2.659.773,47</u>	<u>1.729.393,61</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Outros Devedores” apresenta-se como segue:

Outros devedores	<u>31/dez/2025</u>	<u>31/dez/2024</u>
Devedores diversos - Cauções	68.052,55	68.776,65
Devedores sub-agentes WU	118.701,62	103.955,97
Devedores-Cobrança Duvidosa	2.424,61	7.618,99
Devedores-Wallets	0,00	0,00
Devedores por serviços de pagamentos	142.999,27	66.763,29
Outros devedores	394.787,07	329.595,48
Setor público Administrativo	345.736,65	0,00
Saldos devedores de fornecedores e outros credores	<u>38.910,17</u>	<u>53.355,33</u>
	<u>1.111.611,94</u>	<u>630.065,71</u>

Outros devedores – divulgação por antiguidade

Outros devedores	<u>0-30 dias</u>	<u>31-60 dias</u>	<u>61-90 dias</u>	<u>>90 dias</u>	<u>Total</u>
Devedores diversos - Cauções				68.052,55	68.052,55
Devedores sub-agentes WU	118.597,52			104,10	118.701,62
Devedores-Cobrança Duvidosa				2.424,61	2.424,61
Devedores-Wallets					0,00
Devedores por serviços de pagamentos	142.999,27				142.999,27
Outros devedores	384.985,23	9.801,84			394.787,07
Setor público Administrativo	345.736,65				345.736,65
Saldos devedores de fornecedores e outros credores	<u>6.953,62</u>	<u>4.066,73</u>	<u>1.800,80</u>	<u>26.089,02</u>	<u>38.910,17</u>
	<u>999.272,29</u>	<u>13.868,57</u>	<u>1.800,80</u>	<u>96.670,28</u>	<u>1.111.611,94</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Despesas com Encargo Diferido” apresenta-se como segue:

Despesas com encargos diferido	<u>31/dez/2025</u>	<u>31/dez/2024</u>
Seguros	218.528,94	198.482,71
Rendas pagas antecipadamente	120.804,97	130.536,35
Avenças e Honorários	8.581,68	21.943,23
Licenças e Outros Serviços Informáticos	151.210,86	189.807,83
Comissões, juros e garantias	7.380,71	7.232,43
Outros	<u>21.247,82</u>	<u>32.588,61</u>
	<u>527.754,98</u>	<u>580.591,16</u>

As perdas por imparidade respeitam a:

- Devedores de Cobrança Duvidosa: após efetuadas todas as diligências para a cobrança de créditos considerados de cobrança duvidosa, e não existindo por parte do devedor qualquer pagamento ou estabelecido qualquer acordo para o pagamento, considerou-se existir evidência objetiva de risco alto na incobrábilidade dessa dívida, pelo que se procedeu ao registo contabilístico da respetiva perda por imparidade.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as perdas por imparidade acumuladas desdobram-se como segue:

Perdas por imparidade acumuladas	<u>31/dez/2025</u>	<u>31/dez/2024</u>
Devedores Cobrança Duvidosa	2.380,16	6.788,16
Ouro de qualidade duvidosa	<u>88.259,11</u>	<u>46.324,68</u>
	<u>90.639,27</u>	<u>53.112,84</u>

13. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31/dez/2024	31/dez/2024
Cartão de crédito	6.695,03	8.672,12
Descobertos bancários contratados	7.027,55	-
	13.722,58	8.672,12

14. Provisões

No decorrer do exercício de 2017 foi reconhecida uma provisão de 308.100,00 euros para cobrir uma responsabilidade potencial de contraordenações instauradas pela PSP – Núcleo de Segurança Provada.

Não obstante a pouca gravidade das infrações que lhe estão sendo imputadas, os montantes que as coimas podem atingir obrigam a que, e de acordo com critérios de razoabilidade e prudência, se impute à Empresa um determinado risco de punibilidade pela prática das supracitadas infrações de forma a acautelar eventuais futuras responsabilidades que venham a ser reclamadas.

Face à fase em que se encontra o processo, em que tão somente foi apresentada defesa escrita, a Administração entende que as provisões apuradas, de acordo com os critérios de avaliação de riscos, acautelam, com razoável segurança, os riscos potenciais que poderão ocorrer com o desenrolar daquele processo.

Em 2018 e atendendo a que não ocorreu uma decisão rápida, até por força de não dever acontecer uma apreciação individual de cada processo, dado que a conduta atinente a cada um deles foi a mesma, o que em última instância determinará, não uma coima individual mas uma sanção global por todas as infrações, ou pelo menos por grupo de infrações, e sempre em concurso, a Administração reviu a anterior provisão apurada e entendeu que seria razoável na presente fase do processo reduzir o risco para metade. Em virtude de não ter existido quaisquer desenvolvimentos face ao processo, a provisão foi reduzida para 50.000 euros em 2021.

Em 2024, tendo em consideração o tempo decorrido, o não desenvolvimento do processo e eventuais regras de prescrição foi decidido refutar uma redução no valor da provisão de 15.000 euros e de 35.000 euros em 2025.

Em 27/12/2024, a empresa foi notificada de um Processo de Contraordenação instaurado pela Entidade Reguladora, no âmbito e sequência de um Processo de Auditoria on-site realizada em 2019 decorrente da transposição da Diretiva (EU) n.º 2015/2366, de 25 de novembro, do Parlamento Europeu e do Conselho e da publicação no novo RJSPME.

Ainda que com intenções de contestar judicialmente a Coima Instaurada, a empresa decidiu por prudência constituir uma Provisão no valor total da coima instaurada, 75.000 euros respetivamente.

	31/dez/2025	31/dez/2024
Saldo a 1 de janeiro	110.000,00	50.000,00
Reforço no período	-	75.000,00
Reduções no período	-35.000,00	-15.000,00
Utilizações	0,00	0,00
Saldo a 31 de dezembro	75.000,00	110.000,00

15. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Outros passivos” tinha a seguinte composição:

	<u>31/dez/2025</u>	<u>31/dez/2024</u>
Receitas com rendimento diferido	256,19	299.999,40
Outros encargos a pagar	3.343.685,29	2.333.980,07
Outros credores	<u>4.156.164,36</u>	<u>5.482.607,20</u>
	<u>7.500.105,83</u>	<u>8.116.586,67</u>

Cerca de 56% do saldo da rubrica de Outros encargos a pagar corresponde ao registo de benefícios de empregados de curto prazo, tais como férias, subsídio de férias e correspondentes encargos, cujo direito, de acordo com a legislação laboral aplicável, vence a 31 de dezembro de cada ano. Nesta rubrica está incluído o valor de um prémio a título de gratificação de balanço no valor de 850.000 euros.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Outros Credores” apresenta-se como segue:

Outros credores	<u>31/dez/2025</u>	<u>31/dez/2024</u>
Setor público administrativo	250.355,71	303.144,99
Fornecedores de bens de locação financeira	156.128,98	91.693,96
Fornecedores de bens em locação operacional	3.081.808,14	3.423.431,02
Credores por fornecimentos de bens e serviços	446.150,62	464.497,53
Saldos credores de outros devedores	221.720,91	185.349,70
Outros passivos (ajustamentos de consolidação)	0,00	1.014.490,00
	<u>4.156.164,36</u>	<u>5.482.607,20</u>

O saldo para com o Sector Público Administrativo apresenta-se como segue:

Setor público administrativo	<u>31/dez/2025</u>	<u>31/dez/2024</u>
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	47.073,92
Retenção de impostos na fonte	69.065,21	73.348,20
Imposto de selo	35.353,26	41.496,14
Segurança social	143.833,62	141.226,73
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros impostos e taxas	<u>2.103,62</u>	<u>0,00</u>
	<u>250.355,71</u>	<u>303.144,99</u>

16. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital da Unicâmbio, totalmente subscrito e realizado, era composto por 400.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2025, eram as seguintes:

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de dezembro de 2025

	% Capital	Valor
Caerinvest - Investimentos e participações-Unipessoal Lda	51,80%	1.036.000,00
A.M.E.M.O. - Importação e exportação, Lda.	21,90%	438.000,00
Carlos Lilaia	21,50%	430.000,00
Outros	4,80%	96.000,00
	100%	2.000.000,00

17. Resultados Retidos e Outras Reservas

O Decreto-Lei n.º 298/92 que regula o exercício da atividade das sociedades financeiras estabelece que pelo menos 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em vinte e três de maio de 2025, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse distribuído da seguinte forma:

	2024
Reservas legais	216.228,00
Lucros retidos	1.096.056,59
Dividendos	850.000,00
	2.162.284,59

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024, esta rubrica decompõem-se como segue:

	31/dez/2025	31/dez/2024
Reservas legais	968.303,88	752.075,88
Reserva especial por lucros retidos e reinvestidos	3.909.119,33	3.909.119,33
Lucros retidos	6.981.633,93	6.900.067,34
Lucros retidos - diferença de consolidação	127.600,20	231.903,60
	11.986.657,34	11.793.166,15

Movimentação ocorrida nas rubricas:

	Reserva legal	Reserva especial	Lucros retidos
Saldo a 1 de janeiro	752.075,88	3.909.119,33	6.900.067,34
Reforço no período	216.228,00	0,00	1.096.056,59
Reduções no período	0,00	0,00	1.014.490,00
Utilizações	0,00	0,00	0,00
Saldo a 31 de dezembro	968.303,88	3.909.119,33	6.981.633,93

- Reserva Legal: aumenta pela reserva relativa ao resultado do período anterior;
- Reserva Especial: manteve o valor do ano anterior;
- Lucros retidos: aumenta pelo lucro retido relativo ao período anterior;
- Diferenças de consolidação, com a seguinte decomposição:

	31/dez/2025	31/dez/2024
Harmonização de políticas contabilísticas	-	-
Outras	127.600,20	231.903,60
	127.600,20	231.903,60

O regime de dedução à coleta de IRC por lucros retidos e reinvestidos determina para os seus beneficiários a constituição de uma reserva especial correspondente ao montante dos lucros retidos e reinvestidos. Esta reserva não pode ser distribuída aos sócios antes de decorrido um período de cinco exercícios contados a partir da sua constituição.

Detalhe da Reserva Especial:

	31/dez/2025	
	Reserva especial por lucros retidos e reinvestidos	Retida até
Sobre resultados de 2015	523.494,23	
Sobre resultados de 2016	675.625,10	
Sobre resultados de 2017	1.000.000,00	
Sobre resultados de 2018	750.000,00	2024
Sobre resultados de 2019	960.000,00	2025
	3.909.119,33	

18. Margem Financeira

Os resultados financeiros, nos períodos de 2025 e de 2024, tinham a seguinte composição:

	31/dez/2025	31/dez/2024
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos de aplicações em depósitos a prazo	38.281,44	73.922,01
	38.281,44	73.922,01
Juros e rendimentos similares suportados		
Juros de empréstimos de outras instituições de crédito	10,2	5659,4
Juros de fornecedores de omobilizado em regime de locação financeira	5762,14	3427,35
Juros de fornecedores de omobilizado em regime de locação operacional	92.153,62	90.683,88
	97.925,96	99.770,63
Margem financeira	-59.644,52	-25.848,62

19. Receitas e Despesas de e com taxas e comissões

As receitas de taxas e comissões nos períodos de 2025 e de 2024 foram como segue:

	31/dez/2025	31/dez/2024
Comissões sobre serviços de operações cambiais ao balcão	746.621,72	834.005,37
Comissões sobre serviços prestados de transferências	4.361.218,08	4.778.198,55
Comissões sobre outros serviços prestados	565.669,24	605.721,33
	5.673.509,04	6.217.925,25

As despesas com serviços e comissões nos períodos de 2025 e de 2024 foram como segue:

	31/dez/2025	31/dez/2024
Comissões sobre operações cambiais	0,00	69,68
Comissões sobre serviços bancários de terceiros	235.774,12	249.839,53
Comissões sobre outros serviços prestados	421.019,95	454.899,05
Outras comissões pagas	0,00	0,00
	656.794,07	704.808,26

20. Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados (líquido)

A repartição dos resultados de ativos e passivos contabilizados pelo justo valor através de resultados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, apresentam-se como segue:

	31/dez/2025			31/dez/2024		
	Perdas	Ganhos	Total	Perdas	Ganhos	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor	-15.741,19	278.142,89	262.401,70	-36.462,78	124.581,02	88.118,24
Passivos financeiros	-17,68	258,26	240,58	-2.480,69	368,00	-2.112,69
	<u>-15.758,87</u>	<u>278.401,15</u>	<u>262.642,28</u>	<u>-38.943,47</u>	<u>124.949,02</u>	<u>86.005,55</u>

21. Diferenças Cambiais

Esta rubrica reflete os resultados obtidos com a reavaliação cambial das divisas transacionadas, e nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 as moedas com maior expressão apresentam-se como segue:

	31/dez/2024	31/dez/2024
Dólar dos Estados Unidos	7.073.675,99	7.873.032,47
Libra Esterlina	1.374.822,21	1.584.313,95
Real do Brasil	882.787,88	712.586,91
Franco Suiço	662.543,98	720.849,20
Restantes moedas	3.949.622,83	4.619.502,57
	<u>13.943.452,89</u>	<u>15.510.285,10</u>

22. Resultados de alienação de outros ativos

A repartição dos Resultados de alienação de outros ativos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Outras encargos e gastos operacionais:		
Perdas em investimentos em filiais	(9.445,27)	-
Perdas em outros ativos não financeiros	(8.231.016,61)	(3.952.081,74)
	<u>(8.240.461,88)</u>	<u>(3.952.081,74)</u>
Ganhos em ativos não financeiros		
Ganhos em outros ativos tangíveis	33.750,00	3.500,00
Ganhos em em outros ativos não financeiros	9.827.031,60	4.610.875,27
	<u>9.860.781,60</u>	<u>4.614.375,27</u>
	<u>1.620.319,72</u>	<u>662.293,53</u>

23. Outros resultados de exploração

A repartição dos Outros resultados de exploração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

	<u>31/dez/2025</u>	<u>31/dez/2024</u>
Outras despesas operacionais:		
Fraudes	-6.223,76	-2.026,92
Perdas relativas a exercícios anteriores	-21.166,61	-117.883,44
Quotizações e donativos	-10.376,00	-10.392,00
Outros não especificados	-340.797,58	-485.797,25
Outros impostos	-25.585,51	-28.416,24
	<u>-404.149,46</u>	<u>-644.515,85</u>
Rendas obtidas de locação operacional	46.341,36	48.098,04
Outras receitas operacionais:		
Indemnizações contratuais	4.161,89	4.475,35
Subsídios para compensação de despesas	4.246,80	5.521,60
Regularização pró-rata	225.898,50	263.479,89
Outras	<u>110.572,49</u>	<u>573.628,41</u>
	<u>391.221,04</u>	<u>895.203,29</u>
	<u>-12.928,41</u>	<u>250.687,44</u>

As variações mais significativas resultam por um lado, de um aumento na percentagem de dedução no cálculo do pro rata definitivo, e por outro, da atribuição de um crédito fiscal com referência ao exercício de 2022, atribuído pela Agência Nacional de Inovação (ANI) num valor de cerca de 544.974,75€.

24. Despesas com pessoal

A repartição das despesas com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi a seguinte:

	<u>31/dez/2025</u>	<u>31/dez/2024</u>
Remunerações dos órgãos sociais	346.323,28	359.878,81
Remunerações do pessoal	7.521.935,60	7.133.029,43
Benefícios pós-emprego	942,24	1.864,74
Indemnizações	46.075,36	43.180,76
Encargos sobre remunerações	1.311.275,77	1.259.937,50
Seguros	54.280,65	50.286,41
Gastos de ação social	28.277,23	25.724,38
Outros gastos com o pessoal	<u>113.838,40</u>	<u>90.254,25</u>
	<u>9.422.948,53</u>	<u>8.964.156,29</u>

A empresa apresentou, no decorrer do exercício findo a 31 de dezembro de 2025, um efetivo médio anual de cerca de 363 trabalhadores, que se decompõe da seguinte forma:

	<u>31/dez/2025</u>	<u>31/dez/2024</u>
Administradores	5	5
Pessoal	<u>358</u>	<u>353</u>
	<u>363</u>	<u>358</u>

25. Outras despesas administrativas

A repartição das despesas administrativas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

	<u>31/dez/2025</u>	<u>31/dez/2024</u>
Despesas com fornecimentos		
donde Água, Energia e Combustíveis	298.697,57	297.797,79
donde Material de Consumo Corrente	126.313,18	141.650,62
donde Publicações	511,70	421,00
donde Material de Higiene e Limpeza	39.230,70	42.516,29
donde Outros Fornecimentos de Terceiros	11.014,90	15.761,60
	<u>475.768,05</u>	<u>498.147,30</u>
Despesas com serviços		
donde Rendas e Alugueres	3.704.608,64	3.540.437,41
donde Comunicações	378.424,65	356.769,49
donde Deslocações, Estadas e Representaçã	608.013,94	593.714,79
donde Publicidade	195.865,17	108.644,97
donde Conservação e Reparação	435.039,80	306.495,77
donde Formação do Pessoal	2.122,47	0,00
donde Seguros	268.300,78	244.591,84
donde Serviços Especializados	2.629.278,20	2.686.998,07
donde Outros Serviços de Terceiros	19.752,34	243.594,29
	<u>8.241.405,99</u>	<u>8.081.246,62</u>
	<u>8.717.174,04</u>	<u>8.579.393,92</u>

26. Depreciação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os gastos com depreciações e amortizações detalham-se como segue:

	<u>31/dez/2025</u>	<u>31/dez/2024</u>
Imóveis para investimento	21.307,40	21.307,40
Ativos fixos tangíveis	1.835.060,11	1.786.400,44
Ativos Intangíveis	49.501,72	8.250,29
	<u>1.905.869,23</u>	<u>1.815.958,13</u>

27. Despesas ou receitas com impostos

Portugal

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16 % sobre a matéria coletável até 50.000 euros por se tratar de uma Small Mid Cap, aplicando-se a taxa de 20% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% e uma Derrama Estadual de 3% aplicável sobre o excedente do lucro tributável acima de 1.5 milhões de euros, para lucros tributáveis entre 1,5 milhões e 7,5 milhões de euros, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2022 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Não obstante, a Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. São ainda reconhecidos créditos fiscais por reporte de prejuízos (equiparados a ativos por imposto diferidos). Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos, e de que a diferença temporária se reverterá num futuro previsível.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura. São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se não houver perspectiva concreta que os mesmos venham a ser liquidados no futuro..

Marrocos

A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento às seguintes taxas

- < 300.000,00 Mads = 10 %
- \geq 300.000,00 Mads, < 1.000.000,00 Mads = 20 %
- > 1.000.000,00 Mads = 30 %

Existe uma cotização minimal, calculada sobre o volume de negócios da empresa. Em 2025, as regras de aplicação desta taxa, eram regidas pelos seguintes critérios, no que se refere a resultados antes de amortizações:

- 0,4 %, se a empresa obteve resultados positivos, em N e N-1;
- 0,5 %, se a empresa obteve resultados positivos, em 1 dos exercícios;
- 0,6 %, se a empresa obteve resultados negativos, em N e N-1.

Impostos Diferidos

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. São ainda reconhecidos créditos fiscais por reporte de prejuízos (equiparados a ativos por imposto diferidos). Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existam expectativas razoáveis

de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos, e de que a diferença temporária se reverterá num futuro previsível. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura. São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se não houver perspectiva concreta que os mesmos venham a ser liquidados no futuro.

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal já paga e a pagar, relativa ao exercício de 2025 e ao exercício anterior, apresenta-se como segue:

	31/dez/2025	31/dez/2024
CARGA FISCAL IMPUTADA	276.248,03	742.874,61
CARGA FISCAL JÁ PAGA		
Pagamento por conta	367.617,50	706.982,63
Pagamento adicional por conta	23.537,80	-
Retenção na fonte	24.338,36	33.185,71
IRC a recuperar	47.755,73	-
CARGA FISCAL A PAGAR/(RECUPERAR) NO PERÍODO	-187.001,36	2.706,27

- Cálculo do imposto corrente não refletido nas contas:

Portugal

Portugal

	Obs.	31/dez/2025	31/dez/2024
Relacionamento entre gasto(rendimento) de imposto de lucro contabilístico			
Resultado líquido do exercício		918.554,63	2.162.284,59
Gasto / Rendimento de:			
Imposto Corrente		275.426,18	741.954,10
Imposto Diferido			
Resultado antes de imposto	1	1.193.980,81	2.904.238,69
Variações patrimoniais	2		
Diferenças permanentes	A acrescentar: 3	434.918,40	597.969,90
	A deduzir: 4	574.423,33	589.940,65
Diferenças temporárias	A acrescentar: 5		
	A deduzir: 6		
Lucro (Prejuízo fiscal)	7 = 1+2+3-4+5-6	1.054.475,88	2.912.267,94
Dedução de perdas fiscais	8	0	0
Matéria coletável	9 = 7-8	1.054.475,88	2.912.267,94
Coleta (Até 50.000 €)		8.000,00	8.500,00
Coleta (> 50.000 €)	10	200.895,18	601.076,27
Derrama Estadual	11	0,00	42.368,04
Benefícios por dedução à coleta	12	7.800,00	7.800,00
Ajustamentos à coleta - tributação autónoma	13	58.466,17	54.125,78
Ajustamentos à coleta - derrama	14	15.817,14	43.684,01
Ajustamentos à coleta - outros	14	49,37	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	15=10+11-12+13+14	275.427,86	741.954,10
Taxa de imposto aplicável	16=15/7	26,12%	25,48%
Taxa efetiva de imposto	17=15/(1+2)	23,07%	25,55%

Durante o exercício de 2023, a Empresa suportou despesas com Investigação e Desenvolvimento (“I&D”), as quais, no seu entendimento, eram suscetíveis de serem elegíveis para efeitos da obtenção de benefícios fiscais ao abrigo do Sistema de Incentivos Fiscais em I&D Empresarial (“SIFIDE II”), previsto no Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro. Neste sentido, foi calculado um

montante de despesa de I&D de Euro 609.434,68 e na atribuição de um crédito fiscal de Euro 311.501,60, sendo que, à data, a Agência Nacional de Inovação, S.A. (“ANI”) ainda não emitiu qualquer declaração declarativa final que possa ser considerada, por ainda não ter havido o deferimento da totalidade do valor.

Houve um deferimento inicial de 180.000€ já utilizado numa declaração Mod22 de 2023 e em 30/6/2025, um deferimento adicional de 47.755,73€.

Este valor adicional está incluído na rubrica Ativos por Impostos Correntes.

Por último, atentos os investimentos realizados nesta área em particular, a Empresa tenciona submeter uma candidatura junto da ANI solicitando a certificação dos montantes de despesas que julga elegíveis, e que se poderá traduzir igualmente, caso aprovado, num crédito fiscal potencial.

Marrocos

Marrocos

Relacionamento entre gasto(rendimento) de imposto de lucro contabilístico	Obs.	31/dez/2025	31/dez/2024
Resultado líquido do exercício			
Gasto / Rendimento de:			
Imposto Corrente			
Imposto Diferido			
Resultado antes de imposto	1	0,00	0,00
Variações patrimoniais	2		
Diferenças permanentes	A acrescentar: 3		
	A deduzir: 4		
Diferenças temporárias	A acrescentar: 5		
	A deduzir: 6		
Lucro (Prejuízo fiscal)	7 = 1+2+3-4+5-6	0,00	0,00
Coleta	8	821,85	920,51
Taxa adicional de solidariedade	9		
Derrama Municipal	10		
Imposto sobre o rendimento do período	10=8+9+10	821,85	920,51
Taxa de imposto aplicável	16=15/7	0,00%	0,00%
Taxa efetiva de imposto	17=15/(1+2)	0,00%	0,00%

Cálculo do imposto corrente consolidado

Cálculo do imposto corrente consolidado

Relacionamento entre gasto(rendimento) de imposto de lucro contabilístico	Obs.	31/dez/2025	31/dez/2024
Resultado líquido do exercício		790.818,44	1.771.573,07
Gasto / Rendimento de:			
Imposto Corrente		276.248,03	742.874,61
Imposto Diferido			
Resultado antes de imposto	1	1.067.066,47	2.514.447,68
Lucro (Prejuízo fiscal)	2	1.054.475,88	2.912.267,94
Imposto sobre o rendimento do período	3	276.248,03	742.874,61
Taxa de imposto aplicável	4=3/2	26,20%	25,51%
Taxa efetiva de imposto	5=3/1	25,89%	29,54%

- Ativos por Impostos Diferidos

Não ocorreram movimentos em ativos e passivos por impostos diferidos

28. Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos relevantes suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

29. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

A Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2025, a Empresa não efetuou transações com quotas próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2025.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Relativamente aos membros do Conselho de Administração que, nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, são titulares de ações nominativas apresentam-se como segue:

- Paulo Jerónimo – 207.200 ações (por intermédio da Caeirinvest – Investimentos e Participações-Unipessoal, Lda)
- Carlos Lilaia – 86.000 ações

Nos termos do artigo 448 do Código das Sociedades Comerciais, são titulares de mais de 10% do capital social os seguintes acionistas:

- Caeirinvest - Investimentos e Participações-Unipessoal, Lda – 207.200 ações
- Carlos Lilaia – 86.000 ações
- A.M.E.M.O – Importação e Exportação, SA - 87.600 ações

Honorários do Revisor Oficial de Contas nos termos do artigo 66A do Código das Sociedades Comerciais:

Serviços	31/dez/2025	31/dez/2024
Revisão legal de contas	17.220,00	17.220,00
Outros serviços	9.225,00	9.225,00
Saldos por liquidar	8.683,80	4.612,50

30. Subsídios à Exploração

Detalhe dos subsídios recebidos durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	31/dez/2025	31/dez/2024
IEFP, IP	-	5.521,60
	0,00	5.521,60

31. Outras Informações

31.1 - Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2025, a empresa tem as seguintes garantias ativas na Central de Responsabilidades de Crédito:

Nível de responsabilidade	Produto financeiro	Tipo garantia	Garantias
Crédito individual	Crédito renovável - conta corrente bancária	0100 Fiança/Aval	-
Crédito individual	Facilidade de descoberto	0100 Fiança/Aval	-
			<u>0,00</u>
Crédito individual	Outros Avais e Garantias Prestadas	0100 Fiança/Aval	1.359.585,86
			<u>1.359.585,86</u>

31.2 - Resumo das Responsabilidades de Crédito relativas a 31 de dezembro de 2025

Em 31 de dezembro de 2025, a empresa apresenta os seguintes saldos na Central de Responsabilidades de Crédito:

Produto financeiro	Montante em dívida			N.º Produtos	Produtos c/garantia
	Total	Em Incumprimento	Montante Potencial		
Cartão de crédito - com período free-float	6.695,03	0,00	31.470,40	5	0
Cartão de crédito - sem período de free-float	0,00	0,00	0,00	0	0
Crédito Não Renovável	0,00	0,00	0,00	0	0
Crédito renovável - conta corrente bancária	0,00	0,00	0,00	0	0
Facilidade de descoberto	0,00	0,00	0,00	0	0
Locação financeira imobiliária	126.934,26	0,00	0,00	5	0
Outros Avais e Garantias Prestadas	0,00	0,00	1.119.606,99	32	32
	<u>133.629,29</u>	<u>0,00</u>	<u>1.151.077,39</u>	<u>42</u>	<u>32</u>

31.3 - Partes Relacionadas

São entidades relacionadas da Unicâmbio, em 2025, as sociedades a seguir designadas:

Parte relacionada

Desenvolvgest – Desenvolvimento e Gestão Lda
 Unicâmbio Digital Assets, Lda
 Moneycall – Serviços de Telecomunicações, Lda
 VerdeVento – Organização de Eventos e Serviços, Lda
 Unitransfer – Casa de Câmbios, SA
 Caeinvest - Investimentos e Participações- Unipessoal, Lda
 Unicâmbio, Ltd
 UniCâmbio, SARL – AU
 Sweet and Happy Apartments, Lda
 Maria Conceição Seixas Jerónimo
 Unicambio, SRL
 Ucambio Exchange & Money Transfer, GmbH
 Unigold, Comércio de Ouro, Lda
 Finpay - Technology Sistemas de Inovação Lda
 Nexthome - Investimentos Imobiliários, Lda
 A.M. e M.O., Importações e Exportações, Lda
 José Carlos Pereira Lúcia

As transações e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, são apresentados no quadro que segue:

Transações 2025	Subsidiárias	Coligadas	Outras partes relacionadas	Total
Vendas e prestação de serviços		120.000,00	9.871.451,76	9.991.451,76
Empréstimos concedidos				0,00
Comissões recebidas		76.080,12		76.080,12
	<u>0,00</u>	<u>636.380,12</u>	<u>11.079.751,36</u>	<u>11.716.131,48</u>

Saldos em 31/12/2025	Subsidiárias	Coligadas	Outras partes relacionadas	Total
Contas a receber	-	-	340.264,10	340.264,10
Contas a pagar	-	-	-	-
Outros Devedores	-	128.035,95	1.308,83	129.344,78
Empréstimos concedidos	7.200,00	-	-	7.200,00
	<u>7.200,00</u>	<u>128.035,95</u>	<u>341.572,93</u>	<u>476.808,88</u>

Transações 2024	Subsidiárias	Coligadas	Outras partes relacionadas	Total
Vendas e prestações de serviços	-	120.000,00	4.655.275,27	4.775.275,27
Empréstimos concedidos	11.309,49		(5.599,06)	5.710,43
Dividendos	-	-	700.000,00	700.000,00
Comissões Recebidas	231.903,60	58.479,29	-	290.382,89
Serviços adquiridos	-	-	948.043,31	948.043,31
	<u>243.213,09</u>	<u>178.479,29</u>	<u>6.297.719,52</u>	<u>6.719.411,90</u>

Saldos em 31/12/2024	Subsidiárias	Coligadas	Outras partes relacionadas	Total
Contas a receber	-	-	-	-
Contas a pagar	-	-	515,09	515,09
Outros Devedores	4.365,81	-	1.308,83	5.674,64
Empréstimos concedidos	15.264,39	19.483,92	-	34.748,31
	<u>19.630,20</u>	<u>19.483,92</u>	<u>1.823,92</u>	<u>40.938,04</u>

Os termos ou condições praticadas entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

31.4 - Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o montante global dos elementos do ativo e dos elementos do passivo expressos em moeda estrangeira, convertidos em Euros, distribuem-se como segue:

- Ativo: o valor global de balanço dos ativos expressos em moeda estrangeira e convertidos em euros com base no “câmbio fixing” à data de encerramento do exercício, com exceção para a subscrição dos Capitais das participações financeiras, é assim distribuído:

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de dezembro de 2025

Ativo	31/dez/2025	31/dez/2024
	Euro	Euro
Notas e moedas estrangeiras	4.054.323	4.215.972
Depósitos à ordem	77.131	1.101.536
Participações financeiras (subscrição de capital)	1.143.289	1.154.620
Total	<u>5.274.743</u>	<u>6.472.128</u>

Em que as moedas com maior expressão representam em euros:

Moeda estrangeira	31/dez/2025	31/dez/2024
	Euro	Euro
USD (Dólar Americano)	1.398.174	2.235.956
GBP (Libra Esterlina)	584.960	740.723
BRR (Real do Brasil)	397.943	391.910
AOA (Kwanza Angolano)	797.038	807.376
CHF (Franco Suíço)	383.102	422.871
Restantes moedas	1.713.525	1.873.293
Total	<u>5.274.743</u>	<u>6.472.128</u>

- Passivo: Não existiam Passivos expressos no Balanço em moeda estrangeira em 31/12/2025 e 31/12/2024

Em Lisboa, em 20 de abril de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Isabel Neiza

A ADMINISTRAÇÃO

Adriana Ricardos

Adriana Ricardos



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
FREDERICO AMANTE RASQUILHA
MÓNICA SOFIA CUNHA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **UNICÂMBIO - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 22.367.202 euros e um total de capital próprio de 14.778.374 euros, incluindo um resultado líquido de 1.805.308 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **UNICÂMBIO - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) e 508.º- D, n.º 3, ambos do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 20 de maio de 2026

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

[Assinatura
Qualificada] Carlos
Manuel Charneca

Moleirinho Grenha
Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877

Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada] Carlos
Manuel Charneca Moleirinho Grenha
Dados: 2026.05.20 12:36:06 +01'00'



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
FREDERICO AMAANTE RASQUILHA
MÓNICA SOFIA CUNHA

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas da UNICÂMBIO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A. (o Grupo), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes do Grupo, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Da Administração, o Fiscal Único recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foram-nos presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas consolidadas.
4. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, desenvolvemos os procedimentos adequados e emitimos a Certificação Legal das Contas consolidadas, que deve ser entendida como completando este relatório.
5. **Parecer**
Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral aprove os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2025, tal como foram apresentados pela Administração.
6. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços do Grupo toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 20 de maio de 2026

O FISCAL ÚNICO

[Assinatura Qualificada] Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada] Carlos
Carlos Manuel Charneca
Manuel Charneca Moleirinho
Grenha

Moleirinho Grenha
Dados: 2026.05.20-12:36:32 +01'00'

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por
Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877